

as informações deste
encontram-se no site
www.sedep.com.br

Você já pode receber estes
recortes por e-mail!
Cadastre-se no site
www.sedep.com.br

Cuiabá-MT (65) 653-5084
Grande-MS (67) 361-1495

Acompanhamos também
o Diário da Justiça de
São Paulo e da União
solicite-nos orçamento

Se você tem algo a dizer,
- queremos ser
os primeiros a saber.
Reclamações, sugestões,
mande-nos um e-mail:
atendimento@sedep.com.br

NSW
www.nsw.com.br

325-2661

SOLUÇÕES INTERNET
SITES/SISTEMAS
E-COMMERCE
SERVIÇOS WINDOWS

SEDEPNET OFERECE
SITES PERSONALIZADOS
COM ATÉ 8 LINKS POR
APENAS **R\$ 20,00**
MENSIS INCLUINDO
HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO.



Nº 47424
www.sedep.com.br

D.J./MT Nº

6875

DATA CIRC.:

26 ABR 2004

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - TRT

PROCESSO N. 01758 1996.004.23.00-6

RECLAMANTE: ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO: METAMAT CIA MATOOROSSENSE DE MINERAÇÃO
ADVOGADO: VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS

1) Indeferiu a adjudicação da parte ideal requerida pelo exequente a fl. 363, haja vista que o imóvel foi penhorado e levado à praça na sua integralidade, sendo que a possibilidade de alienação judicial de apenas parte dele (hipótese que dependa da possibilidade de o imóvel comportar divisão), não constou do edital, e consequentemente a parte pretendida não foi oferecida ao público, impossibilitando arrematação por valor superior ao crédito obreiro, de modo que a adjudicação pretendida poderia representar prejuízo à exequida.

2) INTIME-SE O EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE REMESSA DOS AUTOS AO ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO

Argueiros
26/04/04

Data: / /

Hora:

Nº 47424

Assinatura

Disk-Protocolo
623-3779

Publicações de Notas, Editais e Balanços
no Diário da Justiça e Diário Oficial de MT.

Fone/Fax: 624-1023

E-mail: facilit_mt@terra.com.br

FACILIT

Acompanhamento de Publicações

Nº 21958

DJMT: 6.875 CIRC.: 26/04/04

www.facilitmt.com.br

4ª VARA DO TRABALHO

PROCESSO N.: 01758.1996.004.23.00-6

RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO METAMAT CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

ADVOGADO VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS

52

1) Indefiro a adjudicação da parte idêntica requerida pela exequente à fl. 283, haja vista que o imóvel foi penhorado e levado à leilão na sua integralidade, sendo que a possibilidade de alienação judicial de apenas parte dele (hipótese que dependeria da possibilidade de o imóvel comportar cômoda divisão), não constou do edital, e consequentemente a parte pretendida não foi oferecida ao público, impossibilitando arrematação por valor superior ao crédito obreiro, de modo que a adjudicação pretendida poderia representar prejuízo à excoatada.

INTIME-SE O EXEQUENTE PARA REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE REMESSA DOS AUTOS AO ARQUIVO PROVISÓRIO POR UM ANO.

Campo Grande - MS

Ranieri Mazilli, 41 - Sto. Amaro

Fone/Fax: (0**67) 361-1495

CEP 79.112-500

E-mail: matriz@sedep.com.br

Cuiabá - MT

Travessa Léo Edilberto Griggi, 59 - Goiabeiras

Centro - Fax: (0**65) 321-3316 - Fone: 623-1360

CEP 78.045-340

E-mail: sedepmt@terra.com.br

SEDEP

www.sedep.com.br

DJMT: 6.517

Nº 132762

CIRC.: 01/11/2002

TRT CIT. PENHORA

PROCESSO N. SIEX 2.566 1 997 (3ª VARA 1 758 1 996) (01758 1996 004 23 00-6)

RECLAMANTE: ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO: METAMAT CIA MATOQUENSE DE AMINERACAO

ADVOGADO: VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS

Inquirir-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente impugnação à sentença de liquidação e
anula da penhora realizada, sob pena de preclusão, em ambos os casos.

Arquivar-se
sf
Marcela Meirelles Neves Aude
OAB/MT. 5.643

Campo Grande - MS

Ranieri Mazilli, 41 - Sto. Amaro

Fone/Fax: (0**67) 361-1495

CEP 79.112-500

E-mail: matriz@sedep.com.br

Carabá - MT

Travessa Léo Edilberto Griggi, 59 - Goiabeiras

Centro - Fone/Fax: (0**65) 321-3316 - Fone: 623-1360

CEP 78.045-780

E-mail: sedepcuiaba@sedep.com.br

SEDEP

www.sedep.com.br

Nº 62861

DJMT: 6.381

CIRC.: 19/04/2002

TRT CITAÇÃO E PENHORA

PROCESSO N. SIEX 2.866/1.997 (4ª VARA/1.758/1.996) (01758.1996.004.23.00-6)

(005 DIAS)

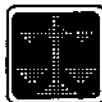
RECLAMANTE: ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO: METAMAT CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

227

ADVOGADO: VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS

FL. 225. Intime-se o exequente para, em querendo, no prazo de 05 dias, interpor impugnação à sentença de liquidação, na forma do art. 884/CLT, e ainda sobre a penhora realizada, sob pena de preclusão.

ANUNCIE AQUI



Facilit[®]
ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Nº 47749

DJMT: 7.228 CIRC.: 29/09/05

4ª VARA DO TRABALHO

PROCESSO N.: 01758.1996.004.23.00-6

RECLAMANTE: ~~MEJAMAT~~
EXECUTADO: Estado de Mato Grosso
RECLAMADO: Companhia Matogrossense de Mineração - MEJAMAT

ADVOGADO : Valfan Miguel dos Anjos

ADVOGADO : Newton Ruiz da Costa e Faria

Declaro extinta a execução trabalhista, nos termos do art. 794, inciso I, do CPC, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Intimem-se as partes.

*Colocar
no relatório
pag. 1º Anos*

Campo Grande - MS

Ranieri Mazilli, 41 - Sto. Amaro
Fone/Fax: (0**67) 361-1495
CEP 79.112-500

E-mail: matriz@sedep.com.br

Cuiabá - MT

Travessa Léo Edilberto Griggi, 59 - Goiabeiras
Centro - Fone/Fax: (0**65) 321-3316 - Fone: 623-1360
CEP 78.045-780

E-mail: sedepcuiaba@sedep.com.br

SEDEP

www.sedep.com.br

Nº 69464

DJMT: 6.391

CIRC.: 06/05/2002

TRT CIT. PENHORA

PROCESSO N. SIEX 2.866/1.997 (4ª VARA/1.758/1.996) (01758.1996.004.23.00-6) (005 DIAS)

RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO METAMAT CIA MATOOROSSENSE DE MINERAÇÃO

225

ADVOGADO : VALPRAN MIGUEL DOS ANJOS

Institui-se o(a) exequente, para, em querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, interpor impugnação à sentença de liquidação, na forma do art. 884/CLT, e ainda sobre a penhora realizada, sob pena de preclusão.

500,

EVA nº de Alameda

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME/TELEFONE

Estado de Mato Grosso

02 PERÍODO DE APURAÇÃO

03 NÚMERO DO CPF OU CGC

03 470.525/0001-43

04 CÓDIGO DA RECEITA

8019

05 NÚMERO DE REFERÊNCIA

01758.1996.004.23.00-6

06 DATA DE VENCIMENTO

18/09/2005

07 VALOR DO PRINCIPAL

08 VALOR DA MULTA

ATENÇÃO09 VALOR DOS JUROS E/OU
ENCARGOS DL - 1.025/69

10. VALOR TOTAL

560.41

11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)

CEF268514092005034735000551

560,41RD1001

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/cc.tribuição de mesmo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

CERTIDÃO

Certifico que consta(m) da presente
folha 02 documento(s) rubricado(s) e
numerado(s).
Cuiabá, 18 / 09 / 2005 (5ª feira).

Firmino Rodrigues Amorim Neto
Técnico Judiciário

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DO CPF OU CGC	03 470.535/0001-43
	04 CÓDIGO DA RECEITA	8019
01 NOME/TELEFONE Estado de Mato Grosso	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	01758.1996.004.23.00-6
	06 DATA DE VENCIMENTO	18/09/2005
	07 VALOR DO PRINCIPAL	
	08 VALOR DA MULTA	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/cc.tribuição de mesmo código de período subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	
	10 VALOR TOTAL	560,41
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias) CEF268514092005034735000551 560,41RD1001	

CERTIDÃO

Certifico, que consta(m) da presente
 folha 02 documento(s) rubricado(s) e
 numerado(s).
 Cuiabá, 15/09/2005 (5ª feira).

Firmino Rodrigues Amorim Neto
 Técnico Judiciário

PH

SIEx - SEÇÃO DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA

MANDADO N.: 10.179

(RECLAMADO)

PROCESSO N. SIEX: 00920/1.998 (2ª VARA/1.641/1.996) (01641.1996.002.23.00-0)

EXEQUENTE INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURIDADE SOCIAL

RECLAMANTE EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI

RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

O Doutor **JULIANO PEDRO GIRARDELLO**, Juiz do Trabalho da **SECRETARIA DE EXECUÇÕES**, manda o Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição, **CITAR** o(a) executado(a) para, no prazo de 48 horas, pagar a importância abaixo ou garantir a execução:

Crédito líquido do exequente:

FGTS a depositar:

Honorários advocatícios:

Honorários periciais:

Honorários contábeis:

R\$ 667,45

Custas processuais:

R\$ 206,43

INSS quota Empregado:

INSS quota Empregador:

R\$ 2.326,03

IRRF:

TOTAL (em 30/09/2002):

R\$ 3.199,91

Estes valores estão sujeitos à atualização até a data do pagamento.

Não pago o débito ou garantida a execução, proceda o Oficial de Justiça a **PENHORA** e a **AVALIAÇÃO** de bens e/ou direitos necessários para a garantia da execução.

Fica o Oficial de Justiça autorizado a solicitar reforço policial, mediante a simples apresentação deste à autoridade competente, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia e hora.

Expedi e subscrevo este mandado por ordem do(a) Juiz do Trabalho da **SECRETARIA DE EXECUÇÕES**.

CUIABÁ, 11 de outubro de 2002.

ORIGINAL ASSINADO

RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUZA
Chefe de Seção

CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT
BLOCO SEPLAN-PALÁCIO PAIAGUÁS
CENTRO POL.ADMINISTR

CUIABÁ - MT

CERTIDÃO

NOME:

RG N.:

CARGO OU FUNÇÃO: SANEMAT

DATA 22 / 10 / 02 **ASSINATURA:**

OFICIAL DE JUSTIÇA:

CPF N.:

OBS:

EXMO. SR. DR. JUIZ DE EXECUÇÕES DA SECRETARIA INTEGRADA DE
EXECUÇÕES - SIEX

CÓPIA

EXPRE/054680, 2002/24-09-2002/17:04/4

Processo SIEx Nº 00920.1998 – Seção de Execução Previdenciária
2ª VT de Cuiabá/MT – 1641.1996

Reclamante: *Edwiges Mirian de Barros Provatti*

Reclamado: *CODEMAT*

EVANDRO BENEDITO DOS SANTOS, Contador CRC/MT 3890/O-8, perito credenciado ao processo em epígrafe, vem, mui respeitosamente a presença de V. Exa., apresentar os cálculos da Contribuição Previdenciária – INSS, conforme demonstrativo em anexo e que se encontram atualizados até 30.09.2002.

Estimam-se os honorários periciais em R\$ 105,00 (cento e cinco reais), e se coloca desde já a disposição de V. Exa., para eventuais esclarecimentos, caso se façam necessários.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Cuiabá/MT, 24 de setembro de 2002

Original Assinado

PROCESSO SIEX N.º 0920/1.998

2ª VARA FEDERAL DO TRABALHO DE CUIABÁ/MT - 1.641/1.996

RECLAMANTE : EDWIRGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI

RECLAMADO : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

FONTE DE INFORMAÇÃO :

-> Cálculos as fls. 113/114 e Renúncia de fls. 174

DEMONSTRATIVO DOS CÁLCULOS DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - INSS

Campo 03 - Código de pagamento

2 9 0 9

Campo 05 - Identificador

Campo 04 Competência	Base de Cálculo	Segurado - %	Empresa - 22%	Campo 06 Valor do INSS	Campo 09 Terceiros - 5,8%	Campo 10 Acréscimos Legais	Campo 11 Total	Valor à Atualizar (SAL)
10/2001	6.221,27	135,19	1.368,68	1.503,86	360,83	461,33	2.326,03	1.864,70
	6.221,27							
(=) Total R\$							2.326,03	

* Valores atualizados até 30/09/2.002

QUADRO 02 - ATUALIZAÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

Competência	Discriminação das Verbas	Valor Original	Coefficiente de Atualização	Total R\$
02/1997	(+) Custas processuais	157,26	1,31013890	206,03
(=) Subtotal				206,03
(+) TR de setembro/2.002 (0,1955%)				0,40
(=) Total da custas processuais atualizada em 30/09/2.002				206,43

QUADRO 03 - HONORÁRIOS PERICIAIS DE LIQUIDAÇÃO

* Perito - Evandro Benedito dos Santos

Competência	Discriminação das Verbas	Valor Original	Coefficiente de Atualização	Total R\$
12/1998	(+) Honorários arbitrados - fls. 116	500,00	1,12269913	561,35
(=) Subtotal				561,35
(+) TR de setembro/2.002 (0,1955%)				1,10
(=) Total em 30/09/2.002				562,45

Original assinado



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE
CUIABÁ – MT.**

CÓPIA

FTCBA/016960.2002/19-03-2002/12:10/4

Processo Siex nº : 920/98

Exequente: Edwiges Míriam de Barros Provatti

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento.
Cuiabá, 15 de Março de 2002.


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.579

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANIAS IELNEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

EXMº SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. —ª JCJ DE CUIABÁ

04.4009
25.06.96 13 1 23

DISTRIBUIÇÃO

EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI, brasileira, casada, agente administrativo, portadora do RG nº 008.602 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Henrique de Paula, nº 138, Centro, Várzea Grande (MT), CEP 78.110.470, Fone 381-1746, representada por seus procuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em face de CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, Bloco GPC, SEPLAN, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. A reclamante foi empregada da empresa reclamada, admitida em 19.01.84 e dispensada sem justo motivo em 30.06.96, tendo percebido como última remuneração o valor de R\$ 2.422,48, conforme TRCT anexo. Foi contratada para exercer o cargo de agente administrativo.

1 - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS PROVENIENTES DO REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO NO DISSÍDIO COLETIVO DA CATEGORIA NO BIÊNIO 95/96

1. Apesar de ter sido firmado Acordo Coletivo de Trabalho para vigor no biênio 95/96, no que concerne as cláusulas econômicas não houve acordo entre as partes, razão pela qual instaurou-se Dissídio Coletivo para a definição das referidas cláusulas, decisão que só foi pronunciada em 13.03.96, quando o Eg. TRT da 23ª Região concedeu aumento de 29,55% aos funcionários da empresa reclamada (percentual correspondente às perdas salariais do período 01.05.94 a 30.04.95) que deveriam ser pagos retroativos maio/95 e com dedução das antecipações salariais concedidas.

0920/98-5
1641/96-2º



05
Y

PROCURAÇÃO

Nome: Edwiges Míriam de Barros Provatti
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Casada
Profissão: Aposentada RG nº 008602 SSP/CBAMT
CPF nº 078945-971/04 CTPS nº _____ Série: _____
Endereço: Rua Henrique de Paula nº 138
Bairro: Centro CEP 78.110.470
Cidade: Varzea Grande Estado: MT
Telefone: (065) 381-1740 Outros: 313-2707

pelo presente instrumento nomeia e constitui sua bastante procuradores os Advogados VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS, OAB/MT 3618, MARCOS DANTAS TEIXEIRA, OAB/MT 3850, e o ESTAGIÁRIO FÁBIO PETENÇIL, OAB/MT 1729-E, todos residentes em Cuiabá/MT, com escritório à Rua Ricardo Franco, nº 133, Sala 202, 2º Andar, Centro, CEP 78005-030, Cuiabá (MT), representar o mandante, com todos os poderes da procuração para o foro em geral, com cláusula "ad juditia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as competentes ações e defender-lhe nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, propor execução, requerer falência, habilitar crédito, propor ação ordinária, procedimento sumariíssimo, ação rescisória, embargos, agravos, oferecer queixa-crime, prestar as primeiras e últimas declarações, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

Cuiabá (MT), 22 de Julho de 1996

Edwiges Míriam de Barros Provatti
Assinatura

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 2ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO
GROSSO**

PROCESSO NO. 1.641/96

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**,
Sociedade Anônima de Economia Mista com sede nesta Capital, no Bloco GPC,
PALÁCIO PAIAGUÁS, CPA, devidamente inscrita no Cadastro Geral de
Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 03.474.053/0001-32, neste ato
representada por seu liquidante, **DR. JOSÉ BOTELHO DO PRADO**,
brasileiro, casado, contador, inscrito no CRM, sob o nº 2.291- MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move **EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI**, processo
supra, em trâmite por essa Junta e Secretaria, por seus procuradores
infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc.01), advogados,
regularmente inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na
sede da Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de
Vossa Excelência, com todo respeito e bastante acatamento, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

1 - DA LITISPENDÊNCIA

A) REAJUSTES 95/96

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso, entidade que congrega a categoria profissional a que o Reclamante pertence, como se pode constatar pela inclusa relação de seus associados, aforou, perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Dissídio Coletivo buscando normatividade para o haurimento dos reajustes salariais que não foram objeto de negociação via Acordo Coletivo, conforme se comprova pelos documentos cuja cópia vão instruindo a presente.

Aquela Egrégia Corte exarou Venerando Acórdão que acolheu parcialmente o pleito deduzido, aqueles mesmos índices postulados no item I-1 da presente Reclamação, referente ao período compreendido entre 01.05.95 a 30.04.95.

Todavia, **contrariamente** ao que alegou-se na exordial, dito Dissídio Coletivo jamais transitou em julgado, haja vista que a ora Reclamada, não se conformando com aquela decisão, dela recorreu ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme faz prova a inclusa documentação reproduzida xerograficamente (doc), apelo que se encontra pendente de julgamento pela instância *ad quem*.

Inolvidável igualmente que constituindo-se o recebimento dos recursos em geral, por princípio, em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, não se presume sejam eles recebidos somente neste último. Para tanto, indispensável que o órgão judicante competente lance no próprio despacho receptor sobre qual efeito se processara o apelo.

Inexistindo essa especificação, insuscetível de execução provisória o julgado, quedando a adoção dessa providência condicionada ao julgamento final do recurso.

Dessa forma, consubstanciou-se plenamente, e isso, aliás, desde a regular citação, a teor do que dispõe o artigo 219 do nosso Diploma Instrumental Civil, a existência do litígio, este vinculando a outra parte a figurar no pólo ativo da demanda, bem como, por consequência e em virtude de prescrição do mesmo dispositivo, a indução da figura da Litispendência.

Deve, portanto, a presente Reclamação ser julgada extinta sem julgamento do mérito, nesse particular.

2 - DA INÉPCIA DA INICIAL

Reza o artigo 282 do CPC:

“A petição inicial indicará:

I - Omissis

IV - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme se depreende da sua Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo do seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete, pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

Ora, afirmar o Reclamante pura, simples e genericamente vir *as empresas públicas* se atrasando na prestação salarial e indicar aleatoriamente datas fictícias em que tais pagamentos se verificaram, eleitas ao seu talante, é por demais vago, é imprecisão escandalosa que absolutamente não se presta a nenhuma orientação judicial tendente ao acolhimento do postulado.

Ao apontar as datas em que supostamente teriam sido efetuados os seus pagamentos salariais baseado em “*estimativas*” procedidas pelo

Sindicato, em momento nenhum cumpre o Reclamante a obrigação *legem* imposta, e indeclinável em qualquer foro, de fazer provar o que alega.

A suma do pedido específico, pagamento de juros moratórios, atrai a necessidade da indicação precisa, taxativa, que dê exatidão sobre o interstício da inadimplência, sobre o tempo do atraso.

Somente se afigura a desincumbência desse mister, nos termos da lei, pela apresentação da documentação correspondente, que no caso se constituiria dos próprios holerites mensais, onde estariam lançadas as datas dos pagamentos, provas que não foram coligidas pelo Reclamante.

Definitivamente não há falar em “síntese” fundada em “estimativa”. Ora, datas são datas. As datas em que os pagamentos teriam sido efetivados não admitem sofismas, incorruptíveis que são pelo simplório fato de marcarem elas, as datas, com precisão inconspicável, o nosso ano civil, o nosso exercício financeiro e comercial.

Inadmissível, pois, se dê credibilidade formal às “datas” declinadas na exordial como as em que se deram os pagamentos dos salários do Reclamante, porque as “estimativas” em que se baseiam não têm o efeito de traduzí-las especificamente assim como pretendido, e muito menos o poder de sequer sugerir o dever processual da Reclamada em rebatê-las com a anteposição de outras datas.

A parte, como suso abordado, não pode instilar no julgador, por deficiência calculada de informações e provas, robustas e inconcussas, dúvidas acerca da extensão do que pleiteia, pena de ter a vindicação indeferida, como há de ser a presente, por obviamente inimputável ao órgão judicante o exercício de ilações, conjecturas e adivinhações para a melhor prestação jurisdicional, segundo os também melhores princípios de equidade e justiça.

Constituído-se os recibos de pagamento de salários documentos comuns às partes, indiscutivelmente caberia à que vindica em juízo com fundamento neles a sua exibição, revelando-se essa omissão inexistência até mesmo de início de prova, aqueles adminículos que ensejam ao demandado contrapor-se eficazmente ao postulado.

A transfiguração miraculosa das *estimativas* nas “datas” que vieram ilustrando a inicial não pode ser levada a sério, na medida em que se

constitui em tentativa desesperada de suprimento *ad nutum* e insólito do desprovemento de objetividade com que veio a lume a exordial.

O mero arrazoadado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência desse fato. Não coligi-la, é expor-se ao látego implacável da INÉPCIA, mercê da sabedoria do brocardo segundo o qual O QUE NÃO ESTÁ NOS AUTOS, NÃO ESTÁ NO MUNDO !

Tal assertiva encontra eco no artigo 333 da Lei Instrumental Civil, que prescreve, verbis:

Art. 333 - O ônus da prova incumbe.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

É entendimento unânime das Egrégias Juntas de Conciliação e Julgamento desta Capital, que postulações à feição de presente, desarmadas de instrumentos probatórios estão fadadas ao desconhecimento, à improcedência, inquinam de inepta a formulação.

Logo, face à absoluta ausência de provas que corroborem a alegação de atraso nos pagamentos dos salários, cujo ônus ao Autor incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, bem como também a defesa da Reclamada, que não poderia contestar pedido inespecífico, requer-se a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 267, I e 329 do CPC, a extinção do processo sem julgamento do mérito no que se refere a esse pedido.

3 - LITISPENDÊNCIA

O ora Reclamante ajuizou, perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, a Reclamação Trabalhista tombada sob o nº 0374/95, e que pleiteou as mesmas verbas da presente reclamatória, tudo conforme se comprova pela inclusa documentação.

Assim, configurando-se plenamente a prejudicial, requer-se a Vossa Excelência seja julgado extinto o presente processo, sem julgamento do mérito.

NO MÉRITO

1 - QUANTO AO ÍNDICE APONTADO NA EXORDIAL

O Reclamante alega na inicial que a decisão prolatada no Dissídio Coletivo teria concedido aos servidores da Reclamada índice de aumento da ordem de 29,55% (vinte e nove vírgula cinquenta e cinco por cento).

Absolutamente não procede essa afirmação, porquanto haja determinado aquela decisão tão-somente o repasse do índice acumulado do IPCr para os salários no período que indica, conforme se comprova pela "Certidão" que vai instruindo a presente.

A acumulação daquele referencial de aumento salarial, conforme cálculos elaborados estritamente em obediência às planilhas publicadas pelas instituições credenciadas pelo Governo Federal, totalizou 29,49% (vinte e nove vírgula quarenta e nove por cento).

A Reclamada, através da Resolução nº 14/94, de 15 de dezembro de 1.994, concedeu reajuste linear de salários da ordem de 15% (quinze por cento), retroativamente a 01 de novembro de 1.994, para todos os seus servidores, conforme se comprova pela cópia que também instrui a presente. (doc.)

A referida concessão salarial foi devidamente incorporada ao salário do ora Reclamante, conforme atestam as inclusas Fichas Financeiras, assim como determinado pela Resolução 14/94, e em recepção ao que veio a ser determinado pela sentença de Dissídio.

Assim, nos termos que o próprio Acórdão exarado no referido Dissídio fez estabelecer, na remota hipótese do acolhimento desse pleito, desde já se requer a essa digna Junta a redução do produto desse percentual de aumento já efetivamente concedido ao Reclamante.

2 - QUANTO AOS SALÁRIOS DE ABRIL, MAIO E JUNHO/96

É verdadeiramente impressionante o desplante, a desfaçatez do Reclamante em vir pleitear à Justiça Trabalhista a tutela para receber o que indubitavelmente sabe não lhe ser devido.

Conforme se comprova pelas cópias cópias das próprias folhas de pagamento dos meses de abril, maio e junho de 1.996, em que o Reclamante lançou a sua assinatura, efetivamente RECEBEU ele os salários que peremptória e temerariamente afirma não lhe terem sido pagos.

Essa prática já se tornou comum nesse Especializada. Amiúde vem sendo a Reclamada achacada com postsulações destituídas de fundamento numa clara demonstração de intemeratos serem os Reclamantes, na medida em que buscam fazer da sacrossanta Justiça Trabalhista em instrumento da sua concupiscência, da sua cupidez.

Deve o pedido nesse particular também ser julgado improcedente.

A essa flagrante litigância de má-fé há de ser posto cobro definitivamente, o que desde já se requer, com a condenação do Reclamante às penas previstas no artigo 16 e seguintes do Código de Processo Civil.

3 - DO PEDIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA POR SALÁRIOS EM ATRASO.

O Reclamante afirma na exordial ser credor de “juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.”

Ora, apenas na imaginação do autor existem determinações no art. 147 da CE impondo o pagamento de correção monetária e multa por salários pagos em atraso. O dispositivo legal invocado impõe tão somente o pagamento de **juros**, pelo que improcedentes os pedidos relativos aos demais encargos não recepcionados pelo dispositivo invocado.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para

julgar totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se o autor nas custas e demais cominações legais, como de direito.

Protesta pela produção de todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal do Reclamante e oitiva de testemunhas.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 22 de outubro de 1.996

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT 4.328

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 24 dias do mês de outubro do ano de 1996, reuniu-se a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes o Exmo. Juiz Presidente BRUNO LUIZ WEILER SIQUEIRA e o Srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. 1641/96 entre as partes: Edwiges Miriam de Barros Provatti e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 13h25 aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes.

Presente a reclamante acompanhada pelo seu advogado Dr. Marcos Dantas Teixeira, OAB/MT.

Presente a reclamada através da preposta Sra. Odete Pinheiro da Silva acompanhada pelo Dr. Othon Jair de Barros, OAB/MT 4.328.

As partes dispensam a leitura da petição.

Inconciliados.

Pelo advogado da reclamante foi apresentada desistência quanto ao pedido de salário referente aos meses de abril, maio e junho de 1996, com o qual concorda a reclamada, extinguindo a Junta o processo em relação a tais pedidos.

Defesa escrita com documentos dos quais se dá vista à parte contrária pelo prazo de 05 dias, a partir de 31.10.96.

Para instrução designa-se o dia 22.11.96, às 14h20, cientes as partes de que deverão comparecer para depoimentos pessoais, sob pena de confissão, comprometendo-se a conduzir suas testemunhas espontaneamente, pena de dispensa.

Suspendeu-se às 13h29.

Nada mais.

Bruno Luiz W. Siqueira
Juiz do Trabalho Presidente

Antônio Pinheiro da Silva
Representante dos Empregadores



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região
2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá - MT

ATA DE AUDIÊNCIA
PROCESSO Nº 1641/96

Aos 04 dias do mês de dezembro de 1996, reuniu-se a 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT, presentes o Senhor Juiz do Trabalho no exercício da Presidência e os Senhores Juizes Classistas, representantes dos Empregados e Empregadores, que ao final assinam, para audiência relativa à Ação Trabalhista (Processo nº1641/96), entre as partes :

RECLAMANTE : EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI

RECLAMADA : CODEMAT-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Às 16:14 horas, aberta a audiência, de ordem do MM.Juiz do Trabalho foram apregoadas as partes : ausentes.

Proposta a solução do litígio e após colhidos os votos dos Senhores Juizes Classistas, a Junta proferiu a seguinte

90

SENTENÇA

I-RELATÓRIO

EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI ajuizou ação trabalhista em desfavor de CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO alegando o pagamento inadequado de verbas rescisórias, o não pagamento de reajustes salariais, atrasos nos pagamentos de salários e o não recolhimento de depósitos do FGTS. Pediu a condenação da reclamada ao pagamento das verbas relativas a diferenças salariais e seus reflexos, inclusive sobre as verbas rescisórias, FGTS e multa indenizatória de 40%; juros, multas e correção monetária pela mora salarial; depósitos do FGTS não recolhidos à conta vinculada da reclamante, acrescidos da multa indenizatória de 40%; salários dos meses de abril, maio e junho/96; dobra salarial referida no art.467, da CLT, e a satisfazer honorários advocatícios. Deu à causa o valor de R\$1.000,00. Juntou documentos.

Comparecendo à audiência, a reclamada ofertou contestação arguindo preliminares de litispendência e de inépcia da inicial. No mérito, sustentou o pagamento parcial dos reajustes apontados e dos juros decorrentes da mora salarial, bem como a regularização dos recolhimentos do FGTS. Disse indevidos os honorários advocatícios, pedindo fossem julgados improcedentes os pedidos formulados na inicial. Juntou documentos.

A reclamante requereu a desistência da ação quanto ao pedido de pagamento dos salários dos meses de abril, maio e junho de 1996, com aquiescência da reclamada, o que foi homologado pela Junta para extinguir o processo, nesse particular, sem julgamento de mérito.

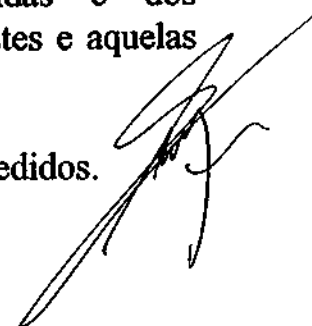
Manifestando-se acerca das preliminares arguidas e dos documentos acostados à contestação, a reclamante impugnou estes e aquelas por motivos diversos.

Sem outras provas, encerrou-se a instrução.

Razões finais orais pelo acolhimento e rejeição dos pedidos.

Propostas conciliatórias recusadas.

Ja



II- FUNDAMENTAÇÃO

II.a-LITISPENDÊNCIA. REAJUSTES SALARIAIS.

A reclamada relatou que o sindicato que congrega a categoria profissional a que pertence a reclamante suscitou, perante o Eg.TRT da 23ª Região, Dissídio Coletivo em que buscava "...normatividade para o haurimento dos reajustes salariais que não foram objeto de negociação via Acordo Coletivo..." e que "...aquela Egrégia Corte exarou Venerando Acórdão que acolheu parcialmente o pleito deduzido, aqueles mesmos índices postulados na primeira parte do item 2 da presente Reclamação, referente ao período 95/96, apontado como "período 94/95"..."

Não se conformando com aquela decisão, juntou a reclamada, "...dela recorreu ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, ...apelo que ainda se encontra pendente de julgamento pela instância *ad quem*."

Diante disso, arguiu a ocorrência de litispendência daquela ação em relação à versada nestes autos.

Equívocou-se a reclamada.

Com efeito, se a lei processual civil reconhece que "há litispendência quando se repete ação que está em curso..." e que "uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido" (parágrafos 3º e 2º, respectivamente, do art.301, do CPC), a hipótese vertente jamais poderia configurar litispendência, dado que, se admitida a identidade de partes pela representação da reclamante através do sindicato na ação coletiva, os pedidos são diversos, como diversa é a causa de pedir entre as duas ações.

Na ação coletiva, a causa de pedir foi a recusa da reclamada à negociação coletiva das condições econômicas e sociais a serem aplicadas a todos os contratos individuais dos membros da categoria profissional no período considerado por lei, e o pedido, de índole constitutiva, foi a fixação dessas condições através de sentença normativa.

Na ação individual, ora em apreciação, a causa de pedir é o não cumprimento da norma coletiva e o pedido é o de condenação da reclamada ao cumprimento da obrigação prevista na norma coletiva, ou seja, dos reajustes salariais no período considerado.

Não se trata, pois, de repetição de ação anteriormente ajuizada e que ainda se acha em curso, mas de ação que visa ao cumprimento das normas fixadas pela sentença proferida na ação anterior.

40

Assim , tem-se por não caracterizada a litispendência, relativamente ao pedido de reajustes salariais com base na sentença normativa proferida pelo Eg.TRT da 23ª Região no Dissídio Coletivo/ DC -1295/95, razão pela qual rejeita-se a preliminar.

Quanto ao pedido de pagamento de juros de mora, multa e correção monetária pelo atraso no pagamento de salários, restou demonstrada , pelos documentos de fls.56/63 , a existência da triplice identidade , de partes , de causa de pedir e de pedido da presente ação frente à contida nos autos nº374/96-3ª JCJ , por isso que se decide extinguir o processo , sem julgamento de mérito , com fundamento no art.267 , V , do CPC.

II.b - INÉPCIA DA INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DA MORA SALARIAL.

O pedido de pagamento de juros de mora, correção monetária e multa, apresenta-se , na inicial , como decorrência lógica dos atrasos verificados no pagamento dos salários do reclamante , que foram objeto de indicação específica das datas em que a obrigação deveria ter sido cumprida e aquelas em que foi efetivamente prestada , de sorte a evidenciar a mora da reclamada.

A inicial , nesse particular, atende aos requisitos traçados pelo art.840 , da CLT , pelo que se rejeita a preliminar.

II.c - DIFERENÇAS SALARIAIS DE MAIO/95 A MAIO/96 E A PARTIR DE MAIO/96 ATÉ A DESPEDIDA.

A reclamante afirmou que foi instaurado Dissídio Coletivo para a definição das cláusulas econômicas para o biênio 95/96 , cuja decisão foi proferida em 13.03.96 pelo Eg.TRT da 23ª Região , que "concedeu um aumento de 29,55% aos funcionários da empresa ...que deveriam ser pagos retroativos a maio de 1995 e com dedução das antecipações salariais concedidas". E que "tendo transitado em julgado o referido Dissídio Coletivo...a reclamada negou-se a repassar o percentual concedido..."

Verifica-se que a variação acumulada de 29,55% , mencionada na inicial , corresponde ao IPCr do período compreendido entre julho de 1994 e abril de 1995 , consoante as publicações oficiais .

A sentença proferida pelo Eg.TRT da 23ª Região no Dissídio Coletivo nº1295/95 , que deferiu parcialmente a Cláusula 1ª , fixou os seguintes termos para os reajustes salariais da categoria profissional:

90



103


104

“Reposição integral das perdas salariais no período de 1º de março de 1994 a 30 de abril de 1995, apuradas de 1º de março de 1994 a 30.06.94 será observada a URV para reajuste e , a partir de 01.07.94 a 30.04.95 será observado o IPC-r , devendo ser abatidos os percentuais comprovadamente pagos a tal título.” (fl.07)

Dessa decisão , a reclamada interpôs recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho (fl.76) , que ainda se encontra pendente de decisão. Mas , não há nos autos qualquer notícia a respeito de ter sido recebido o referido recurso ordinário com os efeitos devolutivo e suspensivo, o que induz a que se conclua que o foi apenas no devolutivo .

Destarte , a interposição do recurso ordinário ao TST não afastou a exigibilidade das obrigações da reclamada , previstas na citada sentença normativa , as quais , por ausente dos autos prova em contrário , têm-se por inadimplidas.

De consequência , deferem-se à reclamante a aplicação do reajuste de 29,55% sobre o valor do seu salário correspondente ao mês de abril de 1995 e as diferenças respectivas a partir do mês de maio de 1995 até o mês de maio de 1996, com os reflexos em todas as verbas que tenham o salário por base de cálculo, inclusive nas verbas rescisórias , depósitos fundiários e multa indenizatória de 40%.

À vista de que a referida sentença normativa previu a dedução dos percentuais comprovadamente pagos a tal título pela reclamada e que os efeitos da Resolução nº14/94 , que concedeu um reajuste linear de 15% aos servidores daquela (fl.77) , fizeram-se sentir no salário da reclamante a partir do mês de novembro de 1994, conforme provam os lançamentos em sua ficha financeira (salário do mês de outubro/94 = R\$1.148,00 x 1.15 = R\$1.320,20 = salário do mês de novembro/94 - fl.54) , determina-se a dedução desse percentual de 15% .

Não há falar em incorporação definitiva do referido reajuste ao salário da reclamante , pois isto significaria transpor os limites de vigência da sentença normativa fixados , genericamente , por lei , e , no caso concreto, pelo Egrégio Regional. Aplicação do Enunciado 277, do TST.

Indeferem-se os reflexos em repousos semanais remunerados dado que estes já estão abrangidos pelo salário do mensalista, como é o caso da reclamante.

40

II.d - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Descabida a condenação da reclamada na verba pleiteada, porquanto não configurada a hipótese descrita na Lei nº 5.584/70. Indeferem-se.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial e acolher a de litispendência, no que concerne ao pedido de juros e correção monetária sobre salários atrasados, e, quanto a este, extinguir o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, I, do CPC. No mérito, ainda por unanimidade, **ACOLHER EM PARTE** os pedidos para condenar a reclamada **CODEMAT-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO** a pagar à reclamante **EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI**, no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado e a regular liquidação desta sentença, as verbas relativas a diferenças salariais e seus reflexos nas demais verbas que tenham o salário por base de cálculo, inclusive nas verbas rescisórias, depósitos do FGTS e multa indenizatória de 40%, nos termos da fundamentação.

Atualização monetária e juros, na forma da lei.

Custas pela reclamada no montante de R\$100,00 calculadas sobre R\$5.000,00, valor provisoriamente arbitrado para esse fim à condenação.

Cumram-se os Provimentos nºs 01 e 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho/TST.

Intimem-se as partes.

Nada mais.

Encerrou-se às 16:16 horas.

ANTONIO JOSÉ MACHADO FORTUNA
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Handwritten signature
Dionísio Casares Filho
Juiz - Cuiabá
Representante dos Empregados

Handwritten signature
1ª Vara de Direito do Trabalho
Diretor do Setor de
Processos

Handwritten signature
Antônio José de Moraes Mallon
Juiz - Cuiabá
Representante dos Empregadores



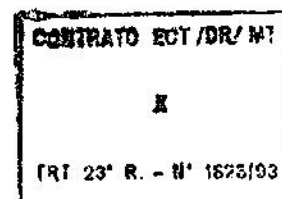
100

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

PROC. nº 1641/97

VENCIMENTO DE PRAZO E CONCLUSÃO

Certifico que em 13/02/97 (5ª), decorreu o
) para a interposição de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Endereço: Rua Miranda Reis, 441.

NOTIFICAÇÃO N° 796/97

EM 29.01.97

PROCESSO NR 1641/96

RECLAMANTE: EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI

RECLAMADO: CODEMAT



Pela presente fica v.Sa. NOTIFICADO para os fim(ns) previsto(s) nos
item(ns) abaixo

DESP. FL 100- TOMAR CIÊNCIA DE ATA DE AUDIÊNCIA DE FL
100/105 (CÓPIA ANEXA)

certifico que o presente
expediente foi encaminhado
ao destinatário, via postal,
em 29.01.97 (4ª feira).

RECEBI
31.01.97
M. A. L.
Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT
A/C DR OTHON JAIR DE BARROS
CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA
CUIABÁ-MT

**PJ-JT- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
2ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT**

25,33

PROCESSO: 1641/96

MANDADO: 368/97

EXEQUENTE: EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI

EXECUTADO: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO, para ser cumprido na forma abaixo:

O Doutor **BRUNO LUIZ WEILER SIQUEIRA**, Juiz do Trabalho Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT,

MANDA ao Sr. Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição, passado a favor de **EDWIGES MÍRIAM DE BARROS PROVATTI**, cite **Cia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT**, na pessoa de seu representante legal, para, em 48 horas, pagar a quantia de R\$ 8.520,20 (Oito mil quinhentos e vinte reais e vinte centavos), correspondentes ao principal custas processuais e honorários periciais, devidos no processo, de acordo com a decisão exarada à fl. 209:

"...Cite-se a executada..."

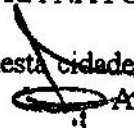
Principal (líquido)	R\$ 7.862,94
Custas Processuais	R\$ 157,26
Honorários Contábeis	R\$ 500,00
TOTAL	R\$ 8.520,20

(Valores atualizados até o dia 01.03.97)

Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, **PENHORE E AVALIE** tantos bens quantos bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL DE JUSTIÇA AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora (CLT art. 770 parágrafo único; CPC art. 172 parágrafos 1º e 2º).

O QUE SE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Cuiabá-MT, doze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e sete. Eu,  Antônio de Paula Santos Diretor de Secretaria, subscrevi.

BRUNO LUIZ WEILER SIQUEIRA
JUIZ DO TRABALHO PRESIDENTE

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO
CUIABÁ/MT.

17-03-97

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM. 2ª JCJ DE CUIABÁ-MT

1. Junta-se.
2. Conclusão.
Cuiabá, 03 de março de 1997

Paulo Roberto Brescovik
Juiz de Trabalho Substituto

Processo No. 1.641/96 - 2ª JCJ de Cuiabá/MT.

Reclamante: Edwiges Miriam de Barros Provatti

Reclamado: CODEMAT - Cia. de Desenv. do Estado de Mato Grosso.

EVANDRO BENEDITO DOS SANTOS, contador CRC/MT 3.890/O-8, perito credenciado ao processo em epígrafe às fls. 108, vem mui respeitosamente a presença de V. Exa., apresentar em anexo o laudo pericial, que compõe-se de quatro quadros, que demonstram o total da ação em 01.03.97, no importe de R\$ 7.968,27 (Sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos), conforme demonstrativo abaixo:

(+) Total devido em 01.03.97	R\$	7.968,77
(-) INSS a descontar	R\$	105,33
(=) Total do Reclamante	R\$	7.862,94

Estimando os honorários periciais em R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais), coloca-se a disposição de V. Exa. para eventuais esclarecimentos, que se façam necessários.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Cuiabá, 03 de março de 1.997

Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT - 3890
CPF 208 452 781 - 34

Processo No. 1.641/96 - 2ª JCJ de Cuiabá/MT.

Reclamante: Edwiges Miriam de Barros Provatti

Reclamado: CODEMAT - Cia. de Desenv. do Estado de Mato Grosso.

.....

RELATÓRIO PERICIAL

O laudo pericial ora apresentado foi realizado conforme determinações de r. sentença de fls. 100 a 105 dos autos.

Os quadros 01 e 02 apresentam os cálculos das diferenças salariais do ACT, nos percentuais de 29,55% em maio/95, com reflexos nas parcelas salariais, ATS e rescisórias do TRCT de fls. 05, FGTS e multa rescisória, sendo compensado o índice de fls. 77 dos autos.

O desconto da Contribuição Previdenciária - INSS esta demonstrado no quadro 03, cabendo salientar, que no ato do recolhimento ao INSS, a empresa deverá fazê-lo acrescido dos encargos patronais, estes cálculos foram demonstrados, face ao que determina os Provimentos 01 e 02 da CGJT.

O resumo dos cálculos e o total do reclamante em 01.03.97 está demonstrado no quadro 04.

Os coeficientes de atualização utilizados seguem a tabela do TRT- 23a. região e juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir do ajuizamento da ação.

Este laudo pericial segue as normas do principio contábil da equidade.

Cuiabá, 03 de março de 1.997


Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT - 3890
CPF 208 452 781 - 34



Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT 3890/O-5

PROCESSO Nº : 1.641/96 - 2ª JCJ DE CUIABÁ/MT.
RECLAMANTE : EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI.
RECLAMADA : CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO.

113
Y

QUADRO 01 - DIFERENÇAS SALARIAIS DE ACT

Mês Ano	Salário Base	Diferença Salarial	Reflexo no ATS	Total da Dif. Salarial	Coef. Atualiz. TRT	Total das Dif. Salariais/R\$
mai/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,27862289	372,27
jun/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,24275330	361,82
jul/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,20666790	351,32
ago/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,17603799	342,40
set/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,15366497	335,88
out/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,13489383	330,42
nov/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,11879769	325,73
dez/95	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,10400404	321,43
13º	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,10400404	321,43
(=) Sub Total						3.062,69
(+) TR de fevereiro/97 (0,6616%)						20,26
(=) Sub Total						3.082,95
(+) Juros de 1% ao mês de 19.09.96 a 28.02.97 (5,40%)						166,48
(=) Sub Total						3.249,43
(+) FGTS (8%)						259,95
(+) Multa Rescisória (40% do FGTS)						103,98
(=) Total em 01.03.97						3.613,37


Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT - 3890
CPF 208 452 781 - 34

PROCESSO Nº : 1.641/96 - 2ª JCJ DE CUIABÁ/MT.

RECLAMANTE : EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI.

RECLAMADA : CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO.

QUADRO 02 - DIFERENÇAS SALARIAIS DE ACT

Mês Ano	Salário Base	Diferença Salarial	Reflexo no ATS	Total da Dif. Salarial	Coef. Atualiz. TRT	Total das Dif. Salariais/R\$
jan/96	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,09034636	317,45
fev/96	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,07995182	314,42
mar/96	1.334,00	194,10	97,05	291,15	1,07123305	311,88
abr/96	1.346,65	195,94	97,97	293,91	1,06421244	312,78
mai/96	1.346,65	195,94	97,97	293,91	1,05798304	310,95
13º	1.211,24	176,24	0,00	176,24	1,05156952	185,32
F.V.	4.844,96	704,94	0,00	704,94	1,05156952	741,30
t.b.	1.009,36	146,86	0,00	146,86	1,05156952	154,44
1/3 Fér.	4.390,74	638,85	0,00	638,85	1,05156952	671,80
L. P.	2.423,97	352,69	0,00	352,69	1,05156952	370,88
(=) Sub Total						3.691,21
(+) TR de fevereiro/97 (0,6616%)						24,42
(=) Sub Total						3.715,63
(+) Juros de 1% ao mês de 19.09.96 a 28.02.97 (5,40%)						200,64
(=) Sub Total						3.916,28
(+) FGTS (8%)						313,30
(+) Multa Rescisória (40% do FGTS)						125,32
(-) Total em 01.03.97						4.354,90

Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT - 3890
CPF 208 452 781 - 34

**PROCESSO Nº : 1.641/96 - 2ª JCJ DE CUIABÁ/MT.****RECLAMANTE : EDWIGES MIRIAM DE BARROS PROVATTI.****RECLAMADA : CODEMAT - CIA. DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO.**115
Y**QUADRO 03 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - INSS**

(=) Teto do Salário Contribuição para o INSS/Reclamante	957,56
(x) Alíquota do INSS (%)	11,00
(=) INSS a descontar	105,33

QUADRO 04 - RESUMO DE CÁLCULOS

(+) Total do Quadro 01 - Diferenças Salariais do ACT	3.613,37
(+) Total do Quadro 02 - Diferenças Salariais do ACT	4.354,90
(=) Total devido em 01.03.97	7.968,27
(-) Total do Quadro 03 - INSS a descontar	105,33
(=) Total do Reclamante em 01.03.97	7.862,94


Evandro Benedito dos Santos
Contador CRC/MT - 3890
CPF 200 452 781 - 34



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

126
9

R.T.- 16A1 / 96

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao MM.
Juiz Presidente, ante cálculos.

Cuiabá-MT., 05 / 03 / 97 (4ª feira).


Márcio Manoel
Técnico Judiciário

Vistos, etc.

1. Homologo os cálculos de fls. , fixando o
crédito exequendo em :


Principal.....	LÍQUIDO	RS	7.862,94 ;
Custas.....		RS	157,26 ;
Honorários Contábeis.....		RS	500,00 ;
Honorários Periciais.....		RS	

até a data de 01 / 03 / 97, sem prejuízo de posterior
atualização.

2. Cite-se a executada.

3. Notifique-se o exequente.

Cuiabá, 05 / 03 / 97.


Paulo Roberto Brescovici
Juiz do Trabalho Substituto

Valfran Miguel dos Anjos
Marcos Dantas Teixeira
Fabio Petengill
Advogados

Rua Ricardo Franco nº 133 - Salas 202/203
Centro - Cuiabá - Mato Grosso
CEP 78005-030
Telefone (065) 322-3541

131
P

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA SECRETARIA INTEGRADA
DE EXECUÇÕES

010453, MT 98 02 24 03
DISTRIBUIÇÃO

Vistos, etc...
Recebido hoje.
Remetam-se os autos à Secretaria Integrada de
Execuções - SIEx, com as nossas homenagens.
Cuiabá-MT, 10 / 03 / 98 R. (f.)

Bruno Luiz Weiler Siqueira
Juiz Presidente 2ª JCI

PROCESSO Nº 1.641/96 - 2ª JCI

EDWIGES MIRIAN DE BARROS PROVATTI, qualificada,
por seu advogado abaixo assinado, vem à presença de V. Ex^a., requerer que
sejam remetidos os autos do Processo em epígrafe, à Secretaria Integrada de
Execuções, requerendo desde já, a atualização do crédito exequendo.

Termos em que pede e espera Deferimento.

Cuiabá (MT), 02 de março 1998.

Marcos Dantas Teixeira
OAB/MT 3850

Fábio Petengill
OAB/MT 5108

163
R

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx
SEÇÃO DE CITAÇÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES - SCPSI

Autos nº.: 0920/1998

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos, ao MM.
Juiz do Trabalho.

Cuiabá, 08 / 10 /99 - (6 ª feira).

^{gm}
Tânia Maria de Oliveira Lemos e Silva
Analista Judiciário

Vistos, etc.

Intime-se o(a) exeqüente, para que, em 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito para prosseguimento da execução, sob pena de suspensão da mesma por 01 (um) ano, conforme dispõe o art.40 da Lei 6.830/80 (LEF), cientificando-lhe sobre a existência de um livro trazendo o inventário dos bens da executada, em poder deste Juízo, objeto de apreensão efetuada no Processo nº 056/98, sendo-lhe facultada vista no balcão desta Secretaria, e caso queira cópias reprográficas do mesmo, fica desde já advertido que deverá arcar com o custo, a fim de que tal reprodução seja feita no estabelecimento localizado neste foro, eis que não será autorizada a retirada em carga de tal documento.

Cuiabá, 08 / 10 /99.


JULIANO PEDRO GIRARDELLO
Juiz do Trabalho

Edital nº. SCPSI 1921 99

A ser expedido em 11/10/99

Para o(a)(s) ELG


Luiz Carlos S. Ferreira
Assistente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
-DIGNO RELATOR DOS AUTOS DE AÇÃO RESCISÓRIA Nº 865/97

Cópia

004610 JUN 67 09 26 28
PROJECULO
JUSTIÇA DO TRABALHO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, sociedade de economia mista, com sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e Administrativo - CPA, Palácio Paiaguás, devidamente inscrita no CGC(MF), sob o No. 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu liquidante, **DR. JOSÉ GONÇALVES BOTELHO DO PRADO**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC, sob o No. 2.291-MT, nos autos de **AÇÃO RESCISÓRIA** proposta por **ENA MAIA DE ALMEIDA**, e que têm curso por essa Egrégia Corte, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc.01), advogados, regularmente inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aos termos daquela ação, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Do Descabimento da Rescisória

A Súmula 343 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, diz, verbis:

“Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais” (negritou-se)

O presente enunciado se presta cabalmente a espancar a pretensão de admissibilidade da presente rescisória, eis que a decisão objurgada fomentou-se precipuamente sobre aresto trazido a fundamento da peça contestatória ofertada, que retrata entendimento visceralmente contrário à tese esposada pelo Autor.

A controversão interpretativa da inteligência do artigo 219 *caput* do Digesto processual no tangente à interruptibilidade da prescrição na hipótese invocada ficou plenamente caracterizada, não por simples julgados expendidos por tribunais inferiores, mas sim, por entendimento correntio na Corte Excelsa, sufragado definitivamente e por unanimidade através o paradigma invocado, cujo inteiro teor forçoso se mostra reproduzir:

“Relator - o Sr. Ministro Alfredo Buzaid.

1 - Execução Fiscal. Julgado extinto o primeiro processo sem **julgamento do mérito**, cessaram os efeitos da citação, **notadamente o de interromper a prescrição**.

2 - Na segunda execução entende-se por válida a citação nela realizada, não aproveitando, para interrupção da prescrição, a citação feito no processo findo” (in RTJ 108/1.105).

A fundamentação desse julgado:

“A argumentação desenvolvida pelo agravante improcede de todo e em todo. Que a prescrição se interrompa pela citação feita ao devedor, coisa é que ninguém discute, porque é princípio consagrado no direito brasileiro (Código Tributário Nacional, art. 174,I; Código Civil, art. 172,I; Código de Processo Civil, art. 219. Mas não é este o problema.

Houve duas execuções. A primeira, fundada em crédito tributário julgado pelo Conselho de Contribuintes em 26.10.75, interrompeu a prescrição quinquenal (Código Tributário Nacional, art. 174,I); mas a Fazenda exequente foi julgada carecedora e o processo extinto sem julgamento do mérito. A segunda execução, na qual o devedor foi citado a 12 de dezembro de 1.980, foi ajuizada quando já tinha escoado o prazo prescricional.

O que pretende o agravante é que a primeira citação, feita no processo que se extinguiu sem julgamento do mérito, tenha a força de interromper a prescrição em relação ao segundo processo. Ora, entende-se por válida a citação que se realiza em processo que flui e não em processo que terminou. A citação é chamamento para cada processo que se inicia e não para os processos que estão ainda *in mente dei*” (sic-negritou-se).

É de se ressaltar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, dirimindo último das dissensões pretorianas, apascentou a matéria vertente pela prolação desse venerando Acórdão. Jamais se expendeu outro, em contraposição. Essa querela morreu ali, de morte morrida, pela dissecação científica de suas entranhas.

Talvez seja inspirado na necessidade da prevenção de discussão inúteis e dispendiosas sobre assuntos já decididos pela Suprema Corte, que já se cogitou, validamente ou não, da adoção do efeito vinculante dessas decisões.

Embora a supressões dessa ordem às instâncias inferiores em tese macule o princípio do livre convencimento do juiz, casos há que, à feição do presente, deveriam ser feitos morrer no nascedouro, à simples constatação da sua impertinência face a paradigmas de síntese ideal, lançados após o percuciente e Superior esquadrihar da intenção legislativa.

Ademais, outro aspecto envolvente dos pressupostos de admissibilidade da rescisória, há que ser abordado.

É curial que a decisão rescindenda não pode ser atacada em apenas um dos seus fundamentos, quando plúrimos forem eles. Essa é a condição *sine quibus* ao seu conhecimento. Vale dizer, torna-se indispensável que a sua propositura tenha por escopo o rejugamento da causa em todos os seus quadrantes, nos seus mais variados aspectos, na sua inteireza.

A Autora pretende ver desconstituída a sentença em comento em particularidade isolada. Deduziu sua irresignação contra fração do comando decisório ao pleitear a sua parcial “reforma”, exclusivamente no que concernia à matéria prescricional.

Theotônio Negrão, no autêntico “vade mecum” em que se constitui a sua obra Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, edição de 1.997, página 365 cita Acórdão exarado pelo STJ e publicado in RTJ 83/674 e DJU de 20.11.89, que em votação unânime, assim decidiu:

“Quando a decisão rescindenda tem dois fundamentos, a rescisória só poderá vingar se for procedente em relação a ambos”

Nem se argumente que os diferentes fundamentos a que refere esse Acórdão digam respeito à mesma matéria por comportar ela, mesma,

dúplice interpretação. O que o aresto faz deduzir é a necessidade anterior, suprida já com a inicial, sendo imanente e indissociável dela, de se fazer suscitar toda a *quaestio juris*, que igualmente deverá receber apreciação na sua integralidade. Faz o julgado trazido concluir que ausente da postulação rescisória elementos de discussão que mereceram análise na composição fundamental da sentença, não há de ser a peça de *intróito* sequer conhecida.

À toda prova a presente Ação Rescisória não tem cabimento. Assim, descabida, deve ser julgada, extinguindo-se *ab initio* o processado.

NO MÉRITO

Todos os aspectos jurídico-legais envolventes da interruptividade prescricional no respeitante ao *caput*, última parte, do artigo 219 do CPC foram trazidos à seara jurisprudencial pela imprevisão específica do ordenamento vigente.

Com efeito, não veio o citado dispositivo legal colocado de maneira a tornar inequívoca, a dissipar quaisquer dúvidas sobre a extensão do enunciado, quando, à feição do caso versando, as circunstâncias fáticas fizessem caracterizar materialmente a incidência da hipótese.

Confundem-se intrinsecamente os aspectos meritórios da pretensão deduzida com as expensões ora perpetradas em sede de preliminar, devendo, portanto prevalecer estas para o deslinde da questão posta, para o efeito de ser decretada a inoponibilidade da presente rescisória para o caso versando, por descabido o seu ajuizamento, decretando-se a sua extinção sem julgamento do mérito.


Caso, no entanto essa Colenda Turma assim não o entenda, na hipótese remota da admissibilidade da presente ação, o rejuizamento da causa haverá forçosamente de dar-se em abstração aos aspectos não meritórios decididos pela instância *a quo*, isto é, adstringindo-se à apreciação do postulado cuja prescrição foi declarada, embora esse desfecho contrarie frontalmente o referido Acórdão suso transcrito, tratante da obrigatoriedade da abordagem de todos os fundamentos que integram a decisão rescindenda.

Prejudicado o juízo de admissibilidade da presente ação, deve ser ela julgada totalmente improcedente com a condenação dos Autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios e demais cominações legais, assim também às penas da litigância de má-fé, nos termos do que prescrevem os artigos 16 e seguintes do nosso Código de Processo Civil.

Protesta pela produção de todos os meios de provas em direito permitidos, sem exclusão, assim como o depoimento pessoal dos autores, testemunhais, periciais etc.

Pede Deferimento .

Cuiabá/Mt., 09 de junho de 1.997


Newton Ruiz da Costa e Faria
OAB/MT 2.597

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO -
DIGNO RELATOR DOS AUTOS DE AÇÃO RESCISÓRIA Nº 865/97

Cópia

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT 23ª
003497 RM 97 13 2 6 03
PROTÓCOLO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - Em Liquidação, Sociedade de Economia Mista com sede nesta Capital, situada no Bloco da Fema, no Palácio Paiaguás-CPA, devidamente inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 03.474.053/0001-32, tendo sido regularmente notificada dos termos constantes dos autos de AÇÃO RESCISÓRIA proposta por ENA MARIA DE ALMEIDA, fluentes por essa Egrégia Corte, vem à presença de Vossa Excelência requerer se digne mandar juntar aos mesmos o incluso instrumento de mandato com a cláusula "ad iudicia" bem como os documentos formalizadores da sua constituição jurídica cujas cópias também seguem em anexo, bem como sejam-lhe dadas vistas dos referidos autos, mediante "carga", para que possa deduzir a sua defesa.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 13 de maio de 1997


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SR. DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

Processo nº TRT AR nº 865/97

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT 23ª
000560
FEB 98 02 25 47
PROTÓCOLO

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO - CODEMAT** - Em Liquidação, já devidamente
qualificada nos autos de **AÇÃO RESCISÓRIA** que lhe move **ENA MARIA
DE ALMEIDA**, e que têm curso por essa Egrégia Corte, vem à presença de
Vossa Excelência, nesta e na melhor forma de direito, oferecer
CONTRARIEDADE às razões deduzidas no **RECURSO ORDINÁRIO**
interposto pela Autara, aduzindo os substratos fáticos e os fundamentos
jurídicos a seguir expostos, em separado.

São os termos em que,
J. esta aos autos,
Pede Deferimento.

Cuiabá/Mt., 02 de fevereiro de 1.997

Newton Ruiz da Costa e Faria
OAB/MT., 2.597

Othon Jair de Barros
OAB/MT., 4.328

CONTRA - RAZÕES DA RECORRIDA

RECORRENTE - ENA MARIA DE ALMEIDA

RECORRIDA - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT
Em Liquidação

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLENDAS TURMAS

Insuscetível de reparos se mostra o venerando Acórdão objurgado, porquanto tenha sido prolatado segundo indeclináveis princípios de direito, como a seguir se deduz.

Como exaustivamente aduzido na peça de contestação, insofismável que a via eleita não se prestava, como não se presta, à desconstituição da respeitável sentença *a quo*.

O respeitável Acórdão recorrido, abondante minudente dos aspectos que envolveram a pretensão deduzida, fixou de forma incontestável a absoluta ausência dos mais elementares pressupostos a ensejar o seu acolhimento, mormente ante a flagrância da intenção, que simplesmente se constituía na revisão do julgado, incognoscível em sede de ação rescisória.

Com efeito, como muito bem posto na irreparável fundamentação do v. Acórdão objurgado, da análise dos aspectos jurídico-processuais envolventes das circunstâncias em que prolatado, evidenciou-se à toda prova a incorrência da hipótese figurante do Inciso V do artigo 485 da Lei Adjetiva Civil, autorizativa do acolhimento do remédio extremo.

De simplicidade ímpar a questão trazida ao conhecimento dessa Egrégia Corte Superior, sequer permite ela indagações maiores acerca da improcedência do seu móvel, que absolutamente não encontra guarida nos intitutos que regem o *rescisum*, de restrita aplicação aos estreitos limites e raras hipóteses neles mesmos insertos.

Todo o caudal doutrinário e jurisprudencial que fulge aos borbotões nos presentes autos a empanar a tese brandida pela Autora, submergindo-a no limbo da improcedência, afasta qualquer necessidade de citações outras que só fariam as presentes arguições redundantes e monótonas.

Por essas sucintas, mas insofismáveis razões, e invocando os indefectíveis suplementos jurídicos dessa Egrégia Corte, requer-se seja o recurso interposto inteiramente desprovido para o efeito de ser mantido incólume o v. Acórdão profligado.

Pede Deferimento

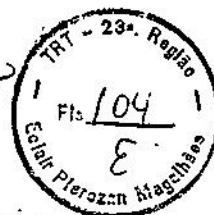
Cuiabá/Mt., 02 de janeiro de 1.998

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT 4.328

860

Ena Mano de Almeida



EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM 4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABA - MT

056340 1096 02 12 96
Data: 10/02/96

J. Aguarde-se a audiência.
Cbá. 06/12/96 (6-5-5)

Marcio Regis Valente
Juiz do Trabalho Presidente

Proc. nº 1758/96 - 4ª JCJ

ENA MARIA DE ALMEIDA, por seus advogados, nos autos do processo que move contra CODEMAT - CIA DE DESENV. DO ESTADO DE MATRO GROSSO, vêm, mui respeitosamente, perante V. Exa., IMPUGNAR a contestação apresentada aos autos, nos termos que seguem:

1- SALÁRIOS ATRASADOS

O reclamante, quando pediu o pagamento dos salários atrasados o fez, porque o reclamado, até o momento da propositura da ação não havia feito, os mesmos foram quitados no ato do rompimento do pacto laboral. Argumentamos apenas para efeitos morais que, quando o autor pleiteou estas verbas, as mesmas não haviam sido quitadas, portanto isto é que é um deslante.

2- PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA

A litispendência argüida pela defesa inexistente, pois o C. TST não recebeu o aludido Recurso Ordinário com o efeito suspensivo, como alegado. Tanto que não foi juntado Certidão neste sentido.

3- PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

O reclamante espanca vigorosamente a afirmação de que a petição inicial é inepta, vez que os fatos estão articulados corretamente.

concatenados com o pedido, permitindo ampla defesa. Sem razão alguma o reclamado portanto esta preliminar deve ser rejeitada.



4- REPOSIÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO

Não é necessário ser perito matematico para encontrar o índice do IPCr a ser repassado para a categoria beneficiada pelo julgamento do Dissídio Coletivo de que o reclamante faz parte, especialmente porque estes percentuais são publicados nos jornais de grande circulação. Porém, a diferença entre o índice do autor e do reclamado são insignificantes.

Quanto a alegação do reclamado de que, em dezembro/94 concedeu 15% que, deve ser deduzido do percentual a ser repassado à razão de 29,55% é inverídica vez que tal reajuste não foi repassado para o reclamante, tanto que não há nos autos documento indicando o fato, apenas a Resolução nº 14 que fica impugnada por ser unilateral. Assim, sem razão alguma o mesmo.

4- INCORPORAÇÃO DO REAJUSTE

O reajuste pleiteado, deve ser incorporado aos salários desde o momento em que passaram a serem devidas até a rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista que as mesmas foram concedidas pelo Egrégio TRT a título de reposição de perdas salariais ocorridas anteriormente, e perdas salariais devem ser totalmente anexadas ao salário para efeitos legais.

5- JUROS

Os juros pagos no Termo Resilitório não são referentes àqueles pleiteados na exordial, mas sim de atrasos de salários anteriores, tanto que não estão especificados, razão porque fica impugnado as alegações da defesa e o campo 46 do TRCT neste particular.

Diante do exposto, a reclamante impugna os documentos juntados à defesa, e requer o afastamento das nulidades argüidas, ao tempo em que renova o pedido de procedência da presente Reclamatória Trabalhista.

N. TERMOS

P. DEFERIMENTO

Cuiabá, 27 de novembro de 1.996.

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
OAB/MT 3850



Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT da 23ª. Região
4ª. Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 1997, reuniu-se a 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá - MT, presentes o Exmº. Sr. Juiz Presidente, Dr. **TARCÍSIO RÉGIS VALENTE**, e os Senhores Juizes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. nº 1.758/96, entre partes: **ENA MARIA DE ALMEIDA e COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT**, Reclamante e Reclamada, respectivamente.

Às 17:08 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes, fazendo presentes os que assinam esta ata.

A seguir, após colhidos os votos dos Senhores Juizes Classistas, a Junta proferiu a seguinte sentença:

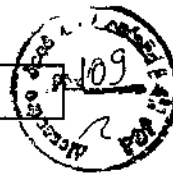
RELATÓRIO

ENA MARIA DE ALMEIDA ajuizou reclamatória trabalhista em desfavor da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, devidamente qualificadas na inicial, aduzindo que fora admitida em 02.03.67 e dispensada em 30.06.96. Pretende receber o reajuste de 29,55% referente a perdas salariais do período de 01.05.94 a 30.04.95, concedido nos autos de Dissídio Coletivo pelo Eg. TRT da 23ª. Região. Requer, pois, o reajuste salarial de 29,55% a partir de maio/95 nos termos da sentença normativa com os respectivos reflexos; juros e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários, conforme dadas descritas na inicial e os honorários advocatícios

Juntou documentos e atribui à causa o valor de R\$ 1.000,00.

Em audiência a Reclamada apresentou defesa que foi juntada às fls. 16/21. Alega, em preliminar, a inépcia da petição inicial quanto ao pedido de correção monetária dos salários pagos em atraso e litispendência quanto ao pedido relativo ao reajuste de 29,55%, visto que o reajuste foi concedido em sentença normativa de Dissídio Coletivo pelo Eg. TRT com recurso ao C. TST. No mérito, pugna pela improcedência dos pedidos iniciais.

A Reclamante, às fls. 104/105, impugnou os documentos juntados pela Reclamada.



Sem outras provas foi encerrada a instrução processual.
Razões finais orais remissivas.
Propostas conciliatórias recusadas.
É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

I - INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA

Não se verifica a inépcia da petição inicial alegada pela Reclamada quanto ao pedido de correção monetária, em face dos atrasos nos pagamentos dos salários, visto que a Reclamante declinou especificamente as datas em que os salários foram quitados, sendo que, alegando a Reclamada que os salários foram pagos em dia (fato impeditivo do direito do autor), deveria trazer aos autos os comprovantes de pagamento por constituir ônus seu, nos termos do art. 333, inciso II do CPC.

Rejeita-se.

II - DA LITISPENDÊNCIA

A Reclamada alega litispendência em relação ao pedido de reajuste salarial de 29,55% a partir de maio/95 por ter sido objeto de sentença normativa em Dissídio Coletivo que encontra-se em grau de recurso perante o Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Sem razão, contudo. Inexiste qualquer litispendência entre a ação proposta pelo Sindicato Profissional em Dissídio Coletivo e a presente ação proposta pelo Reclamante, em face a diversidade de partes.

Ademais, o dissídio coletivo proposto pelo Sindicato Profissional tem natureza diversa do dissídio individual, sendo que é exatamente a sentença normativa que dá amparo legal ao Reclamante de postular o reajuste salarial concedido naquel'outro dissídio de natureza coletiva.

Rejeita-se.

III - REAJUSTE SALARIAL

Com espeque em sentença normativa prolatada pelo Eg. Regional em Dissídio Coletivo, o Reclamante requer o pagamento do reajuste salarial no percentual de 29,55%, a partir do mês de maio/95.

O documento de fl. 88 comprova que foi interposto recurso da sentença normativa, contudo, o recurso na espécie tem efeito meramente devolutivo e inexistem nos autos qualquer comprovante de que o Presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho tenha dado efeito suspensivo ao recurso interposto.

Como o Reclamando não comprovou nos autos o pagamento do reajuste determinado na sentença normativa, defere-se o pleito nos termos da Cláusula Primeira, assim redigida:



“Reposição integral das perdas salariais no período de 1º. de março de 1994 à 30 de abril de 1995, apuradas de 1º. de março de 1994 a 30.06.94 será observada a URV para reajuste e, a partir de 01.07.94 a 30.04.95 será observado o IPC-r, devendo ser abatidos os percentuais comprovadamente pagos a tal título”.

Defere-se os reflexos sobre as férias com o acréscimo de 1/3, 13º. salário, FGTS e adicional por tempo de serviço.

V - CORREÇÃO MONETÁRIA

A Reclamante afirma que a partir de fevereiro/95 a Reclamada passou a pagar seus salários com sucessivos atrasos, declinando, especificamente, as datas em que os salários foram quitados.

A Reclamada limita-se a alegar inépcia da petição inicial, já afastada, e que os salários foram pagos em dia, contudo, não trouxe aos autos os comprovantes de pagamento para desvencilhar-se do ônus da prova que lhe competia, nos termos do art. 333, inciso II do CPC.

Defere-se, pois, a correção monetária e os juros sobre os salários pagos em atraso (art. 147, § 3º da Constituição Estadual), conforme datas declinadas na inicial, eis que outra não restou demonstrada pela Reclamada.

Deverão ser compensados os valores pagos a título de juros (campo 43 do TRCT de fl. 47).

VI - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Indefere-se a verba em epígrafe, eis que não preenchidos os requisitos do art. 14 da Lei nº 5.584/70 consubstanciados no Enunciado 219 do Colendo TST.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Eg. 4ª J.C.J. de Cuiabá - MT, à unanimidade: a) Rejeitar a preliminar de inépcia da petição inicial quanto ao pedido de correção monetária; b) Rejeitar a preliminar de listispendência; c) julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os outros pedidos iniciais para condenar a Reclamada COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT a pagar à Reclamante ENA MARIA DE ALMEIDA, tão logo esta sentença transite em julgado, a correção monetária sobre os salários pagos em atraso (item V) e as diferenças salariais e reflexos (item IV), tudo nos termos da fundamentação, liquidadas por cálculo aritmético do contador.

A Reclamada deverá pagar e comprovar nos autos as parcelas devidas a Previdência Social, bem como recolher o Imposto de Renda sobre as parcelas tributáveis (Provimentos 1 e 2 do TST).

4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT



Custas processuais no importe de R\$ 20,00, calculadas sobre
R\$ 2.000,00, valor ora arbitrado à condenação, pela Reclamada.


Partes cientes.


Nada mais.


Tarésio Régis Valente

Juiz do Trabalho

Presidente da 4ª J.C.J. de Cuiabá-MT


Paulo César Moraes Xavier
Juiz Clássista R. dos Empregados


Alfredo Augusto Mucedo Neto
Juiz Classista R. dos Empregadores


Adriana Benatar
Diretora de Secretaria

***** F I C H A F I N A N C E I R A *****

EMIITDC EM 06/27/95

NOME - FNA MARIA DE ALMEIDA

MATRICULA - 0026638

DEPTO- 02
MUNIC- 001
UNID - 001

JMIS- 02.03.67
DEMIS-
AFAST-
OPCAD- 020367

BCC- DO ESTADO DE MATO GR
AGE- CUIABA
DEPENDENTES - SF-00 IR-01
NASCIMENTO - 181038

*** J A N E I R O 94 ***	*** F E V E R E I R O 94 ***	*** M A R C O 94 ***	*** A B R I L 94 ***
VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR
SALARIO BASE..... 501.872,00	SALARIO BASE..... 669.607,00	SALARIO BASE..... 1037.012,38	SALARIO BASE..... 1381.099,98
AD. TEMPO DE SERVI... 295.936,00	AD. TEMPO DE SERVI... 334.803,50	AD. TEMPO DE SERVI... 518.506,15	AD. TEMPO DE SERVI... 620.549,29
ASC-MENSALIDADE... 5.918,72	ASC-MENSALIDADE... 6.696,07	ASC-MENSALIDADE... 59.431,09	ASC-MENSALIDADE... 79.150,72
IAPAS..... 28.899,29	IAPAS..... 37.641,22	IAPAS..... 1.350,00	IAPAS..... 1.350,00
FINANCIAL SEGUROS... 531,00	FINANCIAL SEGUROS... 531,00	FINANCIAL SEGUROS... 10.370,12	FINANCIAL SEGUROS... 13.811,00
SINDPD / MT..... 5.918,72	SINDPD / MT..... 6.696,07	SINDPD / MT..... 152.183,00	SINDPD / MT..... 218.179,00
I. R. RETIDO NA FON... 127.331,00	I. R. RETIDO NA FON... 111.160,11	I. R. RETIDO NA FON... 115.941,00	I. R. RETIDO NA FON... 115.941,00

TOTAL LIQUIDO... 719.209,36 825.745,03 1.332.184,36 2.008.069,70

*** M A I O 94 ***	*** J U N H O 94 ***	*** J U L H O 94 ***	*** A G O S T O 94 ***
VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR
SALARIO BASE..... 1896.540,79	SALARIO BASE..... 993,64	SALARIO BASE..... 1.081,01	SALARIO BASE..... 1.117,66
DIF URV MES ANTERI... 260.019,47	DIF URV MES ANTERI... 160,84	DIF URV MES ANTERI... 540,51	DIF URV MES ANTERI... 559,83
AD. TEMPO DE SERVI... 948.270,40	AD. TEMPO DE SERVI... 496,82	AD. TEMPO DE SERVI... 56,94	AD. TEMPO DE SERVI... 1.676,49
ASC-DIVERSOS..... 2.000,00	ASC-DIVERSOS..... 56,94	ASC-DIVERSOS..... 1,68	ASC-DIVERSOS..... 101,62
IAPAS..... 108.690,59	IAPAS..... 1.350,00	IAPAS..... 10,81	IAPAS..... 50,81
FINANCIAL SEGUROS... 1.350,00	FINANCIAL SEGUROS... 9,94	FINANCIAL SEGUROS... 187,00	FINANCIAL SEGUROS... 5,00
SINDPD / MT..... 18.965,41	SINDPD / MT..... 114,34	SINDPD / MT..... 56,74	SINDPD / MT..... 56,94
I. R. RETIDO NA FON... 314.434,00	I. R. RETIDO NA FON... 114,34	I. R. RETIDO NA FON... 56,94	I. R. RETIDO NA FON... 2,70

TOTAL LIQUIDO... 2.659.390,66 1.468,39 1.365,09 2.972,65

*** S E T E M B R O 94 ***	*** O U T U B R O 94 ***	*** N O V E M B R O 94 ***	*** D E Z E M B R O 94 ***
VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR	VERBA VALOR
SALARIO BASE..... 1.587,00	SALARIO BASE..... 1.587,00	SALARIO BASE..... 1.825,05	SALARIO BASE..... 1.825,05
AD. TEMPO DE SERVI... 793,50	AD. TEMPO DE SERVI... 793,50	AD. TEMPO DE SERVI... 912,53	AD. TEMPO DE SERVI... 912,53
ABONO 1/3 C. FEDERA... 1.832,99	ABONO 1/3 C. FEDERA... 56,94	ABONO 1/3 C. FEDERA... 56,94	ABONO 1/3 C. FEDERA... 357,08
ADIANTAMENTO 13 SA... 1.190,25	ADIANTAMENTO 13 SA... 2,70	ADIANTAMENTO 13 SA... 18,25	ADIANTAMENTO 13 SA... 56,94
LICENCA PREMIO..... 2.380,50	LICENCA PREMIO..... 15,87	LICENCA PREMIO..... 446,00	LICENCA PREMIO..... 18,25
DEV. ADIANT. FERIAS... 1.676,40	DEV. ADIANT. FERIAS... 358,00	DEV. ADIANT. FERIAS... 1.190,25	DEV. ADIANT. FERIAS... 440,00
FINANCIAL SEGUROS... 2,70	FINANCIAL SEGUROS... 56,94	FINANCIAL SEGUROS... 351,00	FINANCIAL SEGUROS... 351,00
SINDPD / MT..... 1,87	SINDPD / MT..... 56,94	SINDPD / MT..... 56,94	SINDPD / MT..... 56,94
I. R. RETIDO NA FON... 1.053,30	I. R. RETIDO NA FON... 56,94	I. R. RETIDO NA FON... 56,94	I. R. RETIDO NA FON... 56,94

TOTAL LIQUIDO... 5.036,18 1.946,99 2.996,00 2.576,77

31

ENITIDC EN 01/22/96

DEPT-02 ADMIS-03.01.68 BCC- DC ESTAC LE MATO GR
MLNIC-001 DEMIS- AGE- CUIABA
UNID-001 AFAS- DEPENDENTES - SF-DO IR-01
OPGAG-030168 NASCIMENTO - 181038

FUNK AC-

TOTAL LIQUIDE..	4.459,65	3.168,78	1.600,00	588,60
-----------------	----------	----------	----------	--------

M A I O 95		J U N H O 95		J U L H O 95		A G O S T O 95	
VERBA	VALOR VERBA	VERBA	VALOR VERBA	VERBA	VALOR VERBA	VERBA	VALOR VERBA
SALARIO BASE.....	1.881,40	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05
AD. TEMPO DE SERVI.....	940,70	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03
RET. EM RAZAO TETO.....	777,91	RET. EM RAZAO TETO.....	82,26	RET. EM RAZAO TETO.....	276,57	RET. EM RAZAO TETO.....	276,57
CIF. FIN. SEGRS.....	7,20	CIF. FIN. SEGRS.....	5,90	CIF. FIN. SEGRS.....	25,83	CIF. FIN. SEGRS.....	25,83
IAPAS.....	58,28	IAPAS.....	19,40	IAPAS.....	113,62	IAPAS.....	113,62
BAMERINDUS SEGRS.....	9,90	BAMERINDUS SEGRS.....	479,06	BAMERINDUS SEGRS.....	83,26	BAMERINDUS SEGRS.....	83,26
SINDPC / MT.....	18,81	SINDPC / MT.....	19,40	SINDPC / MT.....	19,40	SINDPC / MT.....	19,40
I. R. RETIDO NA FON.....	450,00	I. R. RETIDO NA FON.....	520,00	I. R. RETIDO NA FON.....	520,00	I. R. RETIDO NA FON.....	520,00

TOTAL LIQUIDC..	1.500,00	2.318,52	2.697,54	2.458,81
-----------------	----------	----------	----------	----------

[illegible]

OTAL-ECUADOR	2,453,91	2,474,81	4,565,30	4,487,30
--------------	----------	----------	----------	----------

***** F I G H A F I N A N C E I R A *****

NOME - ENA MARIA DE ALMEIDA

MATRICULA - 002638

DEPTO - 02

CHIS - C3.01.68

BCC - DO ESTADO DE MATO GROSSO

CARGO -

FUNGAC -

MUNIC - 001

DENIS -

AGE - GUIABA

UNID - 001

AFAST -

DEPENDENTES - SE-CC-1F-01

OPCAO - C3C168

NASCIMENTO - 181028

*** J A N E I R O 96 *** ** F E V E R E I R O 96 *** ** M A R C O 96 *** ** A B R I L 96 ***

VERBA	VALOR	VERBA	VALOR	VERBA	VALOR	VERBA	VALOR
SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05
AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03
ABONO 1/3 C. FEDERA.....	2.269,86	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62
PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59
REV. AJUST. FORTAS.....	2.910,08	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62
PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59
SINDPD / MT.....	19,40	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50
I. R. RETIDO NA FON.....	229,00	SINDPD / MT.....	19,40	SINDPD / MT.....	19,40	SINDPD / MT.....	19,40
		I. R. RETIDO NA FON.....	267,00	CONT. SINDICAL.....	367,00	I. R. RETIDO NA FON.....	267,00

TOTAL LIQUIDO... 2.125,18 2.535,81 2.503,48 2.535,81

*** M A I O 96 *** ** J U N H O 96 *** ** **

VERBA	VALOR	VERBA	VALOR	VERBA	VALOR	VERBA	VALOR
SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05	SALARIO BASE.....	1.940,05
AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03	AD. TEMPO DE SERVI.....	970,03
PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62	PARC.DIF.13 SALARI.....	113,62
IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59	IAPAS.....	91,59
PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50	PAMERINDUS SEGUROS.....	9,50
SINDPD / MT.....	19,40	SINDPD / MT.....	19,40	SINDPD / MT.....	19,40	SINDPD / MT.....	19,40
I. R. RETIDO NA FON.....	367,00	I. R. RETIDO NA FON.....	367,00	I. R. RETIDO NA FON.....	367,00	I. R. RETIDO NA FON.....	367,00

TOTAL LIQUIDO... 2.535,81 2.535,81

120



4º JCJ						
PROCESSO Nº: 1758/96						
INICIAL: 15.10.96						
Verbas deferidas conforme sentença de fls. 108 a 111.						
Deferir-se: Reposição integral das perdas salariais no período de 1º de março de 94 à 30 de abril de 1995, apuradas de 1º de março de 1994 a 30.06.94, será observada a URV para reajuste e, a partir de 01.07.94 a 30.04.95 será observado o IPC-r, devendo ser abatidos os percentuais comprovadamente pagos a tal título. Deferir-se os reflexos sobre as férias com o acréscimo de 1/3, 13º salário, FGTS e adicional por tempo de serviço.						
Deferir-se a correção monetária e os juros sobre os salários pagos em atraso (art. 147, § 3º da Constituição Estadual), conforme datas declinadas na inicial. Deverão ser compensados os valores pagos a título de juros (campo 43 do TRCT de fl. 47).						
CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA:						
PERDAS SALARIAIS:						
SALÁRIO DE ABRIL: R\$1.881,40 x 29,50% = R\$555,01						
SALÁRIO CORRIGIDO: R\$2.436,41						
	MES/ANO	SALÁRIO	SAL. CORR.	# SAL.	ÍNDICE	TOTAL
	mai/95	1.881,40	R\$2.436,41	R\$ 555,01	1,32010782	R\$ 732,67
	jun/95	1.881,40	R\$2.436,41	R\$ 555,01	1,28307444	R\$ 712,12
	jul/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,24581824	R\$ 618,40
	ago/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,21419454	R\$ 602,70
	set/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,19109562	R\$ 591,24
	out/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,17171544	R\$ 581,62
	nov/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,15509705	R\$ 573,37
	dez/95	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,13982342	R\$ 565,79
	jan/96	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,12572262	R\$ 558,79
	fev/96	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,11499083	R\$ 553,46
	mar/96	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,10598919	R\$ 548,99
	abr/96	1.940,03	R\$2.436,41	R\$ 496,38	1,09874080	R\$ 545,39
	TOTAL DA DIFERENÇA SALARIAL					R\$ 7.184,53
REFLEXOS NAS VERBAS RESCISÓRIAS:						
Férias com 1/3 = R\$545,39 + R\$181,80 = R\$727,18						
13º salário = R\$545,39						
FGTS = R\$7.184,53 x 8% = R\$574,76						
Adicional por tempo de serviço = R\$7.184,53 x 50% = R\$3.592,26						
SUBTOTAL				R\$ 5.439,59		
CORREÇÃO MONETÁRIA:						



MÊS/ANO	SALARIO	DATA PAG.	INDICE ATÉ DATA PAG.	SAL. CORR.	#	INDICE ATÉ 30.06.97	TOTAL
jan/95	2.737,58	22.02.95	1,0155824	R\$ 2.780,24	R\$ 42,66	1,44684414	R\$ 61,72
fev/95	2.737,58	09.05.95	1,06772709	R\$ 2.922,99	R\$ 185,41	1,35114633	R\$ 250,51
mar/95	2.822,10	02.06.95	1,07116251	R\$ 3.022,93	R\$ 200,83	1,31653522	R\$ 264,40
abr/95	2.822,10	02.06.95	1,03527271	R\$ 2.921,64	R\$ 99,54	1,31653522	R\$ 131,05
mai/95	2.822,10	28.06.95	1,0260786	R\$ 2.895,70	R\$ 73,60	1,28655819	R\$ 94,69
jun/95	2.910,08	09.08.95	1,03799593	R\$ 3.020,65	R\$ 110,57	1,23610747	R\$ 136,68
jul/95	2.910,08	26.09.95	1,04293400	R\$ 3.035,02	R\$ 124,94	1,19453229	R\$ 149,25
ago/95	2.910,08	23.10.95	1,05141027	R\$ 3.059,69	R\$ 149,61	1,17722028	R\$ 176,12
set/95	2.910,08	15.12.95	1,03841446	R\$ 3.021,87	R\$ 111,79	1,14703292	R\$ 128,23
out/95	2.910,08	22.12.95	1,02510308	R\$ 2.983,13	R\$ 73,05	1,143032199	R\$ 83,50
nov/95	2.910,08	22.12.95	1,0105641	R\$ 2.940,82	R\$ 30,74	1,14302199	R\$ 35,14
dez/95	2.910,08	19.01.96	1,0079530	R\$ 2.933,22	R\$ 23,14	1,13082991	R\$ 26,17
jan/96	2.910,08	16.02.96	1,0060682	R\$ 2.927,74	R\$ 17,66	1,11893266	R\$ 19,76
fev/96	2.910,08	22.04.96	1,01278984	R\$ 2.947,30	R\$ 37,22	1,1012723	R\$ 40,99
mar/96	2.910,08	29.05.96	1,01198360	R\$ 2.944,95	R\$ 34,87	1,09318411	R\$ 38,12
TOTAL							R\$1.636,32
VALOR A COMPENSAR EM 30.06.96							R\$ 4.436,38
Atualização p/ 30.06.97 (1,08568767)							R\$ 4.816,52
RESUMO DO CALCULO:							
Diferenças salariais							R\$ 7.184,53
Reflexos nas V. rescisórias							R\$ 5.439,59
Correção sobre salários atrasados							R\$ 1.636,32
SUBTOTAL							R\$14.260,44
Valor a deduzir							R\$ 4.816,52
SUBTOTAL							R\$ 9.443,92
Juros de mora (8,54%)							R\$ 806,51
TOTAL DAS VERBAS DEFERIDAS							R\$10.250,43
CÁLCULO DO INSS:							
Base de cálculo							R\$ 957,56
INSS a recolher							R\$ 105,33
CÁLCULO DO IRRF:							
Parcela de incidência							R\$ 8.869,16
Dedução do INSS							R\$ 105,33
Base de cálculo							R\$ 8.763,83
Aliquota (25%)							R\$ 2.190,96
Parcela a deduzir							R\$ 315,00

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
SIEx - SEÇÃO CITAÇÃO, PENHORA, SOLUÇÃO INCIDENTES
R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI 3ª AND, BANDEIRANTES

MANDADO Nº.: 000946

(RECLAMADO)

7/01/98

PROCESSO Nº.: 4ªJCJ/1.758/96

NMRSIEx Nº.: 2.866/97

RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA

RECLAMADO CODEMAT S/A

MANDADO DE CONSTATAÇÃO E PENHORA

FINALIDADE: Constatar se a conta bancária abaixo indicada é correlata à executada e, se for o caso, penhorar o dinheiro nela depositado ou aplicado, até o limite atualizado do débito, cujo valor, na data de 31/01/98, importa em R\$11.962,09.

- CONTA CORRENTE 78.003, AGÊNCIA 3325-1 (AG. GOIABEIRAS) DO BANCO DO BRASIL;
- CONTA CORRENTE 2295.006.00000011-6, AGÊNCIA SHOPPING GOIABEIRAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Fica o Oficial de Justiça Avaliador autorizado a solicitar reforço policial, mediante apresentação deste à autoridade, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora (art. 770, parag. único, da CLT, e art. 172, § 1º e 2º, do CPC).

Expedi este mandado por ordem do(a) Juiz(a) do Trabalho da SECRETARIA DE EXECUÇÕES, devendo ser entregue para cumprimento a quem couber por distribuição.

CUIABÁ, 27 de Janeiro de 1998

ORIGINAL ASSINADO

MÁRCIO MANOEL

Chefe de Seção

CODEMAT S/A

PALÁCIO PAIAGUÁS

CENTRO POLÍTICO ADMINIST.

CUIABÁ - MT

CERTIDÃO DA INTIMAÇÃO

NOME DA PESSOA INTIMADA: _____
RG Nº.: _____ CPF Nº.: _____
CARGO OU FUNÇÃO: _____
DATA DA INTIMAÇÃO ____/____/____ ASSINATURA: _____
OFICIAL DE JUSTIÇA: _____ OBS: _____

178
93

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região
Secretaria Integrada de Execuções - SIEx
Seção de Citação, Penhora e Solução de Incidentes
Processo N.º 2866/97

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os
autos ao MM. Juiz
Cuiabá, 27 de janeiro de 1999

Maria Estela Zanandrea Tiveron
Diretora SIEx

Vistos, etc.

Postula o exequente, na petição nº 109, a penhora de suposto crédito da executada junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, decorrente de contrato de empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Todavia, não há elementos nos autos a demonstrar a existência do crédito que o exequente pretende ver penhorado, condição indispensável a tal modalidade de constrição. A Resolução do Senado Federal nº 109, de 17 de dezembro de 1998 tão somente autoriza o Estado de Mato Grosso a firmar contrato de empréstimo junto ao BIRD, mais especificamente, e conforme os seus próprios termos, "autoriza o Estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinada a financiar parcialmente o Programa de reforma do estado de Mato Grosso."

A Resolução supramencionada não implica na imediata celebração do acordo que dará origem ao crédito da executada, tendo apenas fixado os parâmetros para a operação e, ainda, concedido, no seu art. 4º, prazo de 540 dias para o exercício da autorização pelo Governo do Estado.

Considerando que não demonstrada a existência do crédito, através da assinatura do contrato de empréstimo junto ao Bird, incabível se revela a penhora requerida, por falta de objeto. **Indeferido.**

Intime-se o exequente.

Cuiabá, 27 de janeiro de 1999.

Marta Alice Velho
Juíza do Trabalho Substituta

Edital nº. SCPSI 32, 99

Expedido em 08/02/99

Para o/a(s) EXEQ.

Paulo Sérgio Guimarães Lopes de C...
Técnico Judiciário

Valério Miguel dos Anjos
Marcelo Santos Teixeira
Fabio Petençill
Advogados

Rua Zulmira Canavarros, nº 338
Centro, Cuiabá (MT)
Telefones (065) 623-9273/623-9132
CEP 78.005.390

EXMO. SR. JUIZ DO TRABALHO DA MM. SECRETARIA
INTEGRADA DE EXECUÇÕES

JUNTA DO
cf. art. 162, § 4º CPC
(Lei 8952/94)

24/05/01 (93 fl.)

[Assinatura]
Procurador

PROCESSO Nº 2.866/1.997 - SCPSI

ENA MARIA DE ALMEIDA, através de seus procuradores constituídos nos autos do processo em epígrafe, vem à honrosa presença de V.EXª, requerer a penhora do bem imóvel que encontra-se constricto nos autos do processo 3.355/1.997 desta Secretaria, posto que o bem está avaliado em R\$ 400.000,00 e naqueles autos somente remanesceram 4 dos 16 exequentes originais, sendo que o total de seus créditos importa em R\$ 66.437,41.

Portanto requer seja deferida a penhora no rosto dos autos 3.355/97, intimando-se a executada da penhora da quota parte ideal relativa ao crédito do obreiro a incidir sobre o bem imóvel escriturado no Cartório do 5º Serviço Notarial de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Cuiabá, livro 02, matrícula 59.860, fl. 01, medindo 2.000 metros quadrados, e situada ao lado da AABB de Cuiabá (MT).

Termos em que, P. Deferimento

Cuiabá, 15 de maio de 2.001

[Assinatura]
Fabio Petençill
OAB/MT 5106

197
L

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO CITACÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES-SCPSI

Autos nº.: 2866/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os autos, ao
MM. Juiz do Trabalho.
Cuiabá, 22 de maio de 2 001 (3ª. fª)

Ana A Soares
Técnico Judiciário

Vistos, etc...

Preliminarmente, certifique a secretaria
junto aos autos nº SIE_x-3355/97, o bem lá penhorado,
a avaliação do mesmo, valor em execução e atual
andamento do mesmo.

Ato contínuo, intime-se o exequente para
que, no prazo de 15 (quinze) dias, traga aos autos
certidão atualizada do imóvel que pretende ver
penhorado.

Cumpra-se com prioridade.

Após, à conclusão para apreciação do
presente requerimento.

Cuiabá, 22 de maio de 2 001.

WANDERLEY PIANO DA SILVA
Juiz do Trabalho

Edital nº. SCPSI 31:101
A ser expedido em 18/01/01
Para o/a(s) E. J. J.

Angélica M. S. Domingos
Assistente

198
P

JUSTIÇA DO TRABALHO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx.

Proc. nº 2.866/97

CERTIDÃO

Atendendo a determinação, Certifico que nos autos SIEx nº 3.355/97, temos os seguintes dados:

- **Valor da Execução:** R\$ 99.801,89 em: 30.06.00.
- **Bem Penhorado:** Conforme cópia anexa.
- **Avaliação do bem penhorado:** R\$ 400.000,00 em: 11.10.99.
- **Atual Andamento:** Houve praça negativa do imóvel acima referido em 24.04.01 às 12:31 horas. O exequente atravessou petição solicitando que não houvesse leilão, por enquanto, pois existe vários pedidos de penhora a serem feitas no rosto dos autos. Caso não haja arrematante, os exequentes, desde já anunciam a intenção de adjudicar o bem imóvel. O pedido foi deferido e os autos encontram-se aguardando prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 22.05.01.

Era o que tinha a certificar.

Cuiabá, 05 de maio de 2001 (3ª feira)


Liege Maria Araujo Silva
Téc. Judiciário



199
A 8

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Siex – Seção Citação, Penhora, Solução Incidentes

MANDADO Nº.: 8.931/99

PROCESSO Nº.: 3.355/97

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro de 1999, no Bairro do Terceiro, na cidade de Cuiabá - MT, onde compareci em cumprimento ao r. mandado, passado a favor de APARECICA GARCIA DE CASTRO PIN E OUTROS 14 contra COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, para pagamento de R\$ 372.393,77 (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos), observadas as formalidades legais, procedi a penhora o bem infra caracterizado:

- um lote de terreno com área de 2.000 m², desmembrado de área maior pertencente à AABB com os seguintes limites: ao Norte com a estrada de Rodagem para o Campo Velho e com terceiros; ao Sul com terras pertencentes à AABB e com faixa pertencente à marinha; à Leste com terras pertencentes à AABB; à Oeste com a margem esquerda do Córrego Gambá. Os marcos estão assim situados: o 1º está cravado à 4,00m da margem do Córrego Gambá, limitando com terras de quem de direito; o 2º limita-se com terras de quem de direito, distante 98,00m do 1º, ao rumo de 54°30'SE; o 3º marco está enclavado junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras de quem de direito, distante 98,30m do 2º, ao rumo de 30°00'NE; o 4º marco encontra-se junto a estrada para o Campo Velho limitando-se com terras pertencentes à AABB, distante 11,00m do 3º, ao rumo 54°00'SE; o 5º marco está limitando com terras pertencentes à AABB distante 98,00m do 4º, ao rumo de 30°00'SW; o 6º marco limita-se com terras pertencentes à AABB, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 113,00m do 5º, ao rumo de 57°15'SW; o 7º está a 3,00m da margem esquerda do Córrego Gambá, nos limites da faixa Marinha, distante 83,50m do 6º, ao rumo de 54°30'SE, distante também 107,00m do 1º marco em diferentes rumos, pela margem esquerda do Córrego Gambá. Serve como limite natural entre o 7º e 1º marcos o Córrego Gambá, por sua margem esquerda. Lote adquirido nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em Cuiabá - MT, no Cartório do Segundo Ofício de Notas, desta Capital, em 14/04/76, às fls. 131v a 133v, do livro 237-A, e matriculado sob o número 1.325, às fls. 24, ficha 01, do Livro 2-B, em 25/06/76, no Segundo Serviço Notarial e Registral de Cuiabá - MT.

BENFEITORIAS:

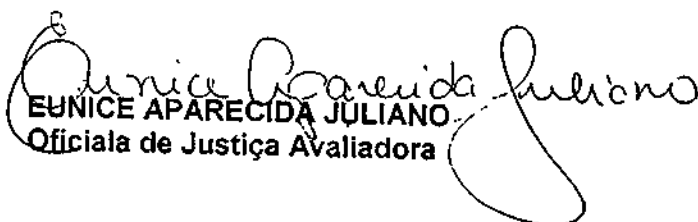
- Possui uma área construída de 320,88 m², tombada pelo Patrimônio Histórico, construída no ano 1890 e parcialmente reformada em Junho de 1983. Há uma construção recente de 80,00m², coberta com telhas, composto por: uma sala, uma cozinha, dois banheiros e uma área. Um muro de alvenaria externo, com extensão de 194,50m.

CONSIDERAÇÕES:

- Para efetuar a avaliação do referido lote, levei em consideração a sua localização (nos fundos da Revendedora de Veículos Paraná, na Avenida Beira Rio, nas proximidades da UNIC, região muito valorizada) e a área construída que foi tombada pelo Patrimônio Histórico. O acesso ao lote fica logo após a revendedora mencionada. Todas as informações sobre o imóvel sobre fornecidas pelo Sr. Amílcar Freitas (Setor Patrimônio-CODEMAT).

-TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS).

Feita assim a penhora, para constar, lavrei o presente Auto, que assino.


EUNICE APARECIDA JULIANO
Oficiala de Justiça Avaliadora

Matrícula nº

59.860

DATA: Cuiabá-MT, 25 de maio de 2000

Fls. 01

OFICIAL

Um imóvel com a área de Olhas 2.000mts², situado no Bairro do Terceiro, nesta Capital-MT, 2º Distrito. Desmembrada da área maior pertencente à AARB com os seguintes / Limites- ao Norte com a Estrada de Rodagem com o Campo Velho e com terceiros; ao Sul com terras pertencentes à AARB e com a faixa pertencente à Marinha; à Leste com terras pertencentes à AARB; à Oeste com a margem esquerda do Córrego Gambá. Os marcos estão / assim situados: o 1º está cravado à 4,00mts da margem esquerda do Córrego Gambá, limitando com terras de quem de direito; o 2º limita-se com terras de quem de direito, distante 98,00mts do 1º ao rumo de 54º30'SE, o 3º marco está engravado junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras de quem de direito, distante 98,30mts do 2º ao rumo de 30º00'NE, o 4º marco encontra-se junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras pertencentes à AARB, distante 11,00mts do 3º, ao rumo de 54º00'SE; o 5º marco está limitando com terras pertencentes à AARB, distante 98,00mts do 4º ao / rumo de 30º00' SW; o 6º marco limita-se com terras pertencentes a AARB, nos limites da faixa do domínio da Marinha, distante 113,00mts do 5º, ao rumo de 57º15'SW, o 7º está a 3,00mts da margem esquerda do Córrego Gambá, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 83,50mts do 6º, ao rumo de 54º30'SE, distante também 107,00mts do 1º marco em diferentes rumos, pela margem esquerda do Córrego Gambá. Serve como limite entre o 7º e 1º marco o Córrego Gambá, por sua margem esquerda.....

PROPRIETÁRIO - ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, CGC nº 03.210.903-001, sediada em Coxipo da Ponte, nesta Capital, representada pelo seu presidente Luiz Claudio Verga ni, CPF nº 543.707.798, RG nº 664.987-SF, e seu Vice Presidente Camilo Sérgio ATTala / Netto.....**Nº DO REGISTRO ANTERIOR**- Registro nº 1.325, do livro 2-B, fls. nº 24, em 25.06.76, no 2º Ofício de Cuiabá-MT, apresentou-me certidão que fica arquivada / neste registro.....;EU Oficial que a fiz datilografar e Conferi.

R.1/59.860.....Cuiabá-MT, 25.05.2000

TRANSMITENTE- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, acima qualificada.....

ADQUIRENTE- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO- CODEMAT, CGC nº 03 474.053-001, sediada nesta Capital, na Rua Pedro Celestino, nº 24-26, representada pe lo seu Diretor Presidente Antonio Moysés Nadas, CPF nº 002.133.571, Identidade nº 1.47 4-MT, residente nesta Cidade.....**TÍTULO**- COMPRA E VENDA.....

FORMA DO TÍTULO- Escritura de Compra e Venda de 14.04.1.976, as fls. 131vº a 133vº, do livro nº 237-A, do 2º Ofício da Capital-MT.....

VALOR- Cr\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil cruzeiros).....

CONDIÇÕES- Não Há.....**ÁREA ADQUIRIDA**- Adquiriu o imóvel descrito nesta / matrícula.....EU Oficial que a fiz datilografar e Conferi.

R.2/59.860.....Cuiabá-MT, 25.05.2000

CREDORES- TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA, com sede a AV. Fernando Correa / da Costa, nº 1.263, nesta Capital, CGC-MT, nº 03.021.847/0001-40, 2º)- HUMES LOCADORA DE MAQUINAS E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede a Rua Alcindo Guanabara nº 24, Cobertura / 01, no Rio de Janeiro-RJ, 3º)- CIMASA CARROCERIAS IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS S/A, com sede ea AV. Presente Castelo Branco, 1.571, em Santa Cruz do Sul-RS, CGC nº 95.443.933/0001-60.....**DEVEDOR**- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT, constituída na forma dos art.10 e 19, da Lei 2.626, de 07.07. 66, Sociedade Anonima de Economia Mista, com sede no Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, CGC/MF nº 03.474.053.0001.....

TÍTULO E FORMA DO TÍTULO- Escritura Pública de Confissão de Dívida com Garantia Hipo- tecaria de 01.10.1.984, fls. 34/38 do livro 252-A, do 2º Ofício desta Capital.....

VALOR- Cr\$ 2.186.566.430, incluindo neste valor os imóveis matriculados nos registro nº 36.506, 36.507, 36.508, fls. 10, 11, 12 do livro 2-Q, no RGI de Cuiabá-MT.....

PRAZO- 02 anos.....**CONDIÇÕES**- O valor da dívida ora confessada, a outorgante prome te resgata-lo em parcelas, sendo uma de Cr\$ 127.419.00 e 23 outras de Cr\$ 85.264.866, acrescida na variação de ORTN's o ISS de 5% sobre o valor reajustado, que em caso de inadimplência em qualquer das parcelas, a hipoteca, vencer-se a antecipadamente, indo

CARTÃO DO 2º OFÍCIO
Registro de Imóveis
Tabela - Matr. nº 1.325
CUIABÁ

5.º Serviço Notarial e Registro de Imóveis

Registro Geral - 2ª Circunscrição Imobiliária de Cuiabá. - Livro 02

Maria Helena Rondon Luz
OFICIAL

COMARCA DA CAPITAL
ESTADO DE MATO GROSSO

Matrícula N.º

59.860

Data

Cuiabá-MT, 25. 05. 2000

Fls.

Oficial

02

Imóvel

CONTINUAÇÃO DA FLS. 01, R.9...

MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO- METAMAT, procedo ao REGISTRO DA PENHORA no imóvel descrito nesta matrícula, para assegurar o pagamento de R\$ 2.881,95 devida ao exequente referido. Documento que fica arquivado neste registro.....
EU _____ Oficial que a fiz datilografar e Conferi.

R.10/ 59.860.....Cuiabá- MT, 08/Janeiro/ 2001

Nos termos do Auto de Penhora, assinada pela oficiala de Justiça Avaliadora - Juscileide M. K. Rondon datado de 05.09.2000, firmada pela chefe de Seção - Tribunal Regional do Trabalho 23.ª Região de Cuiabá - MT, Sr.ª Elygia Ferreira Aquino Felix, Ofício n.º 08.745, datado de 23 de Outubro de 2000, nos autos do Processo n.º SIEX 1.400/1998 (3.ª Vara 1.473/1996), extraído em cumprimento ao respeitável despacho exarado pelo MM. Juiz do Trabalho Dr. Nilton Rangel Barreto Paim, promovido por LEONIL JOEL DE FIGUEREDO contra CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT - CODEMAT, PROCEDO AO REGISTRO DA PENHORA do imóvel constante da presente matrícula, de propriedade do executado, para assegurar o pagamento da importância de R\$ 7.526,88 (Sete Mil, quinhentos e Vinte e Seis reais e Oitenta e Oito Centavos), devida ao exequente acima referido. O referido é verdade e dou fé....EU _____ OFICIAL QUE A FIZ DIGITAR E CONFERI.

CARTORIO DO 5.º OFÍCIO

Maria Helena Rondon Luz - Tabeliã

CERTIDÃO

Certifico e dou fé para os devidos fins de Direito que a presente fotocópia confere com a original que fica arquivada nestas notas
Cuiabá, 26 de Setembro de 20 01

A Oficial

R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 04- 1758 / 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

CRÉDITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
18.970,54	0,00	18.970,54	TOTAL DO(s) RECTE(s)
379,41	0,00	379,41	Custas Processuais
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
0,00	0,00	0,00	Diversos %
			TOTAL DO CÁLCULO
			19.349,95

Cuiabá, 05 de NOVEMBRO de 2001

Valores atualizados até 31/10/2001

OBS.: F.G.T.S a recolher:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado): 131,80

I.N.S.S. (cota parte do empregador):

OBS: ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS À FL. 129.



CALCULISTA

Elisio Oliver de Miranda
Técnico Jurídico

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

Pág.: 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
(Total do(s) Reclamante(s))

PROCESSO : 04-1758/ 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

	9443.92	- Valor (COM juros de 0%)
R\$	9443.92	- Valor (SEM juros) em 30/06/1997
(x)	1.25132738	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$	11817.44	- Saldo
(x)	1.6053	- Juros de 15/10/1996 ate 31/10/2001

R\$	18970.54	- TOTAL Atualizado

210
C

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

Pág.: 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
(Total do I.N.S.S.)PROCESSO : 04-1758/ 1996
ORIGEM : 01-CUIABA

R\$	105.33	- Valor apurado em 30/06/1997
(x)	1.25132738	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$	131.8	- Saldo em 31/10/2001

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MATO GROSSO

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
1ª CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

JUNTA DA

Art. 162/CPC

(Lei 8952/94)

Ofício n.º 915/2.001

Cuiabá, 13 de Dezembro de 2001

Segundo Serviço Notarial e Registral
1ª Circunscrição Imobiliária
CUIABÁ - MATO GROSSO

Senhora Diretora,

Servimo-nos deste para informar a V.Sª que o imóvel situado no Bairro do Terceiro, Processo n.º SLEX-2.866/1997 (4vara/1.997/1-996) desse Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, em que comparecem como Credora: ENA MARIA DE ALMEIDA e como Devedora: CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT-CODEMAT, o registro desse imóvel está matriculado no 5º Serviço Notarial da 2ª Circunscrição, de acordo com a Lei 4964 de 26/12/85 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Mato Grosso). Estamos encaminhando para a V.Sª a certidão solicitada para fins de abertura de matrícula na referida circunscrição, onde deverá ser registrada a penhora.

Sempre ao Vosso inteiro dispor para quaisquer procedimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Pelo Oficial do 2º Serviço Notarial e Registral da 1ª Circunscrição Imobiliária da Capital.

Regina Lucia Gonçalves
Escritor

Sra. ANÁDIA RAQUEL DA SILVA BOJIKIAN
Diretora de Secretaria do Tribunal Regional do trabalho 23ª Região.
N E S T A



Av. Marechal Deodoro, 559 - Bairro Santa Helena - Tel. (65) 322-1111
CEP 78005-100 - Cuiabá - Mato Grosso - E-mail: not1@mt.jus.br

FTCSA/084512.2001/19-12-2001/12:52/4

MATRÍCULA

1.325

FOLHA

24

FICHA

01

A MATRÍCULA

DATA: 25/06/1.976.

CIRCUNSCRIÇÃO: CUIABÁ-MT

Segundo Serviço Notarial
e Registral
1ª. Circunscrição
CUIABÁ MATO GROSSO

Imóvel: 2º Distrito. **BAIRRO DO TERCEIRO.** Imóvel com a área de 01ha 2.000m², desmembrado de área maior pertencente à AAB, com os seguintes limites: ao Norte com a estrada de Rodagem para o Campo Velho e com terceiros; ao Sul com terras pertencentes à AAB e com a faixa pertencente à Marinha; à Leste com terras pertencentes à AAB; à Oeste com a margem esquerda do Córrego Gambá. Os marcos estão assim situados: o 1º está cravado à 4,00m da margem esquerda do Córrego Gambá, limitando com terras de quem de direito; o 2º limita-se com terras de quem de direito, distante 98,00m do 1º, ao rumo de 54°30'SE; o 3º marco está encravado junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras de quem de direito, distante 98,30m do 2º, ao rumo de 30°00'NE; o 4º marco encontra-se junto a estrada para o Campo Velho limitando-se com terras pertencentes à AAB, distante 11,00m do 3º, ao rumo 54°00'SE; o 5º marco está limitando com terras pertencentes à AAB, distante 98,00m do 4º, ao rumo de 30°00'SW; o 6º marco limita-se com terras pertencentes a AAB, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 113,00m do 5º, ao rumo de 57°15'SW; o 7º está a 3,00m da margem esquerda do Córrego Gambá, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 83,50m do 6º, ao rumo de 54°30'SE, distante também 107,00m do 1º marco em diferentes rumos, pela margem esquerda do Córrego Gambá. Serve como limite natural entre o 7º e 1º marcos o Córrego Gambá, por sua margem esquerda. **Adquirente:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, CGC nº 03.474.053-001, sediada nesta Capital, na Rua Pedro Celestino nº 24-26, representada pelo seu Diretor Presidente Antônio Moysés Nadaf, CPF 002.133.571, identidade nº 1.474-MT, residente nesta cidade. **Transmitente:** ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, CGC nº 03.210.903-001, sediada em Coxipó da Ponte, nesta Capital, representada pelo seu Presidente Luís Cláudio Vergani, CPF 543.707.798, RG 664.987-SP e seu Vice Presidente Camilo Sérgio Attala Neto. **Título de Transmissão:** Escritura de COMPRA E VENDA, de 14/04/1.976, à fls. 131v a 133v do livro 237-A, do 2º Ofício da Capital. **Valor:** Cr\$133.000,00 (cento e trinta e três mil cruzeiros). **Anterior:** 36.111, à fls. 90, do livro 3-AB, em 13/03/1.968. **Condições:** Não Há. **MATRICULADO POR:**

Moema de Aguiar Corrêa da Silva
Escrevente Juramentada

R1/1.325, em 13/11/1.984. **Credores:** 1) TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA, com sede à Av. Fernando Corrêa da Costa nº 1.263, nesta Capital, CGC/MF - 03.021.847/0001-40; 2) HUMES LOCADORA DE MAQUINAS E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede à Rua Alcindo Guanabara nº 24, Cobertura 01, no Rio de Janeiro-RJ; 3) CIMASA CARROCERIAS IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS S/A, com sede à Av. Presidente Castelo Branco, 1.571 em Santa Cruz do Sul-RS, CGC/MF - 95.443.933/0001-60. **Devedor:** COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, constituída na forma dos art. 10 e 19 da Lei 2626 de 07/07/66, Sociedade Anônima de Economia Mista, com sede no Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, CGC/MF nº 03.474.053/0001. **Título:** Escritura Pública de Confissão de Dívida com garantia hipotecária de 01/10/1.984, fls. 34 a 38 do livro 252-A do 2º Ofício desta Capital. **Valor:** Cr\$2.186.566.430, incluindo neste valor os imóveis matriculados nos seguintes nºs 36.506; 36.507 e 36.508, fls. 10, 11 e 12 do livro 2-EQ no RGI de Cuiabá. **Prazo:** 02

2R JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
SIEX - SEÇÃO CITAÇÃO, PENHORA, SOLUÇÃO INCIDENTES
AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 1942, JD. TROPICAL
MANDADO N°. 17.358 (RECLAMADO)

220
12/11/2001

PROCESSO N°. SIEX 2.866/1.997(4VARA/1.758/1.996)
RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA
RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT

Recebi em 13/11/2001
às 9h30m
Benelina Lara

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

FINALIDADE: Penhorar e avaliar o(s) bem(ns) abaixo relacionado(s), dentre tantos outros, pertencentes à executada, quantos bastem para total quitação do débito, cujo valor, na data de 31/10/2001, importa em R\$19.349,95 - observando o(a) Oficial(a) de Justiça que em caso de imóvel, deverá também proceder à averbação de constrição junto ao CRI competente.

RELAÇÃO DOS BENS:

IMÓVEL DESCRITO ÀS FLS. 205/206 (CÓPIA ANEXA).

OBS.: Devendo o Sr. Oficial de Justiça, quando comparecer perante o CRI para proceder o registro, intimar o Sr. Tabelião para que, em 10 (dez) dias, apresente Certidão de inteiro teor confirmando a efetivação do registro da penhora, bem como, forneça informação quanto ao valor dos emolumentos, para inclusão dos mesmos na execução.

LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS BENS:

FLS. 205/206

Fica o Oficial de Justiça Avaliador autorizado a solicitar reforço policial, mediante apresentação deste à autoridade, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora (art. 770, parág. único, da CLT, e art. 172, § 1º e 2º, do CPC).

Expedi este mandado por ordem do(a) Juiz do Trabalho da SECRETARIA DE EXECUÇÕES, devendo ser entregue para cumprimento a quem couber por distribuição.

CUIABÁ, 12 de Novembro de 2001

Nádia Raquel da Silva Bojikian

NÁDIA RAQUEL DA SILVA BOJIKIAN

Diretor de Secretaria

Segundo Secretário de Justiça
da 1ª Circulação
Cuiabá

13/11/2001

Apresentada aos autos 12/11/2001

Página 1565 de Novembro

Nº 79.943 de ordem

Recebido da 1ª Circulação

CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT
PALÁCIO PAIAGUÁS
CENTRO POLÍTICO ADMINIST.

CUIABÁ - MT

Regina Lúcia Gonçalves
Escritor

CERTIDÃO DA INTIMAÇÃO

NOME DA PESSOA INTIMADA: _____
RG N°. _____ CPF N°. _____
CARGO OU FUNÇÃO: _____
DATA DA INTIMAÇÃO ____/____/____ ASSINATURA: _____
OFICIAL DE JUSTIÇA: _____ OBS: _____

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
SIEx - SEÇÃO CITAÇÃO, PENHORA, SOLUÇÃO INCIDENTES

MANDADO N.: 01.512

(RECLAMADO)

PROCESSO N. SIEX: 2.866/1.997 (4ª VARA/1.758/1.996) (01758.1996.004.23.00-6)

RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA

RECLAMADO CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT

MANDADO

O Doutor **JOÃO HUMBERTO CESÁRIO**, Juiz do Trabalho da **SECRETARIA DE EXECUÇÕES**, manda o Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição para:

COMPARECER NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DO 2º OFÍCIO, COM ENDEREÇO NA AV. MARECHAL DEODORO, 559, BAIRRO SANTA HELENA E PROCEDER A ENTREGA DOS DOCUMENTO QUE SEGUEM, EM ANEXO, SOLICITANDO A ABERTURA DE MATRÍCULA E REGISTRO DA PENHORA. DEVERÁ, AINDA PROCEDER À INTIMAÇÃO DO CARTORÁRIO, PARA QUE COMPROVE NOS AUTOS, O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

SEGUE, EM ANEXO, CÓPIA DE FLS. 218, 219, 213 E FLS. 214/216.

Fica o Oficial de Justiça autorizado a solicitar reforço policial, mediante a simples apresentação deste à autoridade competente, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora.

Expedi este mandado por ordem do(a) Juiz do Trabalho da **SECRETARIA DE EXECUÇÕES**, devendo ser entregue para cumprimento a quem couber por distribuição.

CUIABÁ, 5 de fevereiro de 2002.

ORIGINAL ASSINADO

NÁDIA RAQUEL DA SILVA BOJIKIAN
Diretor de Secretaria

CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT
PALÁCIO PAIAGUÁS
CENTRO POLÍTICO ADMIN

CUIABÁ - MT

CERTIDÃO

NOME:

RG N.:

CARGO OU FUNÇÃO:

DATA ____/____/____ ASSINATURA:

OFICIAL DE JUSTIÇA:

CPF N.:

OBS:



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SECRETARIA
DE EXECUÇÕES – SIEX – DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DE CUIABÁ-MT

Autos nº 1.758/1.996
EX nº 2.866/1997

1º 03 02/6

[Handwritten signature]

EXPRE/011258.2002/26-02-2002/12:02/4

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA 1ª
CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DA COMARCA DE CUIABÁ-MT, pessoa jurídica
de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.037.567/0001-00, com sede à Av.
Marechal Deodoro, nº 559, Bairro Santa Helena, nesta Capital, na pessoa de sua Notária e
Registradora, Dr.^a REGINA MARIA TELXEIRA COELHO, por seus procuradores *in fine*
assinados, com escritório profissional no endereço constante do rodapé, onde receberão as
intimações de estilo, vem, mui respeitosamente, perante V. Ex.^a, na presente Ação em que são
partes: ENAMARIA DE ALMEIDA (Reclamante) e COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DE MATO GROSSO – CODEMAT (Reclamada), nos termos da Lei nº 4.964 de 26.12.1985,
expor e requerer o que abaixo segue:

- 1) Este Serviço Notarial recebeu em 19/02/2002 o Mandado de Intimação oriundo do
Processo em epígrafe, para que seja registrado constrição judicial sobre o imóvel
localizado no BAIRRO TERCEIRO, desmembrado de área maior pertencente à AABB
– Associação Atlética do Banco do Brasil, localizada nas imediações do Bairro
COXIPÓ;



- 2) Ocorre que, os Serviços Notariais e Registrais são regidos pelo Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso, eis que, este divide o Estado em 04 (quatro) Circunscrições de Registro Geral de Imóveis, conforme dispõe o art. 6º, § único da supra citada norma, *verbis*:

“Art. 6º - O território do Estado, para os fins da administração da Justiça, divide-se em Distritos, Municípios, Comarcas e Comarcas Integradas.

§ Único – As circunscrições do Registro Geral de Imóveis são as constantes do Anexo 03.”

- 3) Segundo a supra mencionada norma, a localidade do Bairro Coxipó pertence à 2ª Circunscrição Imobiliária desta Capital – 5º Serviço Notarial e Registral desta Capital – e somente ele é competente para todos os atos de constrição judicial e de transmissão da propriedade. Para melhor análise desse ínclito magistrado, acostamos ao presente, cópia do dispositivo acima mencionado;
- 4) Portanto, Excelência, o registro da constrição determinado por esse Juízo Trabalhista compete ao Cartório supra citado (5º Ofício), vez que, existe expressa disposição legal para tal desiderato. Ressalte-se que, o imóvel a ser constrito já se encontra matriculado na Serventia competente desde 25/05/2000, sob nº 59.860, livro 02, em nome da CODEMAT, ora Reclamada, conforme Certidão de Inteiro Teor anexa;

Ante o exposto e corroborando com tudo o que foi expendido, requer de V. Ex.ª, seja enviado o Mandado de Intimação ao 5º Serviço Notarial e Registral desta Capital, eis que, esta é a Serventia competente para o registro da penhora determinada por esse Juízo;

Certos de ter cumprido as exigências legais, colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos;

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Guiabá-MT, 21 de Fevereiro de 2.002


Paulo de Brito Cândido

OAB/MT 2802


Kelly Christina Veras Otácio

OAB/MT 6088

214

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
SIEX- SEÇÃO DE CITAÇÃO, PENHORA, SOLUÇÃO INCIDENTES

MANDADO Nº17358/2001
PROCESSO Nº02866/1997

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro de 2001, no Bairro do Terceiro, em Cuiabá/MT, onde compareci em cumprimento ao r. mandado, passado a favor de ENA. MARIA DE ALMEIDA contra CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT, para o pagamento de R\$ 19.349,95 (dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos), observadas as formalidades legais, procedi a penhora do bcm infra caracterizado:

- Um lote de terreno com área de 2000m², desmembrado de área maior pertencente à AABB, com os seguintes limites: ao Norte com a estrada de rodagem para o Campo Velho e com terceiros; ao Sul com terras pertencentes à AABB e com faixa pertencente à Marinha, à Leste com terras pertencentes à AABB; à Oeste com a margem esquerda do Córrego Gambá. Os marcos estão assim situados: o 1º está cravado a 4,00m da margem do Córrego Gambá, limitando-se com terras de quem de direito; o 2º limita-se com terras de quem de direito, distante 98,00m do 1º, ao rumo de 54°30'SE; o 3º marco está encravado junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras de quem de direito, distante 98,30m do 2º, ao rumo de 30°00'NE; o 4º marco encontra-se junto a estrada para o Campo Velho limitando-se com terras pertencentes à AABB, distante 11,00m do 3º, ao rumo 54°00'SE; o 5º marco está limitando com terras pertencentes à AABB, distante 98,00m do 4º, ao rumo de 30°00'SW; o 6º marco limita-se com terras pertencentes à AABBM, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 113,00m do 5º, ao rumo de 57°15'SW; o 7º está a 3,00m da margem esquerda do Córrego Gambá, nos limites da faixa da Marinha distante 83,50m do 6º, ao rumo de 54°30SE, distante também 107,00m do 1º marco em diferentes rumos, pela margem esquerda do Córrego do

251
M

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Processo nº 2.866/97

Mandado nº 3.866/01

Auto de Penhora e Avaliação

Aos 14 dias do mês de abril de 2002 no Bairro do Terceiro, onde compareci, em cumprimento ao r. Mandado Retro, passado a favor de ENA MARIA DE ALMEIDA, contra CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO METAMAT para garantia da importância de R\$ 19.349,95 (Dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos.) observadas as formalidades legais, procedi a penhora do imóvel abaixo descrito:

- 1) Um lote de terreno com área de 2.000m metros quadrados desmembrado da área maior pertencente a ABB, com as seguintes limites: Ao norte com a estorada de rodagem para o Campo velho e com terceiros e ao sul com terras pertencentes à ABB, e com terceiros; Aos sul com terras pertencentes à ABB, e a Oeste com com a margem esquerda do Córrego Gambá. Lote adquiridos nos termos da escritura Pública de Compra Venda lavrada em Cuiabá-Mt, no Cartório de Ofício e Notas desta Capital em 14/04/76, às fls 131 e do livro 237-a e matriculado sob o número 1.325, às fls 24, ficha 01 do Livro 2-b em 25/06/76, do segundo serviço Notarial e Registral de Cuiabá-MT
- 2) Benfeitorias: Possui uma área construída de 320,88m, tombada pelo patrimônio histórico construída no ano de 1890 e parcialmente reformada em junho de 1983. Há uma construção de recente de 80,00 metros coberta com telhas composto por uma sala, uma cozinha, dois banheiros e uma área (varanda) de alvenaria externo com extensão de 194,50 metros.
- 3) Avaliação: para efetuar a avaliação do referido lote luei em consideração a sua localização nos fundos da Revendedora de Veículos Paraná, na Avenida Beira Rio nas proximidades da UMC, região muito valorizada. O acesso fica logo após a revendedora mencionada pelo Patrimônio histórico. Todas as informações sobre o imóvel foram fornecidas pelo Sr. Amílcar Freitas.

Observação: O referido lote encontra-se penhorado nos processos tabalhistas 3.355/97 e 2.083/97, 1.936/97, 2.866/1997

Total da Avaliação: 400.000,00 (quatrocentos reais)

Feita Assim a apenhora, lavei o presente Auto, que assino.

Wanderley F. Silva

Wanderley Faria e Silva
Of. de Justiça Avalia

261
35)

Processo nº 2.866/97

Mandado nº 3.866/01

Auto de Penhora e Avaliação

Aos 16 dias do mês de abril de 2002 no Bairro do Terceiro, onde compareci, em cumprimento ao r. Mandado Retro, passado a favor de ENA MARIA DE ALMEIDA, contra CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO METAMAT para garantia da importância de R\$ 19.349,95 (Dezenove mil, trezentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos.) observadas as formalidades legais, procedi a penhora do imóvel abaixo descrito:

- 1) *Um lote de terreno com área de 2.000m metros quadrados desmembrado da área maior pertencente a AAB, com as seguintes limites: Ao norte com a estorada de rodagem para o Campo velho e com terceiros e ao sul com terras pertencentes à AAB, e com terceiros; Aos sul com terras pertencentes à AAB, e a Oeste com com a margem esquerda do Córrego Gambá. Lote adquiridos nos termos da escritura Pública de Compra e Venda lavrada em Cuiabá-Mt, no Cartório de Ofício e Notas desta Capital em 14/04/76, às fls 131 v do livro 237-a e matriculado sob o número 1.325, às fls 24, ficha 01 do Livro 2-b em 25/06/76, do segundo serviço Notarial e Registral de Cuiabá-MT*
- 2) *Benfeitorias: Possui uma área construída de 320,88m, tombada pelo patrimônio histórico construída no ano de 1890 e parcialmente reformada em junho de 1983. Há uma construção de recente de 80,00 metros coberta com telhas composta por uma sala, uma cozinha, dois banheiros e uma área (varanda) de alvenaria externo com extensão de 194,50 metros.*
- 3) *Avaliação: para efetuar a avaliação do referido lote luei em consideração a sua localização nos fundos da Revendedora de Veículos Paraná, na Avenida Beira Rio nas proximidades da UMC, região muito valorizada. O acesso fica logo após a revendedora mencionada pelo Patrimônio histórico. Todas as informações sobre o imóvel foram fornecidas pelo Sr. Amílcar Freitas.*

Observação: O referido lote encontra-se penhorado nos processos trabalhistas 3.355/97 e 2.083/97, 1.936/97, 2.866/1997

Total da Avaliação: 400.000,00 (quatrocentos reais)

Feita Assim a apenhora, lavei o presente Auto, que assino.

Wanderley F. Silva

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

Autos n.º: 2866/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos, ao
MM. Juiz do Trabalho, certidão de fl. 247 e
manifestação da exequente à fl. 249.

Cuiabá, 24 de maio de 2002 (6ª feira)

Marla Margareth
Marla Margareth
Analista Judiciário

Vistos, etc

Proceda a Secretaria a ordenação das peças de fls. 253/254, devendo o auto de penhora ser juntado antes do auto de depósito. Renumerem-se os autos e certifique-se.

Mais uma vez a determinação de fl. 221 não foi corretamente cumprida. Senão vejamos: - o mandado expedido à fl. 222 constou CRI do 2º Ofício, quando a determinação é para cumprimento junto ao CRI do 5º Ofício. Constatado o erro, à fl. 242 foi determinada a expedição de novo mandado. Ocorre, que mais uma vez, houve erro na expedição do mandado, fl. 245, tendo, inclusive, originado indevidamente nova penhora às fls. 252/254, sobre o mesmo imóvel constricto às fls. 214/216.

Assim, declaro nulos os autos praticados às fls. 252/254, posto que mera repetição dos atos de fls. 214/216.

Cumpra-se corretamente a determinação de fl. 221, expedindo-se, desta feita, mandado ao CRI do 5º Ofício, nos termos do referido despacho.

Faça-se acompanhar do mandado, além das cópias mencionadas no despacho, cópias das peças de fl. 205/206, 220 e 221.

Cuiabá, 25 de junho de 2002 (3ª feira)

JOÃO HUMBERTO CESÁRIO
JOÃO HUMBERTO CESÁRIO
Juiz do Trabalho

SIEX - SEÇÃO CITAÇÃO, PENHORA, SOLUÇÃO INCIDENTES

MANDADO N.: 05.650

(RECLAMADO)

PROCESSO N. SIEX: 2.866/1.997 (4ª VARA/1.758/1.996) (01758.1996.004.23.00-6)

RECLAMANTE ENA MARIA DE ALMEIDA

RECLAMADO METAMAT CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

MANDADO

O Doutor **JOÃO HUMBERTO CESÁRIO**, Juiz do Trabalho da **SECRETARIA DE EXECUÇÕES**, manda o Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição para:

DILIGENCIAR NO CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DA CAPITAL (Av. Getúlio Vargas, Centro, Cuiabá/MT), ONDE, DE POSSE DA CERTIDÃO DE MATRÍCULA DO IMÓVEL, ORA RECEBIDA, DOCUMENTO DE FLS. 219, BEM COMO DE CÓPIAS DO MANDADO DE F. 213 E DO AUTO DE PENHORA DE F. 214/216, DEVERÁ PROCEDER À ENTREGA DOS MENCIONADOS DOCUMENTOS, SOLICITANDO A ABERTURA DE MATRÍCULA E REGISTRO DA PENHORA. DEVERÁ, AINDA, PROCEDER À INTIMAÇÃO DO CARTORÁRIO, PARA QUE COMPROVE NOS AUTOS, O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

FLS.213/216 E 218/219 (CÓPIAS ANEXAS).

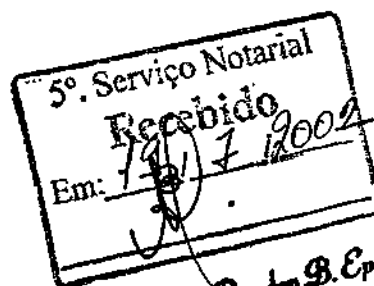
Fica o Oficial de Justiça autorizado a solicitar reforço policial, mediante a simples apresentação deste à autoridade competente, bem como a proceder as diligências necessárias em qualquer dia ou hora.

Expedi este mandado por ordem do(a) Juiz do Trabalho da SECRETARIA DE EXECUÇÕES, devendo ser entregue para cumprimento a quem couber por distribuição.

CUIABÁ, 27 de junho de 2002.

Original do Acórdão

RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUZA
Chefe de Seção



METAMAT CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO
AV. JURUMIRIM, Nº 2.970
PLANALTO

CUIABÁ - MT

CERTIDÃO

NOME:

RG N.:

CARGO OU FUNÇÃO:

DATA 17/07/02

OFICIAL DE JUSTIÇA:

ASSINATURA:

Assinatura de Raimundo Almeida de Souza
Raimundo Almeida de Souza
Oficial de Justiça Avaliadora
TRT - 23ª Região

CPF N.:

OBS:



ESTADO DE MATO GROSSO

COMARCA DE CUIABÁ

**5º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª
CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DA COMARCA DE CUIABÁ**

Av. Pres. Getúlio Vargas, 141 - Centro - Fones: (065) 321-2017 e 624-1235 - Fax- (065) 321-8121 - Cuiabá - MT

MARIA HELENA RONDON LUZ
Tabeliã

JOÃO GOMES RONDON
Tabelião Substituto

Ofício n.º 1.811/ 2002

Cuiabá – MT, 04 de Outubro de 2002

UNTA DO
Art. 162, § 4º CPC
(Lei 8952/94)
14/10/02 (2.ª.ª.)

SENHOR CHEFE DE SEÇÃO

Ana A. Soares
Tabeliã Substituto

SCPST-2866/97

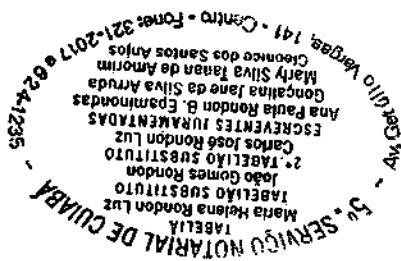
Atendendo solicitação contida no Ofício n.º 09.630 de 25.09.2002, informo que foi devidamente cumprindo o contido no mandado de n.º 5.650 de 27/07/2002, conforme cópia do Ofício deste cartório n.º 1.555/2002 de 26.08./2002, recebido por este órgão aos 06.09.02, envio também cópia da matrícula n.º 59.860 ,onde consta o Registro da penhora , conforme R.15/59.860

Sendo o que tínhamos para o momento , apresento-lhe meus cumprimento.

Atenciosamente

MARIA HELENA RONDON LUZ.
Tabeliã do 5º Serviço Notarial e
Registral de Cuiabá- MT.

AO ILM.º.
SR.º. RAIMUNDO ALMEIDA DE SOUZA
CHEFE DE SEÇÃO
NESTA





265
L

ESTADO DE MATO GROSSO

COMARCA DE CUIABÁ

5º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª

CIRCUNSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DA COMARCA DE CUIABÁ

Av. Pres. Getúlio Vargas, 141 - Centro - Fones: (065) 321-2017 e 624-1235 - Fax- (065) 321-8121 - Cuiabá - MT

MARIA HELENA RONDON LUZ
Tabeliã

JOÃO GOMES RONDON
Tabelião Substituto

FTCBA/059986.2002/06-08-2002/16:44/4

Ofício n.º 1.555/ 2002

Cuiabá - MT, 26 de Agosto de 2002.

SENHOR CHEFE

Em resposta ao Mandado de Penhora nº 05.650, datado de 1 de Junho de 2002, extraído nos autos do Processo nº SIEX 2.866/1997 (4ª VARA/1.75 /1996) (01758.1996.004.23.00-6), tendo como Exequente: ENA MARIA DE ALMEIDA e como executado: METAMAT CIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO, informo que o Mandado de Penhora foi devidamente cumprido conforme consta no registro desta 2.ª Circunscrição Imobiliária sob n.º R.15/ 59.860 do Livro 02 aos 26.08.2002 conforme segue Certidão anexo.

Informo outrossim que em caso de execuções da causa, os emolumentos são R\$287,00, referente ao registro da penhora e Certidão.

Aproveito do ensejo para apresentar a V.Sª os protestos de apreensão e destinta consideração.

Atenciosamente

MARIA HELENA RONDON LUZ.
Tabeliã do 5º Serviço Notarial e
Registral de Cuiabá- MT.

ILMº SR
RAIMUNDO ALMEIDA DE-SOUZA
CHEFE DE SEÇÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
NESTA

Matricula nº

59.860

DATA: Cuiabá-MT, 25 de maio de 2000 Fls.01
OFICIAL

Um imóvel com a área de Olhas 2.000mts², situado no Bairro do Terceiro, nesta Capital-MT, 2º Distrito. Desmembrada da área maior pertencente à AARB com os seguintes Limites: ao Norte com a Estrada de Rodagem com o Campo Velho e com terceiros; ao Sul com terras pertencentes à AARB e com a faixa pertencente à Marinha; à Leste com terras pertencentes à AARB; à Oeste com a margem esquerda do Córrego Gambá. Os marcos estão assim situados: o 1º está cravado à 4,00mts da margem esquerda do Córrego Gambá, limitando com terras de quem de direito; o 2º limita-se com terras de quem de direito, distante 98,00mts do 1º ao rumo de 54º30'SE, o 3º marco está encravado junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras de quem de direito, distante 98,30mts do 2º ao rumo de 30º00'NE, o 4º marco encontra-se junto a estrada para o Campo Velho, limitando-se com terras pertencentes à AARB, distante 11,00mts do 3º, ao rumo de 54º00'SE; o 5º marco está limitando com terras pertencentes à AARB, distante 98,00mts do 4º ao rumo de 30º00'SW; o 6º marco limita-se com terras pertencentes à AARB, nos limites da faixa do domínio da Marinha, distante 113,00mts do 5º, ao rumo de 57º15'SW, o 7º está a 3,00mts da margem esquerda do Córrego Gambá, nos limites da faixa de domínio da Marinha, distante 83,50mts do 6º, ao rumo de 54º30'SE, distante também 107,00mts do 1º marco em diferentes rumos, pela margem esquerda do Córrego Gambá. Serve como limite entre o 7º e 1º marco o Córrego Gambá, por sua margem esquerda.....

PROPRIETÁRIO - ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, CGC nº 03.210.903-001, sediada em Coxipo da Ponte, nesta Capital, representada pelo seu presidente Luiz Claudio Verga ni, CPF nº 543.707.798, RG nº 664.987-EP, e seu Vice Presidente Camilo Sérgio ATTala / Netto.....Nº DO REGISTRO ANTERIOR- Registro nº 1.325, do livro 2-B, fls. nº 24, em 25.06.76, no 2ºOfício de Cuiabá-MT, apresentou-me certidão que fica arquivada / neste registro.....;EU _____ Oficial que a fiz datilografar e Conferi.

R.1/59.860.....Cuiabá-MT, 25.05.2000

TRANSMITENTE- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DO BANCO DO BRASIL, acima qualificada.....

ADQUIRENTE- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO- CODEMAT, CGC nº 03 474.053-001, sediada nesta Capital, na Rua Pedro Celestino, nº 24-26, representada pe lo seu Diretor Presidente Antonio Moyses Nadaf, CPF nº 002.133.571, Identidade nº1.47 4-MT, residente nesta Cidade.....TITULO- COMPRA E VENDA.....

FORMA DO TITULO- Escritura de Compra e Venda de 14.04.1.976, as fls. 131vº a 133vº, do livro nº 237-A, do 2ºOfício da Capital-MT.....

VALOR- Cr\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil cruzeiros).....

CONDIÇÕES- Não Há.....ÁREA ADQUIRIDA- Adquiriu o imóvel descrito nesta / matricula.....EU _____ Oficial que a fiz datilografar e Conferi.

R.2/59.860.....Cuiabá-MT, 25.05.2000

CREDORES- TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMOVEIS LTDA, com sede a AV. Fernando Correa / da Costa, nº 1.263, nesta Capital, CGC-MF,nº 03.021.847/0001-40, 2º)- HUMES LOCADORA DE MAQUINAS E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede a Rua Alcindo Guanabara nº 24, Cobertura / 01, no Rio de Janeiro-RJ, 3º)- CIMASA CARROCERIAS IMPLIMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS S/A, com sede ea AV. Presente Castelo Branco, 1.571, em Santa Cruz do Sul-RS, CGC nº 95.443.933/0001-60.....

DEVEDOR- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT, constituída na forma dos art.10 e 19, da Lei 2.626, de 07.07. 66, Sociedade Anonima de Economia Mista, com sede no Centro Político Administrativo - OPA, nesta Capital, CGC/MF nº 03.474.053.0001.....

TITULO E FORMA DO TITULO- Escritura Pública de Confissão de Dívida com Garantia Hipo- tecari.. de 01.10.1.984, fls. 34/38 do livro 252-A, do 2ºOfício desta Capital.....

VALOR- Cr\$ 2.186.566.430, incluindo neste valor os imóveis matriculados nos registro nº36.306,36.507, 36.508, fls.10,11,12 do livro 2-Q, no RGI de Cuiabá-MT.....

PRAZO- 02 anos.....CONDIÇÕES- O valor da dívida ora confessada, a outorgante prome te resgata-lo em parcelas, sendo uma de Cr\$ 127.419.00 e 23 outras de Cr\$ 85.264.866, acrescida na variação de 08IN's e ISS de 5% sobre o valor reajustado, que em caso de inadimplência em qualquer das parcelas, a hipoteca, vencer-se a antecipadamente, inde

5.º Serviço Notarial e Registro de Imóveis

Maria Helena Rondon Luz
OFICIAL

Registro Geral - 2ª Circunscrição Imobiliária de Cuiabá. - Livro 02

COMARCA DA CAPITAL
ESTADO DE MATO GROSSO

Matrícula N.º

59.860

Data Cuiabá-MT, 25. 05. 2000
Fls. 02

Oficial

Imóvel

CONTINUAÇÃO DA FLS. 01, R.9...

MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO- METAMAT, procedo ao REGISTRO DA PENHORA no imóvel descrito nesta matrícula, para assegurar o pagamento de R\$ 2.881,95 devida ao exequente referido. Documento que fica arquivado neste registro.....

EU OFICIAL que a fiz datilografar e Conferi.

R.10/ 59.860.....Cuiabá- MT, 08/Janeiro/ 2001.

Nos termos do Auto de Penhora, assinada pela oficiala de Justiça Avaliadora - Juscileide M. K. Rondon datado de 05.09.2000, firmada pela chefe de Seção - Tribunal Regional do Trabalho 23.ª Região de Cuiabá - MT, Sr.ª Elygia Ferreira Aquino Felix, Ofício n.º 08.745, datado de 23 de Outubro de 2000, nos autos do Processo n.º SIEX 1.400/1998 (3.ª Vara 1.473/1996), extraído em cumprimento ao respeitável despacho exarado pelo MM. Juiz do Trabalho Dr. Nilton Rangel Barreto Paim, promovido por LEONIL JOEL DE FIGUEREDO contra CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT - CODEMAT, PROCEDO AO REGISTRO DA PENHORA do imóvel constante da presente matrícula, de propriedade do executado, para assegurar o pagamento da importância de R\$ 7.526,88 (Sete Mil, quinhentos e Vinte e Seis reais e Oitenta e Oito Centavos), devida ao exequente acima referido. O referido é verdade e dou fé....EU OFICIAL QUE A FIZ DIGITAR E CONFERI.

AV. 11/ 59.860.....Cuiabá- MT, 28 de Novembro de 2001..

Procede-se nesta data o CANCELAMENTO da R.6, constante desta matrícula, em cumprimento à respeitável sentença que o autorizou, transcrita no ofício n.º 10.407, de 13/11/2001, assinado pela Chefe de Seção Glória Sibebe L. Moro, por ordem do MM Juiz da Justiça do Trabalho de Cuiabá - MT, Dr. João Humberto Cesário, comprovatória do pagamento total da dívida, feito pelo devedor COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT CODEMAT. O referido é verdade e dou fé.....EU OFICIAL QUE A FIZ DIGITAR E CONFERI.

R.12/ 59.860.....Cuiabá- MT, 24/Janeiro/ 2002.

Nos termos do Auto de Penhora e Avaliação, assinado pelo oficial de Justiça Avaliador - Adalto Jaim de Campos, firmada pela chefe de Seção - Tribunal Regional do Trabalho 23.ª Região de Cuiabá - MT, Sr.ª Glória Sibebe L. Moro, Ofício n.º 14707, datado de 26 de Setembro de 2001, nos autos do Processo n.º SIEX 2.701/1997 (2.ª Vara 1.446/1996), extraído em cumprimento ao respeitável despacho exarado pelo MM. Juiz do Trabalho tendo como Reclamante: BENEDITO FERNANDO PACHECO LINTO DE CASTRO e como Reclamado CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT - CODEMAT PROCEDO AO REGISTRO DA PENHORA do imóvel constante da presente matrícula, de propriedade do executado, para assegurar o pagamento da importância de R\$ 938,75, devida ao exequente acima referido. O referido é verdade e dou fé.....EU OFICIAL QUE A FIZ DIGITAR E CONFERI.

R.13/ 59.860.....Cuiabá- MT, 08/Fevereiro / 2002.

Nos termos do Auto de Penhora e Avaliação, assinado pelo oficial de Justiça Avaliador - Anton de Oliveira, firmada pela chefe de Seção Nádia Raquel da Silva Bojikian - Tribunal Regional do Trabalho 23.ª Região de Cuiabá - MT, Mandado n.º 17.569, datado de 16 de Novembro de 2001, nos autos do Processo n.º SIEX 1.773/1997(4.ª Vara 1.626/1996) e Mandado n.º 01.059 datado de 25 Janeiro de 2002 e assinada pela Chefe de Seção Sr.ª Glória Sibebe L. Moro, extraído em cumprimento ao respeitável despacho exarado pelo MM. Juiz do Trabalho tendo como Reclamante: JOSÉ LEOCÁDIO DE MIRANDA SILVA e como Reclamado CIA DE DESENVOLVIMENTO DE MT - CODEMAT PROCEDO AO REGISTRO DA PENHORA do imóvel constante da presente matrícula, de propriedade do executado, para assegurar o pagamento da importância de R\$ 4.878,88, devida ao exequente acima referido. O referido é verdade e dou fé.....EU OFICIAL QUE A FIZ DIGITAR E CONFERI.

CONTINUA NO VERSO

Serviço Notarial e Registro de Imóveis
Circunscrição Imobiliária de Cuiabá
Tabela n.º Oficial do Registro
Maria Helena Rondon Luz
CUIABÁ - MT.

263
L

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx
SECÃO CITACÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES-SCPSI

Autos nº.: 2866/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os autos, ao
MM. Juiz do Trabalho.
Cuiabá, 14 de outubro de 2002 (2ª fm)

Ana A Soares
Técnico Judiciário

Vistos, etc...

Ao setor de cálculos para inclusão na conta dos
emolumentos informados no valor de R\$287/,00.

Certifique-se o decurso de prazo para embargos.

Intime-se o exequente para que, no prazo de 05(cinco) dias,
apresente impugnação à sentença de liquidação e ainda, da penhora realizada,
sob pena de preclusão, em ambos os casos.

Cuiabá, 15 de outubro de 2002.

JOÃO HUMBERTO CESÁRIO
Juiz do Trabalho

Autos nº. 313702

A ser expedido em 30/10/02

Para e/a (as) Lucy 41

Raquel Pereira dos Santos
Técnico Judiciário

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

Pág.: 001

RESUMO DE CÁLCULO

PROCESSO: 04 - 1758 / 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

CRÉDITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
20.911,05	0,00	20.911,05	TOTAL DO(s) RECTE(s)
418,22	0,00	418,22	Custas Processuais
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
287,00	0,00	287,00	Diversos %
		21.616,27	TOTAL DO CÁLCULO

Cuiabá, 24 de OUTUBRO de 2002

Valores atualizados até 31/10/2002

OBS.: F.G.T.S a recolher:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado): 135,18

I.N.S.S. (cota parte do empregador):

O CAMPO DIVERSOS REFERE-SE AOS EMOLUMENTOS DO CRI (FLS 268)

Marcos Rodrigues Amorim
Técnico Judiciário

CALCULISTA

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

Pág.: 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
(Total do(s) Reclamante(s))PROCESSO : 04-1758/ 1996
ORIGEM : 01-CUIABA

	9443.92	- Valor (COM juros de 0%)
R\$	9443.92	- Valor (SEM juros) em 30/06/1997
(x)	1.28339073	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$	12120.24	- Saldo
(x)	1.7253	- Juros de 15/10/1996 ate 31/10/2002

R\$	20911.05	- TOTAL Atualizado

27
F

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO TRT 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx
SEPG-SEÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO E PAGAMENTO

EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO Nº 88/2.003

Processo nº	: 2866/97
Reclamante	: ENA MARIA DE ALMEIDA
Advogado	: VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
Executado	: METAMAT
Advogado	: MARCUS CESAR MESQUITA

Dr. **JOÃO HUMBERTO CESÁRIO**, Juiz do Trabalho em exercício na SEPG-SEÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO E PAGAMENTO - torna público que no dia **07.03.03 às 12:36 HORAS**, no saguão das Varas Trabalhistas, sito à **Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 1942**, será levado à pregão de venda e arrematação, como **1ª PRAÇA**, os bens constantes da relação abaixo, encontrados na guarda do fiel depositário (a), **PAULO RONAN FERRAZ**, residente no seguinte endereço: **AV. JURUMIRIM, 3245, CUIABÁ-MT.**


Caso seja **negativa** a hasta pública, fica desde já designado o **1º LEILÃO** para o dia **12.03.03 às 09:00 horas**.

Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir ditos bens, deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 5.584, de 26.06.70, da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos.

Leiloeiro Oficial: Luiz Balbino da Silva

ADVERTÊNCIA: 1-FICAM AS PARTES INTIMADAS DA PRAÇA E DO LEILÃO ACIMA DESIGNADOS, PELO PRESENTE EDITAL.

2-DEVERÃO AS PARTES OBSERVAR O TEOR DA PORTARIA TRT/SGP/GP Nº 321/99, QUE REGULAMENTA O PAGAMENTO DA COMISSÃO DOS LEILOEIROS E ESTABELECE PROVIDÊNCIA QUANTO À COMPROVAÇÃO DE SEU RECOLHIMENTO EM CASO DE ACORDO OU PAGAMENTO PELO EXECUTADO.

Eu,  Marco Aurélio Viana Arruda, Técnico Judiciário da Seção de Expropriação e Pagamento, conferi e subscrevi, indo ao final assinado pelo MM. Juiz do Trabalho.
Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, 27 de janeiro de 2003.

JOÃO HUMBERTO CESÁRIO
Juiz do Trabalho

Relação dos bens:

- UM LOTE DE TERRENO COM ÁREA DE 2.000 M², DESMEMBRADO DE ÁREA MAIOR PERTENCENTE À AABB, COM OS SEGUINTE LIMITES: AO NORTE COM A ESTRADA DE RODAGEM PARA O CAMPO VELHO E COM TERCEIROS AO SUL COM TERRAS PERTENCENTES À AABB E COM FAIXA PERTENCENTE À MARINHA; À LESTE COM TERRAS PERTENCENTES À AABB, À OESTE COM A MARGEM DO CÔRREGO GAMBÁ. OS MARCOS ESTÃO ASSIN SITUADOS: O 1º ESTÁ CRAVADO A 4,00M DA MARGEM DO CÔRREGO GAMBÁ, LIMITANDO COM TERRAS DE QUEM DE DIREITO; O 2º LIMITA-SE COM TERRAS DE QUEM DE DIREITO, DISTANTE 98,00M DO 1º, AO RUMO DE 54º30 SE; O 3º MARCO ESTÁ CRAVADO JUNTO A ESTRADA PARA O CAMPO VELHO, LIMITANDO-SE COM TERRAS DE QUEM DE DIREITO, DISTANTE 98,30M DO 2º, AO RUMO DE 30º00' NE; O 4º MARCO ENCONTRA-SE JUNTO A ESTRADA PARA O CAMPO VELHO LIMITANDO-SE COM TERRAS PERTENCENTES À AABB, DISTANTE 11,00M DO 3º AO RUMO 54º00'SE; O 5º MARCO ESTÁ LIMITANDO COM TERRAS PERTENCENTES À AABB, DISTANTE 98,00M DO 4º, AO RUMO DE 30º00'SW, O 6º MARCO LIMITA-SE COM TERRAS PERTENCENTES À AABB, NOS LIMITES DA FAIXA DE DOMÍNIO DA MARINHA, DISTANTE 113,00M DO 5º, AO RUMO DE 57º15'SW; O 7º ESTÁ A 3,00M DA MARGEM ESQUERDA DO CÔRREGO GAMBÁ, NOS LIMITES DA FAIXA MARINHA, DISTANTE 83,50M DO 6º, AO RUMO DE 54º30'SE, DISTANTE TAMBÉM 107,00M DO 1º MARCO EM DIFERENTES RUMOS, PELA MARGEM ESQUERDA DO CÔRREGO GAMBÁ. SERVE COMO LIMITE NATURAL ENTRE O 7º E 1º MARCOS O CÔRREGO GAMBÁ, POR SUA MARGEM ESQUERDA. LOTE ADQUIRIDO NOS TERMOS DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, LAVRADA EM CUIABÁ/MT, NO CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS, DESTA CAPITAL, EM 14.04.76

27

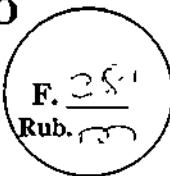
ÀS FLS. 131V A 113V, DO LIVRO 237-A, E MATRICULADO SOB O NÚMERO 1325, ÀS FLS. 24, FICHA 01, DO LIVRO 2-B, ME 25.06.76, NO SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE CUIABÁ-MT.

BENFEITORIAS: POSSUI UMA ÁREA CONSTRUÍDA DE 320,88 M², TOMBADA PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CONSTRUÍDA NO ANO DE 1890 E PARCIALMENTE REFORMADA EM JUNHO DE 1983. HÁ UMA CONSTRUÇÃO RECENTE DE 80,00M², COBERTA COM TELHAS, COMPOSTO POR: UMA SALA, UMA COZINHA, DOIS BANHEIROS E UMA ÁREA. UM MURO DE ALVENARIA EXTERNO, COM EXTENSÃO DE 194,50M.

TOTAL DA AVALIAÇÃO DOS BENS: R\$400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS), em 10.12.01.

ÔNUS PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA, EXISTENTES JUNTO AO CRI, MUNICÍPIO E OUTROS ÓRGÃOS, DEVERÃO SER ARCADOS PELO ARREMATANTE OU ADJUDICATÁRIO. CONFORME CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE CONSTAM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES: PENHORA PROC. 3355/97, 9017/97, 2550/98, 1400/98, 2701/97, 1773/97.

PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO TRT 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO E PAGAMENTO DE CUIABÁ/MT - SEPG



Processo Nº. 2866/97

Nesta data, faço conclusos os presentes autos à V. Excelência.

Cuiabá, quinta-feira, 13 de março de 2003.


MARCO AURÉLIO VIANA ARRUDA
Técnico Judiciário

Visto, etc.

Face ao resultado negativo do leilão, intime-se o **exequente** para requerer o que entender de direito para prosseguimento da execução, em 5 (cinco) dias.

Decorrido o prazo sem manifestação, designe-se 2º leilão.
Expeça-se o respectivo edital, intimando-se as partes.

Cuiabá, quinta-feira, 13 de março de 2003.


JOÃO HUMBERTO CESÁRIO
Juiz do Trabalho

Edital nº.

81 103

A ser expedido em

19/03/03 4

Para o/a(as)

septe


Tânia Regina Modesto
Técnico Judiciário

28
C

Secretaria Integrada de Execuções - SIEx
Seção de Citação, Penhora e solução de Incidentes - SCPSI

Autos n. SIEx 2866/01

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Juíza do Trabalho.

Cuiabá/MT, 26 de março de 2.003 (4ª feira)

*Joacy Mauro S. Cruz
Téc. Judiciário*

DESPACHO:

Preliminarmente, providencie-se o desentranhamento do ofício e documentos de fls. 429/431, por não se referirem a estes autos, devendo a Secretaria proceder a sua juntada nos autos respectivos (SIEx 2866/97).

Diante do ora detectado, observe-se que a guia de fl. 434, recolhida a título de emolumentos cartorários refere-se, na verdade, de saldo remanescente depositado em conta judicial à disposição deste juízo e feito, porém, em favor da executada, de modo que, remeto-me ao despacho de fl. 439, para reconsiderar o seu segundo parágrafo.

Cumpra-se o despacho de fl. 453.

Cuiabá/MT, 26 de março de 2.003 (4ª feira)

ALEXANDRE AUGUSTO CAMPANA PINHEIRO
Juiz do Trabalho



R E S U M O D E C A L C U L O

PROCESSO: 04 - 1758 / 1996

ORIGEM : 01- CUIABA

CR DITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	CR DITOS FINAIS	
23.052,06	0,00	23.052,06	TOTAL DO(s) RECTE(s)
461,04	0,00	461,04	Custas Processuais
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
299,15	0,00	299,15	Diversos %
		23.812,25	TOTAL DO C A L C U L O

Cuiabá, 28 de AGOSTO de 2003

Valores atualizados at 29/08/2003

OBS.: F.G.T.S a recolher:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado): 140,90

I.N.S.S. (cota parte do empregador):

O VALOR DEMONSTRADO NO CAMPO DIVERSOS ACIMA, REFERE-SE AOS EMOLUMENTOS DO CRI (F. 268).

CALCULISTA

Assinatura Avaliada
Cuiabá - MS
Trib 23ª Região



TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECU ES - SIEx

P g.: 001

R E S U M O D E C L C U L O

Atualiza o de C lculos
(Total do(s) Reclamante(s))

PROCESSO : 04-1758/ 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

9443.92	- Valor (COM juros de 0%)
R\$ 9443.92	- Valor (SEM juros) em 30/06/1997
(x) 1.337722	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$ 12633.34	- Saldo
(x) 1.8247	- Juros de 15/10/1996 ate 29/8/2003

R\$ 23052.06	- TOTAL Atualizado

Encontro com o Arquivo
CUIABA-MS
TRT 23ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECU ES - SIEx

P g.: 001

R E S U M O D E C L C U L O

Atualiza o de C lculos
(Total do I.N.S.S.)

PROCESSO : 04-1758/ 1996
ORIGEM : 01-CUIABA

R\$	135.18	- Valor apurado em 31/10/2002
(x)	1.04233416	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$	140.9	- Saldo em 29/8/2003

Denilson Paes dos Anjos
Chefe STDS
TRT 23ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

TRT/DSI

SECRETARIA INTEGRADA DE EXECU ES - SIEx

P g.: 001

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualiza o de C lculos
(Total dos ~~1.042.334,16~~) *EMOLUMENTOS*

PROCESSO : 04-1758/ 1996
ORIGEM : 01-CUIABA

R\$ 287	- Valor apurado em 31/10/2002
(x) 1.04233416	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$ 299.15	- Saldo em 29/8/2003

Denilson Pires Araujo
CUIABA
TRT 23ª Região



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23 REGIÃO
4ª VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ - MT
AUTOS N.º 001758.1996.004.23.00-6**

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os
presentes autos ao MM. Juiz.
Cuiabá, 10.11.03 (2ª-feira).

Reinaldo Souza de Oliveira
Técnico Judiciário
TRT 23ª Região

DESPACHO:

Remetam-se os autos novamente à contadoria para atualização do montante em execução e demonstração do crédito líquido do exeqüente, haja vista que na conta de f. 290/293 não consta o valor devido a título de IRRF.

Cuiabá, 12 de novembro de 2003, quarta-feira.

WANDERLEY PIANO DA SILVA
Juiz do Trabalho



R E S U M O D E C Á L C U L O

PROCESSO: 04- 1758 / 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

CRÉDITOS PARCIAIS	VALORES PAGOS	CRÉDITOS FINAIS	
23.807,46	0,00	23.807,46	TOTAL DO(s) RECTE(s)
476,15	0,00	476,15	Custas Processuais
0,00	0,00	0,00	H.Advocat. %
0,00	0,00	0,00	H.Periciais %
302,23	0,00	302,23	Diversos %
		24.585,84	TOTAL DO CÁLCULO

Cuiabá, 18 de DEZEMBRO de 2003

Valores atualizados até 31/12/2003

OBS.: F.G.T.S a recolher:

Cota parte de recolhimentos previdenciários:

I.N.S.S. (cota parte do empregado): 142,35

I.N.S.S. (cota parte do empregador): 372,71

BASE IRRF CONF. CÁLCULO HOMOLOGADO: 93,92%

IRRF: R\$22.359,97 - INSS X 27,5% - R\$423,08 = R\$5.686,77

CRÉDITO LÍQUIDO: R\$17.978,34

TOTAL DA EXECUÇÃO: R\$24.958,55

O CAMPO DIVERSOS REFERE-SE A EMOLUMENTOS DO CRI



Arizida Jovelina de Araújo Ricas
Técnico Judiciário

R E S U M O D E C Á L C U L O

Atualização de Cálculos
(Total do(s) Reclamante(s))

PROCESSO : 04-1758/ 1996

ORIGEM : 01-CUIABA

	9443.92	- Valor (COM juros de 0%)
R\$	9443.92	- Valor (SEM juros) em 30/06/1997
(x)	1.35148748	- Coefic. Atualizacao Monetaria

R\$	12763.34	- Saldo
(x)	1.8653	- Juros de 15/10/1996 ate 31/12/2003

R\$	23807.46	- TOTAL Atualizado

299
ni



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23 REGIÃO
4ª VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ - MT
AUTOS N.º 01758.1996.004.23.00-6**

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os
presentes autos ao MM. Juiz.
Cuiabá, 09.02.04 (2ª-feira).

DESPACHO:

- 1) Indefiro a adjudicação da parte ideal requerida pelo exeqüente à f. 283, haja vista que o imóvel foi penhorado e levado à praça na sua integralidade, sendo que a possibilidade de alienação judicial de apenas parte dele (hipótese que dependeria da possibilidade de o imóvel comportar cômoda divisão), não constou do edital, e consequentemente a parte pretendida não foi oferecida ao público, impossibilitando arrematação por valor superior ao crédito obreiro, de modo que a adjudicação pretendida poderia representar prejuízo à executada;
- 2) Intime-se o exeqüente para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de remessa dos autos ao arquivo provisório por um ano.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2004, sexta-feira.

WANDERLEY PIANO DA SILVA
Juiz do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

4ª JCU - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT.Nº: 01.455-I

(RECLAMADO)

23/08/96

PROCESSO Nº: 1.468/96.

AUDIÊNCIA: 26 de setembro de 1996, sexta-feira, às 13h30 horas

RECLAMANTE: MARIA MARIA DE ALMEIDA

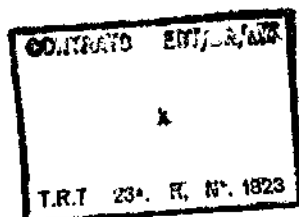
RECLAMADO: CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abaixo:

Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

Em anexo a cópia da ~~reclamação~~.



CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 26/08/96. 28/8

Diretor de Secretaria

Olivia Sibele L. M. Castro
Assessor Judiciário



RECEBI

28/08/96

Marlene

Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

CPA - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO, BL. GPC

CUIABÁ - MT

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

EXMº SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM. ____ª JCJ DE CUIABÁ

038728 10396 22 3 46

ENA MARIA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, advogada, portadora do RG nº 472.684 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Miguel Leite, nº 207, Centro, Várzea Grande (MT), Fone 381-1590, representada por seus procuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,

em face de CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, Bloco GPC, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos :

1. A reclamante é empregada da empresa reclamada desde 03.01.68. Exerce a função de advogada.

I - DAS DIFERENÇAS SALARIAIS POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA

1. Firmou o reclamado com o Sindicato obreiro, em 27.09.90, Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, reposição de perdas salariais ocorridas anteriormente, que seriam integradas ao salário para todos os efeitos legais, exemplar anexo, estabelecendo o seguinte:

"...Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente aposto na competente "Ata de Reunião", que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores

*Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT
nos itens e condições a seguir: "...*

<u>Mês</u>	<u>Rep. Salarial</u>	<u>Ganhos Reais</u>	<u>Política Salarial</u>
Outubro	-	6,09%	-
Novembro	3%	-	-
Dezembro	3%	6,09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-	-
Fevereiro	8%	6,09%	-
Março	12,55%	-	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6,09%	-
Maio	44,80%	-	-

2. Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Neste caso, é a reclamante credora de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:

- a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
- b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; e,
- c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários da reclamante.

3. Essas diferenças devem refletir nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90, tendo em vista que possui a característica de reposição de perdas ocorridas antes da concessão, ao contrário da antecipação que deve ser deduzida na data base.

4. Cabe ressaltar e alertar esse MM Juízo para o fato de que tais percentuais não estão fulminados pela prescrição, como possa parecer a primeira vista, isto porque em 11.11.91 o Sindicato obreiro - SINDPD, na qualidade de Substituto processual, ajuizou ação trabalhista contra a empresa reclamada, pleiteando essas mesmas diferenças salariais, ação esta que tramitou perante a MM 1ª JCI sob o nº 1.607/91, tendo sido ajuizada em 01.08.91 e tramitado até o dia 07.06.93, quando foi extinta sem julgamento de mérito, conforme se vê através da Certidão emitida pela Secretaria daquela JCI, anexa por cópia. Portanto tendo o Sindicato obreiro ajuizado ação trabalhista contra a reclamada, com a mesma causa de pedir, mesmo objeto e substituindo a todos os funcionários e tendo o processo tramitado por um período de 1 ano e 10 meses e depois sendo extinto sem julgamento de mérito, então obviamente houve suspensão da prescrição neste período em que tramitou tal ação, razão pela qual afasta-se desde já qualquer arguição de prescrição quinquenal.

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

II - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

1. Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos a reclamante.

2. Dos levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro e pela própria reclamante, eis a síntese desses atrasos:

<u>Pagamento dos salários do mês de</u>	<u>Foi efetuado no dia</u>
Janeiro/91	18/04/91
Fevereiro/91	18/05/91
Março/91	10/06/91
Abril/91	14/06/91
Maio/91	19/07/91
Junho/91	16/08/91
Julho/91	17/09/91
Agosto/91	10/10/91
Setembro/91	08/11/91
Outubro/91	11/12/91
Novembro/91	09/01/92
Dezembro/91	02/04/92
Janeiro/92	21/02/92
Fevereiro/92	19/03/92
Março/92	15/04/92
Abril/92	15/05/92
Maio/92	18/06/92
Junho/92	16/07/92
Julho/92	18/08/92
Agosto/92	16/09/92
Setembro/92	21/10/92
Outubro/92	17/11/92
Novembro/92	16/12/92
Dezembro/92	10/01/93
Janeiro/93	16/02/93
Fevereiro/93	15/03/93
Março/93	19/04/93
Abril/93	17/05/93
Maio/93	18/06/93
Junho/93	19/07/93
Julho/93	16/08/93
Agosto/93	20/09/93
Setembro/93	19/10/93
Outubro/93	18/11/93
Novembro/93	23/12/93
Dezembro/93	18/01/94
Janeiro/94	21/02/94
Fevereiro/94	21/03/94
Março/94	25/04/94

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

Abril/94	16/05/94
Maior/94	13/06/94
Junho/94	14/07/94
Julho/94	15/08/94
Agosto/94	14/09/94
Setembro/94	17/10/94
Outubro/94	21/11/94
Novembro/94	25/01/95
Dezembro/95	23/03/95
Janeiro/95	22/02/95
Fevereiro/95	09/05/95
Março/95	02/06/95
Abril/95	02/06/95
Maior/95	28/06/95
Junho/95	09/08/95
Julho/95	26/09/95
Agosto/95	23/10/95
Setembro/95	15/12/95
Outubro/95	22/12/95
Novembro/95	22/12/95
Dezembro/95	19/01/96
Janeiro/96	16/02/96
Fevereiro/96	22/04/96
Março/96	29/05/96
Abril/96	09/07/96
Maior/96	05/08/96
Junho/96	12/08/96

3. Em face dos atrasos acima, é a reclamante credora de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

4. Requer que se digne V. Ex^a determinar que a Reclamada apresente os holerites da Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

III - REQUERIMENTO

1. Demonstrada a lesão aos seus direitos, formula à reclamante os pedidos seguintes, em valores apuráveis na liquidação da sentença :

a) pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril/91, 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91, 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos salários da reclamante;

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

b) pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;

c) pagamento dos juros, multas e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a multa prevista no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme fundamentação supra;

2. Pede mais a condenação do Reclamado nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.

3. Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os holerites de pagamento da reclamante, como provas do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.

4. Finalmente, requer a notificação da empresa reclamada para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.

5. Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Termos em que, P. Deferimento

Cuiabá-MT, 01 de agosto de 1996.

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
OAB/MT 3850

Cópia

15

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 4.
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO
GROSSO**

PROCESSO NO. 1.468/96

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**,
Sociedade Anônima de Economia Mista com sede nesta Capital, no Bloco GPC,
PALÁCIO PAIAGUÁS, CPA, devidamente inscrita no Cadastro Geral de
Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 03.474.053/0001-32, neste ato
representada por seu liquidante, **DR. JOSÉ BOTELHO DO PRADO**,
brasileiro, casado, contador, inscrito no CRM, sob o nº 2.291- MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move **ENA MARIA DE ALMEIDA**, processo supra, em trâmite por
essa Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na
forma do incluso mandato (doc.01), advogados, regularmente inscritos na
OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local
indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, com
todo respeito e bastante acatamento, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - DA INÉPCIA DA INICIAL

Reza o artigo 282 do CPC:

“A petição inicial indicará:

I - Omissis

IV - **as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.**

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme se depreende da sua Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo do seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais sevidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete, pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar e coligar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

O Reclamante diz textualmente em sua exordial que “Sucessivos atrasos foram verificados nos pagamentos dos salários mensais...”

Ora, afirmar a Reclamante pura e simplesmente que vem a Reclamada se atrasando na prestação salarial e indicar aleatoriamente datas fictícias em que tais pagamentos se verificaram, eleitas ao seu talante, é por

demais vago, é imprecisão escandalosa que absolutamente não se presta a nenhuma orientação judicial tendente ao acolhimento do postulado.

A parte, como suso abordado, não pode instilar no julgador, por deficiência calculada de informações e provas, robustas e inconcussas, dúvidas acerca da extensão do que pleiteia, pena de ter a vindicação indeferida, como há de ser a presente, por obviamente inimputável ao órgão judicante o exercício de ilações, conjecturas e adivinhações para a melhor prestação jurisdicional, segundo os também melhores princípios de equidade e justiça.

Constituído-se os recibos de pagamento de salários documentos comuns às partes, indiscutivelmente caberia à quem vindica em juízo com fundamento neles a sua exibição, revelando-se essa omissão inexistência até mesmo de início de prova, aqueles adminículos que enseja ao demandado contrapor-se eficazmente ao postulado.

O mero arrazoado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência desse fato. Não coligí-la é expor-se ao látego implacável da INÉPCIA, mercê da sabedoria do brocardo segundo o qual O QUE NÃO ESTÁ NOS AUTOS, NÃO ESTÁ NO MUNDO !

Tal assertiva encontra eco no artigo 333 da Lei Instrumental Civil, que prescreve, verbis:

Art. 333 - O ônus da prova incumbe.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

Logo, face à absoluta ausência de provas que corroborem a alegação de atraso nos pagamentos dos salários, cujo ônus ao Autor incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, bem como também a defesa da Reclamada, requer-se a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 267, I e 329 do CPC, a extinção do processo sem julgamento do mérito no que se refere a esse pedido.

NO MÉRITO

1 - DA PRESCRIÇÃO

a) O celeberrimo Acordo Coletivo que fez originar os pretensos direitos declinados na inicial foi ajustado para vigir de 1º. de maio de 1.990 a 30 de abril de 1.991.

O interstício prescricional referido pelo inciso XXIX do artigo 7º. da Constituição Federal operou-se *pleno jure* em detrimento dos interesses do Reclamante quanto à sua pretensão em ter os próprios salários majorados com base nos índices acordados, relativamente aos meses de março, abril e maio de 1.991.

Ora, o cumprimento daquele Acordo dar-se-ia através de prestações sucessivas, mes a mes, cujos efeitos perdurariam numa projeção de cinco anos, ao final do qual expiraria até mesmo a admissibilidade de deduções que pleiteassem direitos que lhes sobejassem.

Ao aforar o pedido versando apenas no mes de agosto do ano em curso, indiscutivelmente o vórtice irresistível da prescrição, ministro da morte do *jus postulandi* que a desídia pretende eternizar, já havia sorvido eventuais direitos atribuíveis ao Reclamante nos meses antecedentes, aqueles mesmos relativos a março, abril e maio de 1.991, pleiteados na exordial.

O Reclamante buscou se prevenir dessa arguição, antepondo formulação tendente a elidir o fenômeno prescricional pelo fato de pretensa interrupção dele ante a existência de ajuizamento de pleito no mesmo sentido da presente Reclamação pelo sindicato representativo da categoria profissional do autor, que teve fluência pela Egrégia 1ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital.

Essa alegação não merece prosperar porquanto tenha sido aquele feito extinto sem julgamento do seu mérito, por carecer o Autor da ação proposta, não tendo, pois, o condão de interromper a fluência do prazo prescricional.

É iterativa a jurisprudência pátria nesse sentido, valendo aqui citar-se aresto exarado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, que julgando o Agravo de Instrumento nº 92.546 - Primeira Turma, assim decidiu, verbis:

“Relator - o Sr. Ministro Alfredo Buzaid.

1 - Execução Fiscal. Julgado extinto o primeiro processo **sem julgamento do mérito**, cessaram os efeitos da citação, **notadamente o de interromper a prescrição.**

2 - Na segunda execução entende-se por válida a citação nela realizada, **não aproveitando, para interrupção da prescrição, a citação feita no processo findo.**” (In RTJ 108/1.105)

O Relator dos autos em que referido Acórdão exarado, ninguém mais ninguém menos que o Ministro ALFREDO BUZAIID, com o indefectível brilhantismo, propriedade e profundidade, que aliás fizeram também *in casu* dar unanimidade ao julgado, deu o seu voto, assim pontificando:

“1. A argumentação desenvolvida pelo agravante improcede de todo e em todo. Que a prescrição se interrompa pela citação feita ao devedor, coisa é que ninguém discute, porque é princípio consagrado no direito brasileiro (Código Tributário Nacional, art.174, I; Código Civil, art. 172, I; Código de Processo Civil, art. 219). Mas não é este o problema.

Houve duas execuções. A primeira, fundada em crédito tributário julgado pelo Conselho de Contribuintes em 26.10.75, interrompeu a prescrição quinquenal (Código Tributário Nacional, art. 174, I); mas a Fazenda exeqüente foi julgada carecedora e o processo extinto **sem julgamento do mérito**. A segunda execução, na qual o devedor foi citado a 12 de dezembro de 1.980, foi ajuizada quando já tinha escoado o prazo prescricional.

O que pretende o agravante é que a primeira citação, feita no processo que se extinguiu **sem julgamento do mérito**, tenha a força de interromper a prescrição em relação ao segundo processo. **Ora**, entende-se por válida a citação que se realiza em processo que **flui** e não em processo que **terminou**. A citação é chamamento para cada processo que se inicia e não para os processos que estão ainda **in mente dei**”. (sic - negritou-se)

Em ledô engano incorreu, pois, a Reclamante ao pretender revivescido o curso inexorável da prescrição ao beneplácito de pretensa intercorrência que à toda prova no presente caso não se configurou.

Isto posto, o pedido não se legitima a prosperar, fulminado irretorquivelmente que está pelo fenômeno prescrição, a qual deverá ser declarada judicialmente.

b) Ao versar sobre o pedido de juros e correção monetária sobre salários pagos em atraso, o postulante olvidou-se de que a prescrição se operara em relação aos meses de janeiro a agosto de 1.991.

Assim, requer-se à Ilustre Junta que declare a incidência do instituto mencionado sobre o pedido do pagamento de juros referentemente ao período até agosto de 1.991.

2 - DA EFETIVA CONCESSÃO PELA RECLAMADA DOS REAJUSTES PLEITEADOS.

Ressaltando que estas considerações vêm apenas para argumentar, pois crê-se piamente no acolhimento da preliminar arguida, bem como na prejudicial da prescrição como a afirmação da melhor justiça que evitará a ocorrência de enriquecimento ilícito do autor, necessário se faz a declinação de circunstância que se constitui em fato extintivo do pretenso direito reclamado.

Orbita o mundo jurídico da contenda a figura das Resoluções interna corpore da Reclamada, através das quais foram concedidos sucessivos repasses aos salários de todos os seus servidores, entre os quais obviamente a Reclamante.

Essas Resoluções em última instância materializaram-se em harmonização com a política salarial ditada pelo Governo Central, que sem dúvida alguma também inspirou a celebração do Acordo Coletivo e seu Termo Aditivo, que infieis aos seus restritos mandamentos, abusivamente deles extrapolaram para impingir à Reclamada obrigações indevidas.

Assim foi que em 14 de junho de 1.991, pela Resolução 18/91, a Reclamada concedeu aos seus servidores 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração a título de Abono, com incidência sobre os salários do mes de abril daquele ano.

Em 12 de setembro de 1.991, pela Resolução 24/91, concedeu INCORPORAÇÃO do abono tratado pela Resolução anterior aos salários dos servidores, determinando que tal se desse a partir de 01 de agosto de 1.991, o que efetivamente ocorreu, como se vê através da anexa Ficha Financeira, além de atribuir-lhes o abono previsto no artigo 9o., inciso III da Lei 8.178/91.

Em 07 de outubro de 1.991, pela Resolução 26/91, deu aos seus servidores, a título de antecipação salarial, 16% (dezesesseis por cento) de reajuste, INCORPORANDO o abono concedido na Resolução 24/91, acima.

Em 01 de novembro de 1.991, pela Resolução 31/91, concedeu aos seus servidores 23% (vinte e três por cento) de reajuste a título de antecipação salarial.

Em 26 de dezembro de 1.991, pela Resolução 35/91, para incidir sobre o mesmo mês de dezembro e também ao 13o. salário, concedeu abono aos seus servidores, nos precisos termos que estipulou a Lei 8. 276/91.

Em 23 de janeiro de 1.991, pela Resolução 003/92, dentro que que estatuiram a Lei 8.222/91 e a Portaria n. 42 do Ministério da Economia, concedeu aos seus servidores os reajustes preconizados, RETROATIVAMENTE a 1º de Janeiro de 1.992.

Em 25 de maio de 1.992, através da Resolução 14/92, em obediência ao promanado da Lei 8.222/91 e à Portaria 412 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, concedeu aos seus servidores, para incidência já no próprio mês de maio, 130,06 (cento e trinta vírgula seis por cento), acrescidos de 9,64 (nove vírgula sessenta e quatro por cento) que provieram da negociação salarial em comento, RETROATIVAMENTE a 1º de maio de 1.992.

Todas as concessões salariais acima descritas comprovam-se pela juntada das Resoluções citadas, e principalmente pela evolução salarial constante nas Fichas Financeiras do Reclamante, anexas à presente.

O que se pretendia com a celebração do acordo coletivo objurgado sempre foi resguardar a integridade salarial dos efeitos daninhos da inflação, além de conferir aos mesmos ganhos reais. A política salarial adotada pelo Governo Central também tinha esse objetivo. À sua feição, dito acordo foi entabulado.

Ao longo do exercício de 1.991 e 1.992, a Reclamada veio, em estrita obediência àqueles ditames legais majorando, através daquelas

Resoluções, os salários de todos os seus servidores. Ocorreu, MM Juiz, que a Reclamada, ao assim proceder, não apenas cumpriu na íntegra a política salarial da época como beneficiou todos seus servidores com a concessão de reajustes salariais - que inclusive foram projetados para o exercício subsequente - sempre de forma extrapolante aos índices inflacionários, além até do que pretendia o acordo coletivo.

Com efeito, os objetivos daquela avença foram resguardar o poder de compra dos salários e conferir-lhes ganhos reais. Os reajustes concedidos pelas resoluções citadas alcançaram plenamente esse objetivo. Ora, se isso é verdade, como indiscutivelmente é, a concessão dos índices estampados no acordo coletivo seria a um só tempo penalizar indevida e injustamente a Reclamada e propiciar o enriquecimento ilícito da Reclamante, o que sabidamente é defeso em lei.

O pleito do Requerente diz respeito a concessões salariais; elas houveram. Pede incorporação aos salários; já houve tal incorporação, desde 1.991. Não houve prejuízo, nem perdas.

Através do demonstrativo abaixo, enumeram-se os índices pleiteados, prescritos, só para exemplificar, e logo abaixo, os índices EFETIVAMENTE CONCEDIDOS pela Reclamada:

REAJUSTES PLEITEADOS

94,57%	-	MARÇO
19,40%	-	ABRIL
44,80%	-	MAIO
158,77%		(SOMA SIMPLES)

REAJUSTES CONCEDIDOS

50,00%	-	AGOSTO
16,72%	-	AGOSTO
16,00%	-	SETEMBRO
23,00%	-	NOVEMBRO
130,36%	-	MAIO
9,64%	-	MAIO
245,72	-	(SOMA SIMPLES)

Como se vê, não existem diferenças a serem pagas.

3 - DA INCORPORAÇÃO DAS DIFERENÇAS

Não existe fundamento legal no pedido de "incorporação em definitivo" dos índices pleiteados com base no Acordo Coletivo.

Todo acordo coletivo "zera" as perdas salariais do período anterior. Estes, por sua vez, têm um prazo legal de vigência, estabelecido pela CLT em dois anos.

Assim, as reposições e todos seus efeitos, reflexos e consequências, ficam adstritos ao período máximo de dois anos após a celebração do ACT /90, qual seja, até o dia 30 de abril de 1.992. A partir desta data, além de ser legalmente sem fundamento a expectativa de incorporações fulcrada no ACT esvaziado de validade temporal, passou a vigor novo acordo, o qual, até a presente data, não foi fustigado por quem quer que seja, e que possui, até prova em contrário, plena higidez, inclusive para o efeito primário de compor livre e coletivamente novas bases salariais.

4 - DO EFETIVO PAGAMENTO DOS JUROS

Por força do processo de Liquidação a que a Reclamada se submete e que visa à sua extinção, quase a totalidade dos seus empregados foram dispensados, nela incluída a ora Reclamante.

Como bem se vê do competente Termo de Rescisão Contratual que formalizou a extinção do vínculo laboral estabelecido, em seu item 46 estão lançados os valores relativos aos juros que restaram devidos ao Reclamante pelo atraso nos pagamentos dos seus salários, aqueles mesmos a que se refere o petitório madrugador.

Em anexo, relação levantada junto ao CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO - CEPROMAT, órgão que, principiando pela Folha de Pagamento, se incumba de submeter a processamento toda a gama de levantamentos financeiros dos servidores do Estado, e que estampa, já em sua 5ª folha, a designação nominal do ora Reclamante e seu crédito relativo aos juros por salários pagos em atraso para a data de 31.03.94, o qual importava então em R\$ 771,77 (setecentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos).

Todavia, no azo do rompimento do contrato de trabalho, o ex-servidor obteve a este título a quantia de R\$ 4.436,38 (quatro mil e quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), fato que demonstra que tal crédito resultou plenamente quitado, além da saciedade, devendo por isso referido pleito ser julgado totalmente improcedente.

Esse pleito de toda maneira improcede. Por medida de justiça deve ser julgado improcedente.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se a preliminar arguida, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para julgar totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se o autor nas custas e demais cominações legais, como de direito.

Protesta por todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal do Reclamante e oitiva de testemunhas.

Termos em que
Pede deferimento.

Cuiabá/MT, 13 setembro de 1996.


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT 4.328

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ/MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 04 dias do mês de outubro do ano de 1996, reuniu-se a 4ª **Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá**, presentes o **Exmo Juiz Presidente Dra. Mara Aparecida de Oliveira Oribe** e os **Juizes Classistas**, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. nº 1468/96, entre as partes: **ENA MARIA DE ALMEIDA** e **CODEMAT**, Reclamante e Reclamado, respectivamente.

Às 13:53 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do **MM. Juiz Presidente**, apregoadas as partes.

Ausente o Juiz Classista representante dos empregadores.

Presente a reclamante, representada pelo advogado Dr. Marcos Dantas Teixeira.

Presente a reclamada por seu preposto Sr. Carlos Roberto de Oliveira Costa.

Conciliação recusada.

Deferida a juntada de defesa escrita, acompanhada de documentos, dos quais se dá vista ao Reclamante pelo prazo de 02 dias, a fluir a partir do dia 08.10.96, inclusive.

As partes declaram não terem outras provas a serem produzidas, razão pelo qual após a manifestação do reclamante declaram-se encerrada a instrução processual. Razões finais remissivas.

Rejeitada a última proposta conciliatória.

Julgamento para o dia 11.10.96 às 17:00 horas. Cientes as partes. Nada mais.

Suspensa às 13:55 horas.

Mara Aparecida de Oliveira Oribe
Juiza do Trabalho Substituta

José Olímpio de Souza Filgueiras
Juiz Classista Rep. dos empregados

Alfredo Augusto de Oliveira Neto
Juiz Classista Rep. dos Empregadores

Recte: _____ Recdo: _____

Adv. Recte: _____ Adv. Recdo: _____

CRAC - 247 - CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST PT

MUNICIPIO - CUTAIA

LETAAC - 247.02.001.001 - SEPLAN

COTA DO PRCC. - 15/05/96

* ASA548 *

PATRIC	NOME	PREVENTOS	DESCONTOS	LIQUIDO DO C/C FGTC	ASSINATURA	C1.FGTC
0026476	EDISEN DE ALMEIDA CARVALHO	2.162,78	1.214,89	886,19 868806 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026573	ELIZABETH MCESTC FARANAGUA FORTES	2.601,33	339,29	2.262,04 868814 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026603	ELIZETE REGINA BARREIRO MORAES	1.932,17	239,13	1.693,04 868817 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
	CE ALMEIDA	3.023,70	487,89	2.535,81 868818 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026670	ERENIL MARIA GOMES MARTINS	1.577,53	210,14	1.367,39 868821 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026700	ERONCINA PARCIN DE SOUZA	365,98	88,55	277,43 868824 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026735	EUGLIDES PEREIRA FERNANDES FILHO	895,76	118,54	777,22 868826 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026751	EVANIL PINTO MOREIRA	3.421,24	570,02	2.851,22 868828 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026766	FABRICIO JESSE DA CONCEICAO	761,21	190,39	570,82 868829 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026778	FILINTO PEREIRA DE FREITAS	1.857,28	388,12	1.472,16 868830 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026832	GASTAO DE MELLO	3.727,07	371,72	3.355,35 868833 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026851	GLORIALICE SIGARINE DA S GARCIA	1.960,39	230,12	1.730,27 868835 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026930	GRACINCA VIEIRA G DE SOUZA	3.116,89	465,96	2.650,93 868837 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026956	GLICMAR FARIA ARYANI	1.687,43	202,55	1.484,88 868838 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0026980	HELDER GRISESTEME DE PINHO	1.917,56	274,42	1.643,14 868840 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027049	HERMES PAIVA SERRA	1.237,00	149,16	1.087,84 868841 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027065	HERCULINA ALVES PINTO	2.016,79	275,69	1.741,10 868846 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027073	HILDEGARDIS CELESTINA MORAES	849,30	128,71	720,59 868847 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027090	HILTON DO ESPIRITO SANTO	1.601,49	215,66	1.385,83 868849 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027103	HORACIO PINTO BEZERRA	822,11	113,92	708,19 868850 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027111	MUCC BLANCO FILHO	2.591,92	371,97	2.219,95 868851 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027138	IBRAIM DERZE	2.738,47	384,69	2.353,78 868853 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027200	ISMAEL MARTINS DE SOUZA RAMES	999,40	424,96	564,44 868855 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027227	JINES LINTAR	810,20	111,67	698,53 868859 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027235	IVONE BLISSINI GUIABANO	3.006,82	605,96	2.400,86 868860 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027260	JAIRO LUIZ POIT	3.595,78	1.746,15	1.849,63 868862 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027340	JACI JOSE ALVES DOS SANTOS	1.459,53	147,78	1.311,75 868866 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027355	JACAN GOMES DE ALMEIDA	754,86	108,47	646,39 868867 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027375	JACI BATISTA MEDEIROS	1.747,06	184,97	1.562,09 868868 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027456	JACI JUSTINO DE A FILHO	1.446,97	225,67	1.221,30 868872 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027464	JACI LUIZ BRAGA DE MORAES	678,90	276,63	402,27 868873 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
0027585	JACI MARCELO SOLEI	1.100,00	51,55	1.048,45 868874 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96
		1.669,78	233,70	1.436,08 868874 CFC	<i>[Signature]</i>	05/08/96

Aviso Prévio do Empregador para Dispensa do Empregado

Nº

Empresa

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Nome do Empregado

ENA MARIA DE ALMEIDA

CÓD. 15 246
[illegible]

Pelo presente notificamos que a30.....dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 487 - itens - I e II - Cap.VI - Título IV, do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 da CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Até o término do aviso prévio, por força do art. 488 da CLT V.Sª terá seu horário de trabalho reduzido de duas horas diárias sem prejuízo de seu salário, a fim de procurar outro emprego. Nestas condições, sua jornada de trabalho terminará duas horas antes do horário normalmente previsto. Caso V.Sª resolva optar pela faculdade do § único do art. 488 (jornada normal, com redução de sete dias de trabalho no final do aviso), solicitamos formalizar esta intenção. A presente dispensa se dá pelo motivo da liquidação desta Companhia, em obediência ao Decreto Governamental nº 770/96, que preconiza sua extinção.

Solicitamos a devolução do presente com o seu "ciente".

Local/Data

Quinhão, 30/05/96

Empregador

José G. B. do Prado

Empregado

Ena Maria de Almeida

~~LÍQUIDANTE~~
Assinatura do Responsável, em caso de Empregado Menor

SISTEMA FOLHA DE PAGAMENTO
RECIBO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS

REFERENCIA 1996
PAGINA - 20

ORGÃO - 247 - CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MI

MUNICÍPIO - CUIABÁ

LCTACAC - 247.02.001.001 SEFLAN

DATA DO PRG. - 11/06

PATRIL A C M E	PRLVENTOS	DESCONTOS	LIGUIDO CCCTO PGTO	ASSINATURA	ST.
CC26476 EDISON DE ALMEIDA CARVALHO	2.102,78	1.252,55	850,23 873675 CHG	[Signature]	1
CC26573 ELIZABETH MODESTO PARANAGUA FORTES	2.601,33	235,29	2.262,04 873665 CHG	[Signature]	2
CC26603 ELIZETE REGINA BARRETO MORAES	1.932,17	235,12	1.693,04 873666 CHG	[Signature]	3
CC26636 ENA MARIA DE ALMEIDA	3.023,70	487,45	2.535,61 873665 CHG	[Signature]	4
CC26670 ERENIL MARIA GOMES MARTINS	1.577,53	210,14	1.367,35 873652 CHG	[Signature]	5
CC26700 ERONDINA PARDIM DE SOUZA	965,98	48,55	917,43 873655 CHG	[Signature]	6
CC26697 EROTIDES MARIA DA SILVA	2.601,44	412,85	2.188,55 873654 CHG	[Signature]	7
CC26735 EUCLIDES PEREIRA FERNANDES FILHO	895,76	116,56	777,20 873657 CHG	[Signature]	8
CC26751 EVANIL PINTO MCREIRA	3.421,24	570,02	2.851,22 873655 CHG	[Signature]	9
CC26760 FABRICIO JORGE DA CONCEICAO	761,21	411,74	349,47 873700 CHG	[Signature]	10
CC26776 FILINTO PEREIRA DE FREITAS 0419.11.978	1.857,28	366,80	1.490,48 873701 CHG	[Signature]	11
CC26892 GASTAO DE MELO	4.124,77	1.859,26	2.225,41 873704 CHG	[Signature]	12
CC26691 GLORIALICE SIGARINE DA S GARCIA	1.960,39	230,12	1.730,27 873706 CHG	[Signature]	13
CC26930 GRACINHA VIEIRA G DE SOUZA	3.116,89	465,96	2.650,91 873706 CHG	[Signature]	14
CC26956 GUIOMAR FARIA ARYANI	1.687,43	202,55	1.484,88 873705 CHG	[Signature]	15
CC26980 MELBER CRISOSTOMO DE PINHO	2.109,15	952,46	1.116,69 873711 CHG	[Signature]	16
CC27065 FERDINANDA ALVES PINTO	2.851,41	500,29	2.351,12 873717 CHG	[Signature]	17
CC27072 WILDEGARDIS CELESTINA MORAES	849,30	128,71	720,55 873716 CHG	[Signature]	18
CC27090 FILTON DO ESPIRITO SANTO	1.681,49	215,66	1.465,83 873720 CHG	[Signature]	19
CC27103 PORACIO PINTO BEZERRA	822,11	112,92	700,15 873721 CHG	[Signature]	20
CC27111 FUGO BLANCO FILHO	2.591,92	371,57	2.219,55 873722 CHG	[Signature]	21
CC27131 IERAIN DERZE	2.738,47	384,65	2.353,78 873724 CHG	[Signature]	22
CC27206 ISMAEL MARTINHO DE SOUZA RAMOS	999,40	424,56	564,44 873729 CHG	[Signature]	23
CC27227 LUNES UNTAR	810,20	111,67	698,53 873730 CHG	[Signature]	24
CC27235 IVONE BUSSIKI CUIABANO	3.006,82	605,56	2.400,86 873731 CHG	[Signature]	25
CC27251 JACY DO ESPIRITO SANTO	3.310,87	594,29	2.715,76 873732 CHG	[Signature]	26
CC27260 JAIME LUIZ POIT	1.696,43	273,69	1.422,74 873733 CHG	[Signature]	27
CC27340 JOAOI JOSE ALVES DOS SANTOS	1.459,53	147,76	1.311,75 873736 CHG	[Signature]	28
CC27355 JOANAN GOMES DE ALMEIDA	754,86	106,47	646,39 873735 CHG	[Signature]	29
CC27375 JOAO BATISTA MEDEIROS	1.815,50	195,97	1.619,53 873740 CHG	[Signature]	30
CC27456 JOAO JUSTINO DE A FILHO	1.446,97	212,54	1.233,03 873744 CHG	[Signature]	31
		275,63	483,27 873745 CHG	[Signature]	32

Aviso Prévio do Empregador para Dispensa do Empregado

Nº

Empresa

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Nome do Empregado

ENA MARIA DE ALMEIDA

Pelo presente notificamos que a30.....dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 487 - itens - I e II - Cap.VI - Título IV, do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 da CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Até o término do aviso prévio, por força do art. 488 da CLT V.Sª terá seu horário de trabalho reduzido de duas horas diárias sem prejuízo de seu salário, a fim de procurar outro emprego. Nestas condições, sua jornada de trabalho terminará duas horas antes do horário normalmente previsto. Caso V.Sª resolva optar pela faculdade do único do art. 488 (jornada normal, com redução de sete dias de trabalho no final do aviso), solicitamos formalizar esta intenção. A presente dispensa se dá pelo motivo da liquidação desta Companhia, em obediência ao Decreto Governamental nº 770/96, que preconiza sua extinção.

Solicitamos a devolução do presente com o seu "ciente".

Local/Data

Quinhães, 30/05/96

Empregador

José G. B. do Prado

LÍQUIDANTE

Empregado

Ena Maria de Almeida

Assinatura do Responsável, em caso de Empregado Menor

**CODMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO**FICHA FINANCEIRA**

(136)

0017

136

Apertir de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome: <u>PENA MARIA DE ALMEIDA</u>		Data de Emissão: 03 / 01 / 68		Grupo N°	
	+ 2%			Profissão:		Classe:		Ser	
				Cargo: <u>ADVOGADA</u>		Nível: <u>TS-06 TNS 1ª</u>		Cód. <u>2 2 4</u>	
				Exercício:		N. Dep. Econ. Imp. Rend.		Cr\$ <u>01</u>	
				Lotação: <u>SEPLAN</u>		N. Dep. Econ. Sol. Família		Cr\$	

ESPECIFICAÇÕES	COD.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	13º SAL.	TOTAL
Salário	01	351.400,00	00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00	647.800,00
Diferença Salário															
Férias	12	971.400,00													
Adicional 50 %	35	323.400,00		323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00	323.400,00
Abono (1/3 - Const.)	08	323.400,00													
Abono Pecuniário															
Ajuda de Custo															
Adic. Sal. Lei 8.212	04	996.100,00				906.922,00		1554.200,00	1554.200,00						
DEU IR	15								66.316,00	91.919,00					
13º Salário															
Salário Família															
TOTAL DOS PROVENT.		3268.300,00	00	971.200,00	971.200,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00	2.332.082,00
IAPAS	78	184.652,54		92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27	92.326,27
Contribuição Sindical	71														
Seguros *	66	9.800,00		4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00
Capemi Consignação															
Capemi Seguros															
Imposto de Renda	81	103.196,68				103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68	103.196,68
ASPEMAT															
Anulação de Provent.															
D.B. / A.S.C.															
A.S. CODEMAT *	80	9.034,00		6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00
SINDICATO *	72	9.034,00		6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00	6.478,00
TOTAL DE DESCONTO		312.317,52	00	110.122,27	110.122,27	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35	332.433,35
LÍQUIDO A RECEBER		1954.982,48	00	861.077,73	861.077,73	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65	999.648,65



COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

F I L C H A F I N A N C E I R A

72.656,09

Apartir de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome:	Data da Emissão: 03 / 01 / 68	Grupo N.º
				Profissão:	Classe:	Ser.
				Cargo: ADVOGADO	Nível: TS-06	Cód.
	+29%			Exercício:	N. Dep. Econ. Imp. Rend.	Matricula N.º
				Lotação: SPN	N. Dep. Econ. Sal. Família	

ESPECIFICAÇÕES	COD.	JAN.	FEB.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	13° SAL.	TOTAL
Salário		00	63.299,28	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	76.259,50	00	351.700,00
Representações														00	
Horas Extras														00	
Insalubridade														00	
Diferença Salário														00	
Diárias														00	
Férias														00	
Adicional														00	
Hono. Func.														00	
Abono Pec.														00	
AJ Custo														00	
13º Salário														00	
Salário Família														00	
TOTAL DOS PROVENT.														X	
IAPAS															
Contribuição Sindical															
Seg Boa Vista *															
Capemi Consignação															
Capemi Seguros															
Imposto de Renda															
ASPEMAT															
Anulação de Provent.															
D.B./A.S.C.															
Adiant. Salarial															
A.S. CODEMAT *			*	*	/	g	q	q	x	g	g	g/q	-		g/q
Sindicato			*	*	/	g	g	g	x	g	g	g/g	-		-g/g
Multat's			67.852,00												
Pick Ali-meu-law				73.000,00	73.000,00	73.000,00	73.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	70.000,00	70.000,00	40.000,00		



ESTADO DE MATO GROSSO



DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - SISTEMA DE PAGAMENTO

NOME DO ÓRGÃO	DEP	MUNIC	UNID	NUM EMISSÃO	NUM FICHA
CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MT	02	001	001	204	1 DE 1

FUNÇÃO	ÓRGÃO	ORDEM	MÊS DE REFERÊNCIA
NOR	247	0026638	

DESCRIÇÃO	P	CÓD	CC	PRAZO	FREQ. / QUANT	VALOR
SALARIO BASE.....	1	101	0	01/01		1.940,05
AD. TEMPO DE SERVICO	1	311	1	00/99	50	970,03
PARC.CIF.13 SALARIO.	2	460	0	10/12		113,62
IAPAS.....	4	525	1	00/99		91,59
BAMERINDUS SEGUROS..	4	569	1	00/99	168	9,90
SINDPD / MT.....	4	573	1	00/99		19,40
I. R.RETIDO NA FONTE	4	990	1	00/99		367,00

PROVENTOS	DESCONTOS	LÍQUIDO
3.023,70	487,89	2.535,81
NOME DO CARGO	CARGO	REF. ADIC. FG. DSF. DIR.
NIVEL TNS- 35 - A	3035	

* DESCONTOS NÃO EFETUADOS POR FALTA DE FUNDOS

OPGAC - 247 - CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MT

M U N I C I P I O - CUIABA

LCTACAD - 247.02.001.001 SEPLAN

* ASA549 *

DATA DO PROC. - 22/04/96

MATRIC	NOME	PROVENTOS	DESCONTOS	LIQUIDO DOCTO PGTO	ASSINATURA	DT. PGTO
0026476	EDISON DE ALMEIDA CARVALHO	2.102,78	1.240,09	862,69 861351 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026577	ELIZABETH MODESTO PAPANAGJA FORTES	2.601,33	339,29	2.262,04 861359 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026607	ELIZETE REGINA BARRETO MORAES	1.932,17	344,09	1.588,08 861362 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026634	ENY MARIA DE ALMEIDA	3.523,70	487,89	2.535,81 861363 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026670	EPENIL MARIA GOMES MARTINS	1.577,53	382,60	1.194,93 861366 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026700	ERONDINA PARDIM DE SOUZA	365,98	114,85	251,13 861369 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026735	EUCLEDES PEREIRA FERNANDES FILHO	890,96	117,96	773,00 861371 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026751	EVANIL PINTO MORAES	3.421,24	640,29	2.780,96 861373 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026760	FABRICIO JORGE DA CONCEICAO	761,21	364,43	396,78 861374 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026778	FILINTO PEREIRA DE FREITAS	1.857,28	472,74	1.384,54 861375 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026932	GASTAO DE MELO	1.872,53	204,89	1.667,64 861378 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026858	GERALDO JOSE DA COSTA CRUZ MENDES	2.177,27	306,77	1.870,50 861379 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026891	GLORIALICE SIGAINE DA S GARCIA	1.915,63	222,76	1.692,87 861381 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026930	GRACINDA VIEIRA R DE SOUZA	3.116,99	465,98	2.650,91 861383 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026956	GUIOMAR FARIA ARMANI	1.687,43	202,55	1.484,88 861384 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0026980	HELBER CRISOSTOMO DE PINHO	926,99	254,48	672,40 861386 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0353469	HERMES PAIVA SERPA	1.237,00	301,06	935,94 861797 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027065	HERONDINA ALVES PINTO	2.016,79	326,47	1.690,32 861392 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027073	HILDEGARDIS CELESTINA MORAES	1.002,43	1.031,23	871,20 861393 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027090	HILTON DO ESPIRITO SANTO	1.691,49	241,72	1.439,77 861395 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027103	HORACIO PINTO REZERRA	822,11	192,58	629,53 861396 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027111	HUGO BLANCO FILHO	2.591,92	371,97	2.219,95 861397 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027139	IRRAIN PERZE	2.738,47	478,25	2.260,22 861399 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027200	ISMAEL MARTINHO DE SOUZA RAMOS	2.216,46	1.581,76	634,70 861404 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027227	JUNES UNTER	810,20	111,67	698,53 861405 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027235	IVONE RUSSIKI CUIABANO	3.006,82	729,00	2.277,82 861406 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027260	JAINÉ LUIZ POIT	3.290,60	669,31	2.620,39 861408 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027340	JOADI JOSE ALVES DOS SANTOS	1.459,53	241,34	1.218,19 861412 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027375	JOAO BATISTA MEDeiros	1.702,46	178,69	1.523,77 861414 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
0027455	JOAO JUSTINO DE A FILHO	1.446,97	241,86	1.205,11 861418 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96
				1.202,27 861419 CHQ	<i>[Signature]</i>	09/03/96



DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - SISTEMA DE PAGAMENTO

NOME DO ÓRGÃO	DEF	MUNIC	UND	NUM EMISSÃO	NUM FICHA
CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MT	02	001	001	190	1 DE 1

FUNCIONÁRIO	ÓRGÃO	ORDEN	MES DE REFERÊNCIA
[REDACTED]	NOR 247	0026638	[REDACTED]

DESCRIÇÃO	P	COO	CC	PRAZO	FREQ / QUANT	VALOR
SALARIO BASE.....	1	101	0	01/01		1.940,05
AD. TEMPO DE SERVICO	1	311	1	00/99	50	970,03
PARC.CIF.12 SALARIO.	2	460	0	11/12		113,62
IAPAS.....	4	525	1	00/99		91,55
BAMERINDUS SEGUROS..	4	569	1	00/99	168	9,90
SINCPD / MT.....	4	573	1	00/99		15,40
I. P.RETIDC NA FONTE	4	950	1	00/99		367,00

PROVENTOS	DESCONTOS	LÍQUIDO
3.023,70	487,89	2.535,81

NOME DO CARGO	CARGO	REF	ADIC	FG	DSF	DIR
NIVEL INS- 35 - A	3035					1

* DESCONTOS NÃO EFETUADOS POR FALTA DE FUNDOS

CRGAC - 247 - CCDEPAT-CIA DESENVOLVIMENTO ES

M L N I C I P I E - CUIABA

LC7ACAC - 247-02-001-001 SETLAN

* ASA548 *

DATA DE PRCC. - 15/05/96

PATRIC	NOME	PACIENTES	DESCONTOS	LIGUECE COTIC FGIC	ASSINATURA	DATA
0026476	EDISEN DE ALMEIDA CARVALHO	2.102,78	1.214,55	888,15 868806 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026573	ELIZABETH MCCESTI FARANAGUA FORTES	2.601,33	239,25	2.262,04 868814 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026603	ELIZETE REGINA BARREIRO MORAES	1.932,17	225,12	1.653,04 868817 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026670	ERENIL MARIA GOMES MARTINS	1.577,53	210,14	1.367,39 868821 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026700	ERONDINA PARCIN DE SOUZA	365,98	18,55	277,43 868824 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026735	EUGLIDES PEREIRA FERNANDES FILHO	895,76	118,56	777,20 868826 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026751	EVANIL PINO MCREIRA	3.421,24	570,02	2.851,22 868828 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026760	FABRICIO JCPGE DA CONCEICAO	761,21	150,15	571,02 868829 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026778	FILINTO PEREIRA DE FREITAS	1.857,28	245,12	1.472,16 868830 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026832	GASTAO DE VELO	3.727,07	271,72	3.355,35 868833 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026891	GLORIALICE SIGARINE DA S GARCIA	1.960,39	230,12	1.730,27 868835 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026930	GRACINCA VIEIRA G DE SOUZA	3.116,89	465,96	2.650,91 868837 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026956	GLICIAS FARIA ARMANI	1.687,43	202,55	1.484,88 868838 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0026980	HELBER CRISTIANO DE PINHO	1.917,56	274,42	1.643,14 868840 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027045	HERMES PAIVA SERRA	1.237,00	145,88	1.087,14 868841 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027065	HERCULINA ALVES PIATO	2.016,79	275,65	1.737,10 868846 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027073	HILDEGARDIS CELESTINA MORAES	849,30	128,71	720,59 868847 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027090	HILTON DO ESPIRITO SANTO	1.681,49	215,66	1.465,83 868849 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027103	HORACIO PINO BEZERRA	822,11	112,52	708,59 868850 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027111	HUGO BLANCO FILHO	2.591,92	371,57	2.219,35 868851 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027136	IBRAIM DERZE	2.738,47	364,65	2.353,78 868853 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027200	ISMAEL MARTINHO DE SOUZA RAMES	999,40	434,56	564,84 868856 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027227	ILNES LINTAR	810,20	111,67	698,53 868859 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027235	IVONE ELISSKI CUIABANO	3.906,82	665,86	2.400,86 868860 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027260	JAINE LUIZ POIT	3.595,78	1.746,15	1.849,63 868862 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027340	JEADI JOSE ALVES DOS SANTOS	1.459,53	147,78	1.311,75 868866 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027355	JEANAN GOMES DE ALMEIDA	754,86	108,47	646,39 868867 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027375	JEAN BATISTA MEDEIROS	1.747,06	164,57	1.562,05 868868 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027456	JOAO JUSTINO DE A FILHO	1.446,97	225,67	1.221,30 868872 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027464	JOCAC LUIZ BRAGA DE MORAES	678,90	278,82	400,07 868873 CFC	[Assinatura]	05/08/96
0027585	JOCAC MARCELO SOLCI	1.100,00	91,55	1.008,41 868875 CFC	[Assinatura]	05/08/96
				1.456,00 868874 CFC	[Assinatura]	05/08/96



ESTADO DE MATO GROSSO

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - SISTEMA DE PAGAMENTO

NOME DO ÓRGÃO	DEF	MUNIC	UNID	NUM EMISSÃO	NUM FICHA
CODEMAT-CIA DESENVOLVIMENTO EST MT	02	001	001	176	1 CE 1

FUNÇÃO	ORÇAO	ORDEM	MES DE REFERENCIA
DE ALMEIDA	NGR 2 47	0026638	

DESCRIÇÃO	P	COD	CC	PRAZO	FREQ / QUANT	VALOR
SALARIO BASE.....	1	101	0	01/01		1.940,05
AD. TEMPO DE SERVICO	1	311	1	00/99	50	970,03
PARC.CIF.13 SALARIO.	2	460	0	12/12		113,62
IAPAS.....	4	525	1	00/99		51,55
RAMERINCUS SEGUROS..	4	549	1	00/99	168	9,90
SIACPD / MT.....	4	573	1	00/99		19,40
I. F. RETICO NA FONTE	4	990	1	00/99		367,00

PROVENTOS	DESCONTOS	LÍQUIDO					
3.023,70	447,89	2.535,81					
NOME DO CARGO		CARGO	REF	ADC	FG	DST	DIA
NIVEL INS- 35 - A		3035					1

* DESCONTOS NÃO EFETUADOS POR FALTA DE FUNDOS

PATRIC	NOME	PREVENTOS	DESCENTOS	LIQUIDO DEBITO FGTC	ASSINATURA	17.FGTC
CC26476	EDISON DE ALMEIDA CARVALHO	2.102,76	1.252,55	850,23 873675 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26572	ELIZABETH MCESTE PARAGUÁ FORTES	2.601,33	339,29	2.262,04 873665 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26663	ELIZETE REGINA BARRETO MCRAES	1.932,17	235,12	1.693,04 873666 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26663	ELIZETE REGINA BARRETO MCRAES	1.932,17	235,12	1.693,04 873666 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26670	ELENIL MARIA GOMES MARTINS	1.577,53	210,14	1.367,39 873652 CHC	[Signature]	12/08/96
CC26700	ERONDINA PEREIRA DE SOUZA	365,98	48,55	317,43 873655 CHC	[Signature]	12/08/96
CC26697	EROTIDES MARIA DA SILVA	2.601,44	412,85	2.188,59 873654 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26735	EUCIDES PEREIRA FERNANDES FILHO	895,76	116,56	779,20 873653 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26751	EVANIL PINTO MCKEIRA	3.421,24	570,02	2.851,22 873655 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26760	FABRICIO JORGE DA CONCEICAO	761,21	411,74	349,47 873700 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26778	FILINTO PEREIRA DE FREITAS	1.857,28	366,80	1.490,48 873701 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26892	GASTAO DE MELO	4.124,77	1.859,36	2.225,41 873704 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26891	GLORIALICE SIGARINE DA S GARCIA	1.960,35	230,12	1.730,23 873706 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26990	GRACINEA VIEIRA G DE SOUZA	3.116,89	465,56	2.656,33 873700 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26956	GUIOMAR FARIA ARMANI	1.687,42	202,55	1.484,87 873705 CHC	[Signature]	03/08/96
CC26980	HELBER CRISOSTOMO DE PINHO	2.109,15	552,44	1.556,71 873711 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27065	FERNANDA ALVES PINTO	2.851,41	500,29	2.351,12 873711 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27072	FILDEGARDIS CELESTINA MORAES	849,30	128,71	720,59 873716 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27090	FILICEN DO ESPIRITO SANTO	1.681,49	215,66	1.465,83 873720 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27102	FRACIE PINTO REZERRA	822,11	115,52	706,59 873721 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27111	ELGO BLANCO FILHO	2.591,92	271,57	2.319,35 873722 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27131	IRACIM DERZE	2.738,47	584,66	2.153,81 873724 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27200	ISMAEL MARTINHO DE SOUZA RAMES	995,40	434,56	560,84 873725 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27227	JUNES UNTAN	810,20	111,67	698,53 873730 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27235	JVONE RUSSIKI CLABANO	3.006,82	605,56	2.401,26 873731 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27251	JACY DE ESPIRITO SANTO	3.310,07	594,29	2.715,78 873732 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27260	JAIME LUIZ PEIJ	1.696,43	273,69	1.422,74 873733 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27340	JACAI JOSE ALVES DOS SANTOS	1.459,53	147,76	1.311,77 873736 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27355	JEANAN GOMES DE ALMEIDA	754,86	108,47	646,39 873735 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27375	JCAC BATISTA MEDEIROS	1.815,50	165,57	1.649,93 873740 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27451	JCAF JUSTINO DE A FILHO	1.446,97	212,54	1.234,43 873744 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27460	JCAF LUIZ BRAGA DE MORAES	678,90	275,63	403,27 873745 CHC	[Signature]	03/08/96
CC27490	JCAF NERFII DE ARRUDA	1.815,80	555,73	1.259,07 873746 CHC	[Signature]	03/08/96

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá
Endereço: Rua Miranda Reis, 441 Ed. Bianchi, Bandeirantes

NOT.Nº: 6814/96

(RECLAMADO)

18/09/96

PROCESSO Nº : 1468 /96

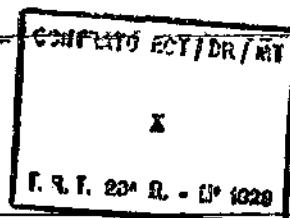
RECLAMANTE : ENA MARIA DE ALMEIDA

RECLAMADO : CODEMAT

Pela presente, fica V. Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abaixo:

Adio a audiência anteriormente designada, para o dia 04.10.96 às 13:35 horas. Intimem-se as partes. Cbá, 16.09.96. MARA APARECIDA DE OLIVEIRA ORIBE. JUÍZA DO TRABALHO.

RECEBI
23.09.96
Maria
Responsável - Prologolo CODEMAT



CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 18/09/96 5ª feira.

Diretor de Secretaria

Glória Sibeles L. M. Castro
Auxiliar Judiciário

CODEMAT

BLOCO GPC- CPA

CUIABÁ

MT



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
SEÇÃO DE AÇÕES ORIGINÁRIAS**

NOTIFICAÇÃO/STP/SAO/Nº122/97

Cuiabá/MT., 05 de maio de 1997

PROCESSO TRT-AR-865/97

Autor **ENA MARIA DE ALMEIDA**
Adv.: Valfran Miguel dos Anjos e Outros
Réu **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-
CODEMAT.**

N O T I F I C A Ç Ã O

Levo ao seu conhecimento que fora interposto neste Tribunal o processo supra epigrafado, pelo que **N O T I F I C O** Vossa Senhoria para querendo, apresentar defesa aos termos da presente ação, no prazo de 30 (trinta) dias, a teor do art. 491, do CPC. Tudo nos termos do despacho de fls.223 e da petição inicial, cujas cópias seguem anexas.

Atenciosamente,


ANTONIO ERNANI PEDROSO CALHÃO
Secretário Tribunal Pleno

08-05-97
RECEBIDA
08/05/97
Responsável - Processo CODEMAT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT
C.P.A, Palácio Paiguás.
78000-000 CUIABÁ/MT.




ORIGEM: TRT-CUIABÁ-MT
RELATORA: JUÍZA MARIA BERENICE
REVISOR: JUIZ ROBERTO BENATAR
AUTOR: ENA MARIA DE ALMEIDA
ADVOGADO: Valfran Miguel dos Anjos e Outros
RÉU: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO - CODEMAT

Vistos os autos.

Verificando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais de desenvolvimento válido do processo, determino a citação da ré para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 30 (trinta) dias.

Após o transcurso do prazo, voltem-me conclusos.

Cuiabá-MT, 02 de maio de 1997.


JUÍZA MARIA BERENICE
Relatora

Valfran Miguel dos Anjos
Marcos Dantas Teixeira
Fabio Petengill
Advogados

Rua Ricardo Franco nº 133
2º Andar - Salas 202/203
Centro - Cuiabá (MT)
CEP 78005-030
(065) 322-3541

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 23ª REGIÃO.

ENA MARIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 472.684 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua Miguel Leite nº 207, Centro, Várzea Grande (MT), telefone 381-1590, por seu procurador no fim assinado, conforme mandato anexo, com escritório profissional no endereço indicado no cabeçalho, onde recebe intimações, com fundamento em quanto dispõe o art. 485, V do Código de Processo Civil, e o art. 836 da CLT, vem propor a presente **AÇÃO RESCISÓRIA** em face da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, sociedade de economia mista, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.474053/0001-32, sediada no Centro Político Administrativo, Palácio Paiaguás, Cuiabá(MT), fazendo-o pelos fundamentos que adiante se seguem.



Admissibilidade e tempestividade

O art. 485, V do CPC inclui, entre os pressupostos de admissibilidade de ação rescisória haver a decisão rescindenda violado literal disposição de lei. Esta é a hipótese presente, como se fundamentará adiante.

A sentença proferida pela 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá - Processo nº 1468/96, formalizado em pleito ajuizado pela autora contra a requerida desta rescisória, postulando diferenças salariais e reflexos, vulnerou quanto dispõe os artigos 219 do CPC, 172 do CC e art. 7º, XXIX da Constituição Federal.

Por seu turno, a presente ação rescisória está sendo ajuizada ainda no prazo fixado pelo art. 495 do CPC, uma vez que a sentença rescindenda foi publica em 11-10-96, tendo transitado em julgado no dia 29-10-96, em virtude da deserção do recurso ordinário interposto, conforme certidão de 05-11-96, inclusa.

Um breve resumo da demanda

A autora ajuizou reclamação trabalhista contra a CODEMAT, em data de 22-08-96, pleiteando a condenação da empregadora, no pagamento de diferenças salariais, geradas pelo descumprimento do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, exemplar anexo, o qual estabeleceu (itens 1, 2, 3 e 4) aumentos salariais que seriam aplicados no período de outubro/90 a maio/91, cujos percentuais foram consolidados no item 5 do mesmo instrumento, da seguinte forma:

"5 - Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo:

Mês	Rep. Salarial	Ganhos Reais	Política Salarial
Outubro	-	6,09%	-
Novembro	3%	-	-
Dezembro	3%	6,09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-	-
Fevereiro	8%	6,09%	-
Março	12,55%	-	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6,09%	-
Maio	44,80%	-	-

Dos percentuais acima, até o mês de fevereiro de 1991 a empresa cumpriu satisfatoriamente, deixando de fazê-lo a partir do mês de março daquele mesmo ano, tornando-se a autora, a partir de então, credora de diferenças salariais correspondentes aos seguintes índices:

- a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;
- b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; e,
- c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários do obreiro;
- d) reflexos dessas diferenças nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

Notificada, a CODEMAT contestou o pleito, arguindo prescrição, entre outras impugnações.

Pronunciando-se sobre a contestação, a autora valeu-se da Certidão nº 185/96, passada em 05-07-96 pela Secretaria da 1ª JCJ de Cuiabá (MT), onde consta que o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Mato Grosso, ajuizou Ação de Cumprimento, na qualidade de substituto processual - Processo nº 1607/91 -, buscando a condenação da requerida no pagamento dos mencionados percentuais.

Referido processo, embora extinto sem julgamento do mérito, *“em virtude de tratar de execução de Acordo Coletivo e não de Sentença Normativa”* (como consta da certidão), interrompeu o prazo prescricional, prazo este que voltou a fluir a partir de 08-06-93, data do trânsito em

julgado da decisão do Processo nº 1607/91.

Proferiu a MM 4ª JCJ de Cuiabá (MT) sua decisão, acolhendo a prescrição argüida e, conseqüentemente, julgando improcedente o pedido.

Inconformada, a então reclamante e aqui autora, interpôs recurso ordinário, deixando, porém, de efetuar o preparo, o que importou na deserção do mesmo, conforme despacho de 04-11-96.

Ameaçada de perder as diferenças salariais apontadas, a autora ajuíza a presente rescisória, com vistas a restabelecer o império da lei e de seus haveres.

Violação do art. 219 do CPC

Dentre os preceitos legais pertinentes à interrupção da prescrição, destaca-se o art. 219 do CPC. Este não cola o fenômeno ao resultado da ação. Basta a citação válida para interromper a prescrição.

Infere-se da Certidão nº 185/96, já enfocada anteriormente, haver o Sindicato obreiro, substituindo processualmente a autora, ingressando com ação de cumprimento - Processo nº 1607/91 - 1ª JCJ-Cuiabá (MT) -, com o intuito de obter a condenação da ré no pagamento das diferenças salariais perseguidas. Naquele feito, a relação processual foi aperfeiçoada, o que significa dizer que houve citação válida. Logo, a prescrição foi interrompida.

A r. sentença rescindenda, em acolhendo a prescrição, evidentemente que violou o art. 219 do CPC.

Violação do art. 172, I do CC

Também não vincula ao resultado da ação o item I do art. 172 do Código Civil. Basta a citação ao devedor, ainda que ordenada por juiz incompetente, interrompe-se a prescrição.

Com o ajuizamento da ação de cumprimento pelo Sindicato, demonstra-se inequivocamente o interesse da

reclamante em fazer preponderar o direito lesionado, constituindo em mora a empresa devedora. A extinção da ação proposta pelo Sindicato, sem julgamento do mérito, não elide a ciência da ré, decorrente da notificação (citação) inicial, acerca da propositura da ação, fato este que interrompe a prescrição.

Portanto, o acolhimento da prescrição, nessas circunstâncias, violou o disposto no item I do art. 172 do Código Civil.

Sobre este tema, o Egrégio TRT da 23ª Região tem assim se pronunciado:

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. AÇÃO PROPOSTA POR SUBSTITUTO PROCESSUAL. Ação anterior, ainda que julgada extinta sem apreciação do mérito por ser ajuizada por Sindicato, como substituto processual, ocasiona a interrupção da prescrição, quando se tratar do mesmo objeto. (TRT 23ª Região - RO 772/93, Ac. TP 0397/93 - Relatora Juíza Guilhermina de Freitas, in DJ MT 12/07/93, pág. 7).

Este calha como uma luva ao caso presente:

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL. O ajuizamento de ação pelo Sindicato, como substituto processual, com extinção do processo sem julgamento do mérito, por ilegitimidade ativa daquele, interrompe o prazo prescricional para a propositura da reclamatória individual. (TRT 23ª Região, RO 898/93, Ac. TP 746/93, Relator Juiz José Simioni, DJMT 18/08/93, pág. 4).

É de lavra do culto magistrado, o Juiz Guilherme Bastos, o paradigma abaixo, RO Nº 3107/94 - (Ac. TP Nº 1570/95):

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA.

1) Ação anterior, ainda que julgada extinta, sem apreciação do mérito, por ter sido ajuizada contra



parte que não detém capacidade processual para ser demandada, revela a intenção inequívoca da obreira em procurar receber no juízo competente verbas que julgava ter direito.

2) Dessa forma, é de considerar, pois, como válida, para efeitos de interrupção da prescrição, a reclamatória interposta.

Para chegar a esta conclusão, desenvolveu o magistrado o seguinte raciocínio:

DA PRESCRIÇÃO

O exame dos autos revelam que a reclamante foi dispensada em 30.12.91, tendo no ano de 1992 ajuizado reclamação trabalhista, que foi julgada extinta sem julgamento do mérito, em 05.03.93, por ter sido interposta contra parte que não detém legitimidade processual para ser demandada.

Sustenta o Município reclamado que o ajuizamento da ação trabalhista não interrompeu a prescrição.

Sem razão o reclamado.

A demanda intentada, ainda que contra parte que não tem capacidade processual passiva, in casu, a Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT, resulta na demonstração inequívoca do interesse da reclamante em buscar em juízo o direito que entende violado pela parte contrária e, como ali não houve apreciação do mérito, a decisão não fez coisa julgada material, nada impedindo que a reclamante formulasse nova ação.

Dessa forma, com o ajuizamento da primeira reclamatória, interrompeu-se a prescrição, vindo a correr novo prazo prescricional a partir da decisão prolatada em 05.03.93.

Portanto, o direito de ação da reclamante permanece incólume: o prazo prescricional do direito à presente ação iniciou-se em 30.12.91, quando ocorreu a rescisão do contrato, interrompeu-se com o ajuizamento da ação trabalhista em 1992, vindo a fluir novo prazo com

a decisão judicial, em 05.03.93, interrompido, novamente, em 20.09.94, com o ajuizamento da presente demanda.

Assim, é de se considerar-se como válida, para efeitos de interrupção da prescrição, a primeira ação, ainda que extinta sem julgamento de mérito.

Violação ao art. 7º, XXIX da CF

Interrompido o prazo prescricional, como demonstrado acima, um novo prazo se iniciou em 08.06.93, com o trânsito em julgado da decisão prolatada nos autos do Processo nº 1607/91, intentada pelo Sindicato obreiro.

Neste caso, somente em 08.06.98 estariam prescritos os direitos vindicados. Como a sentença rescindenda acolheu a prescrição, violou também o disposto na letra "a" do item XXIX do art. 7º da Constituição Federal.

Juízo rescisório

Admitida a rescisória e julgada procedente, como se impõe, ao julgador apresenta-se a alternativa de invalidar a decisão rescindenda e apreciar de logo o mérito da demanda no juízo rescisório, condenando a CODEMAT a pagar as diferenças salariais retro indicadas, estabelecidas em norma coletiva, a saber: I) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91; II) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; III) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários da obreira; e, IV) todas essas diferenças devem refletir nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

Protesta-se pela produção de provas, se necessário, inclusive depoimento pessoal do representante legal da ré.

Pede-se a citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para que conteste o presente feito no prazo que lhe for determinado, julgando-se a final esta ação rescisória admissível e procedente, para o fim de se desconstituir a coisa julgada material da Sentença impugnada, proferindo-se novo julgamento da causa, como pedido acima, com a conseqüente condenação da empresa requerida no pagamento das diferenças salariais apontadas, mais custas e honorários de advogado no valor de 20% do que for apurado efetivamente em liquidação.

Dá-se à causa o valor de ~~à causa~~ o valor de R\$ 1.000,00

Pede e espera deferimento.

Cuiabá (MT), 13 de março de 1997.

Walfran Miguel dos Anjos
OAB/MT 3618

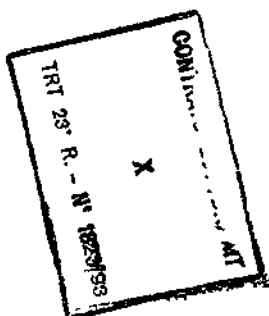


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

STP/SAO/Nº122/97 AR-865/97
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT
C.P.A, Palácio Paiguás.
78000-000 CUIABÁ/MT.



*recebido em 08/05/97
5147*



A. R



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE
CUIABÁ – MT.**

CÓPIA

FTCBA/017020.2002/19-03-2002/12:22/4

Processo Siex nº : 2866/97

Exequente: Ena Maria de Almeida

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento.
Cuiabá, 15 de Março de 2002.


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.579